

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIS

**A cooperação intelectual internacional da Sociedade das Nações e o Brasil (1922-1938):
dinâmicas de um processo.**

José Armando Zema de Resende

BRASÍLIA

2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIS

**A cooperação intelectual internacional da Sociedade das Nações e o Brasil (1922-1938):
dinâmicas de um processo.**

José Armando Zema de Resende

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em História, área de
concentração História Social, como
requisito para a obtenção do título de
Mestre em História**

Orientadora: Profa. Dra. Albene Míriam Menezes Klemi

BRASÍLIA

2013

José Armando Zema de Resende

**A COOPERAÇÃO INTELECTUAL INTERNACIONAL DA SOCIEDADE DAS
NAÇÕES E O BRASIL (1922-1938): DINÂMICAS DE UM PROCESSO.**

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em História, área de
concentração História Social, como
requisito para a obtenção do título de
Mestre em História**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Albene Miriam Menezes Klemi, Universidade de Brasília, Presidente

Prof.^a Dr.^a Lucília Delgado Neves Delgado, Universidade de Brasília, membro titular

Prof.^a Dr.^a Mônica Leite Lessa, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, membro externo

Prof.^a Dr.^a Mercedes Gassen Kothe (UPIS), - suplente

Brasília, 24 de maio de 2013.

Ao meu pai,

in memoriam

RESUMO

A presente dissertação investiga a participação do Brasil nas atividades da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual e do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, organismos dependentes da Sociedade das Nações, que se dedicaram à promoção da cooperação internacional entre eruditos nas áreas da educação, da ciência e da cultura, com vistas à realização da paz mundial. Ao adotar uma perspectiva transnacional, elege como objeto de pesquisa a trajetória dos atores envolvidos naquelas atividades, a fim não só de caracterizar a comunidade de especialistas reunidos em torno do assunto, mas também de realçar sua contribuição para a institucionalização da cooperação intelectual internacional. A dissertação tem também por objetivo demonstrar que a internacionalização das atividades de cooperação intelectual promovidas pela Sociedade das Nações contribuiu decididamente para a criação e a consolidação de um setor na estrutura institucional do Ministério das Relações Exteriores do Brasil especialmente dedicado aos assuntos da cooperação intelectual, consagrando, dessa forma, a dimensão cultural da política exterior brasileira.

PALAVRAS-CHAVE

Cooperação intelectual internacional, Sociedade das Nações, Comissão Nacional de Cooperação Intelectual do Brasil. Internacionalismo cultural.

ABSTRACT

This dissertation investigates the participation of Brazil in the activities of the International Committee on Intellectual Cooperation and the International Institute of Intellectual Cooperation, two League of Nations bodies, charged with fostering international understanding through the promotion of educational, scientific and cultural exchange. Adopting a transnational perspective, it sets as its object of study the trajectories of the actors involved in those activities, in order not only to characterize the community of experts that has been formed on the subject, but also to stress its contribution to the institutionalization of international intellectual cooperation. The dissertation also has the objective of demonstrating that the internationalization of the activities of intellectual cooperation under the League of Nations has decisively contributed to the creation and consolidation of a sector in the institutional structure of Brazil Ministry of External Relations especially dedicated to intellectual cooperation matters, thus consecrating the cultural dimension of Brazil's foreign policy.

KEY WORDS

International intellectual cooperation, League of Nations, National Committee on Intellectual Cooperation of Brazil, Cultural internationalism.

AGRADECIMENTOS

À Professora Albene Miriam Menezes Klemi, pela dedicação, o incentivo e a orientação intelectual, sem o apoio de quem a conclusão desta pesquisa não teria sido possível.

A todos os que direta ou indiretamente contribuíram para a elaboração da dissertação, em especial os funcionários dos arquivos da UNESCO, em Paris, e do Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro.

Às Professoras Diva Gontijo Muniz, Lucília de Almeida Neves Delgado e Tereza Kirchner e ao Prof. Jaime de Almeida, pelas aulas ministradas no curso do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília.

(...) recolhi pensamentos para povoar o passado.

(Sabina Loriga, *O pequeno x*)

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 - Correspondência entre Aloísio de Castro e Julien Luchaire, 1926.....	94
ANEXO 2 - Carta de Afrânio de Melo Franco a Julien Luchaire, 1925.....	96
ANEXO 3 - A cooperação intelectual e a Liga das Nações, por Hildebrando Accioly.....	98
ANEXO 4 - Regimento interno da Comissão Nacional de Cooperação Intelectual do Brasil, 1926.	101
ANEXO 5 . Carta de Eliseu Montarroyos a Afrânio de Melo Franco, 1932	106
ANEXO 6 - A Cooperação Intelectual Interamericana, por Afrânio de Melo Franco.....	108
ANEXO 7 - Carta de Miguel Ozório de Almeida a Henri Bonnet, 1936.	111
ANEXO 8 - Estatutos da Comissão Nacional de Cooperação Intelectual do Brasil, 1936.	116
ANEXO 9 - Ato internacional da Cooperação Intelectual, 1938	121
ANEXO 10 - Fotografia da Comissão de Cooperação Intelectual em Genebra	130
ANEXO 11 - Fotografia de Afrânio de Melo Franco em companhia de Eliseu Montarroyos	131
ANEXO 12 - Fotografia de Eliseu Montarroyos	132
ANEXO 13 - Fotografia de Afrânio de Melo Franco	133
ANEXO 14 - Fotografia da Comissão Nacional de Cooperação Intelectual do Brasil.....	134
ANEXO 15. Artigo do Diário de Notícias	135
ANEXO 16 - Fotografia da Comissão Nacional de Cooperação Intelectual do Brasil.....	136

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CICI – Comissão Internacional de Cooperação Intelectual

IICI – Instituto Internacional de Cooperação Intelectual

SDN – Sociedade das Nações

LN – Liga das Nações

OCI – Organização da Cooperação Intelectual

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

DCI – Divisão de Cooperação Intelectual

SCI – Serviço de Cooperação Intelectual

MRE – Ministério das Relações Exteriores

AHI - Arquivo Histórico do Itamaraty

UNESCO-IICI - Arquivo do IICI

Sumário

Introdução	1
PARTE I - A SOCIEDADE DAS NAÇÕES E A COOPERAÇÃO INTELECTUAL INTERNACIONAL, ASPECTOS DA DINÂMICA DO PROCESSO	12
Capítulo 1 – A Sociedade das Nações e a Cooperação Intelectual	12
1.1 A Comissão Internacional de Cooperação Intelectual	13
1.2 As Comissões Nacionais de Cooperação Intelectual	18
1.3 O Instituto Internacional de Cooperação Internacional	20
1.4 A reforma dos organismos de cooperação intelectual da SDN	29
PARTE II - O BRASIL E A COOPERAÇÃO INTELECTUAL INTERNACIONAL, ASPECTOS DA DINÂMICA DE UM PROCESSO	35
Capítulo 2 – A representação brasileira na Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, sob Aloísio de Castro (1922-1930).....	35
2.1 Aloísio de Castro, um intelectual brasileiro da Primeira República	37
2.2 Aloísio de Castro e a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual	46
Capítulo 3 – A representação brasileira no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, sob Eliseu Montarroyos (1925-1938)	50
3.1 Eliseu Montarroyos, Delegado do Brasil junto ao Instituto Internacional de Cooperação Intelectual	57
3.2 A reestruturação da Comissão Nacional Brasileira de Cooperação Intelectual	62
3.3 O Ato Internacional da Cooperação Intelectual: epílogo da cooperação intelectual no entre guerras	68
Capítulo 4 – O Serviço de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores ..	71
4.1 A consolidação de uma situação existente	72
4.2 A consagração da Divisão de Cooperação Intelectual	79
Considerações finais	81
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	87

ANEXOS93

Introdução

Em 1922 é criada em Genebra a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (CICI), no âmbito da Sociedade das Nações. Ainda que o Pacto da Sociedade das Nações não contivesse nenhuma referência à cooperação intelectual, a Assembleia da Sociedade das Nações resolveu aprovar proposta de criação de um organismo internacional especialmente destinado a promover a cooperação nessa área e a incentivar a formação de um sentimento internacional que contribuísse para a consolidação da paz entre as nações. Formada inicialmente por doze integrantes, faziam parte da Comissão eminentes personalidades em seus respectivos países, em diferentes campos do conhecimento. Desde a sua criação, a CICI contou com um membro brasileiro, que nela teve assento entre 1922 e 1930. Trata-se de Aloísio de Castro, médico, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e membro da Academia Brasileira de Letras.

Por iniciativa do primeiro Presidente da CICI, o filósofo francês Henri Bergson - que recebeu o apoio firme do Governo francês presidido por Aristide Briand (Prêmio Nobel da Paz em 1926 juntamente com o Chanceler alemão Gustav Stresemann, pela assinatura dos Tratados de Lucarno) - é inaugurado em Paris, em 1926, o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI). O Instituto deveria ser o braço executivo da CICI. De acordo com seus estatutos, o Conselho de Administração seria formado pelos membros da CICI, ao qual estaria subordinado o Diretor, de nacionalidade francesa obrigatoriamente. Esse cargo foi ocupado, sucessivamente, por Julien Luchaire (1926-1930) e por Henri Bonnet (1930-1946). Os estatutos previam também a figura de representantes dos Estados junto ao Instituto, o que lhe asseguraria um caráter internacional. Desde a criação do IICI em 1926 até a sua completa extinção em 1946, o Capitão Eliseu Fonseca de Montarroyos desempenhou as funções de representante do Brasil junto ao IICI.

A CICI e o IICI constituíram o núcleo do que viria a ser oficialmente chamado, a partir de 1931, a Organização da Cooperação Intelectual (OCI) no período entre as duas guerras mundiais, antecessora direta, em vários aspectos, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, criada em 1946.

O objetivo do presente estudo é investigar a participação brasileira nas atividades da CICI e do IICI nas décadas de 1920 e 1930. Como se pretende demonstrar, ainda que o Brasil não tenha sido um ator relevante nas atividades de cooperação intelectual internacional no período, a crescente atenção que esse tema passou a despertar nos meios intelectual e diplomático no Brasil fez com que, paulatinamente, se afirmasse na estrutura organizacional do Ministério das Relações Exteriores um setor especialmente dedicado à condução de atividades de cooperação intelectual internacional. Essa evolução teria culminado com a criação, em 1938, da Divisão de Cooperação Intelectual – DCI na estrutura organizacional do Itamaraty, introduzida pela chamada Reforma Oswaldo Aranha. A DCI é o embrião, por sua vez, do atual Departamento Cultural e suas Divisões, tal como passaram a figurar a partir de 1961 no regimento interno do Ministério das Relações Exteriores.

Outros fatores contribuíram, é certo, para a institucionalização das atividades de cooperação intelectual internacional e, por extensão, de cooperação cultural, na estrutura organizacional do Ministério das Relações Exteriores, como também nas de outras chancelarias. A CICI e o IICI teriam, porém, desempenhado papel sobressalente nesse sentido, ao mobilizarem a participação de diferentes setores do governo e da sociedade organizada nessas atividades.

A institucionalização da cooperação intelectual internacional nas décadas de 1920 e 1930 demonstra a importância que assume, no plano das relações internacionais, a questão da harmonia – ou do confronto – de idéias e de valores, o que certos autores chamariam hoje de “confronto de civilizações” ou, inversamente, de “aliança de civilizações”. Como afirma o preâmbulo do Ato Constitutivo da UNESCO, “se as guerras têm origem na mente dos homens, é na mente dos homens que se devem construir os alicerces da paz” (*since wars begin in the minds of men, it is in the minds of men that the defenses of peace must be constructed*).

Se o parentesco da UNESCO com a CICI e o IICI é inegável, a começar pelo fato de que ambas as organizações resultaram de guerras mundiais, a natureza da cooperação que pregavam é, em vários aspectos, diversa. Tanto mais diversa quanto os períodos históricos em que estão inseridas são outros. Menciona-se essa evidência para ressaltar um ponto preliminar e importante a ser desenvolvido na presente investigação, qual seja os diferentes significados

atribuídos à “cooperação intelectual internacional” ao longo do tempo, bem como num mesmo período histórico.

O adjetivo intelectual refere-se a idéias e a cooperação internacional nesse campo pretende promover o entendimento mútuo por meio do intercâmbio e do diálogo nas áreas da educação, da ciência e da cultura. Não se trata, porém, nos anos 1920, de um diálogo entre civilizações e culturas diferentes, respeitoso da diversidade do gênero humano segundo um espírito relativista e antropológico moderno. Trata-se antes de um ideal a ser atingido, de um humanismo universal, igualmente válido para todos os povos e culturas. Trata-se da disseminação de valores de civilização considerados supremos, cuja difusão haveria de contribuir para a paz mundial. É o ideal da civilização e cultura europeias, da alta cultura sobretudo, a ser disseminado pelo mundo.

À medida, porém, que a crise econômica e política vai se aprofundando na Europa a partir do final dos anos 1920 e por toda a década de 1930, os ideais humanistas e universalistas da cooperação intelectual internacional vão sendo postos em xeque. Por essa razão, a cooperação intelectual internacional tal como praticada pela CICI e o IICI vai se tornando cada vez mais apolítica, a fim de poder acomodar os diferentes interesses dos atores envolvidos e continuar existindo. A emergência do fascismo e do nazismo na Europa ao longo da década de 1930 cuidará de promover a separação entre o internacionalismo e a cultura, tal como definiu o fenômeno o historiador nipo-americano Akira Iriye. A cooperação intelectual torna-se, a partir de então, um instrumento de promoção internacional das culturas nacionais, muito próximo da propaganda política.

São as dinâmicas desse processo, que vai da “cooperação intelectual” ao “intercâmbio cultural” internacional, isto é, da promoção do “internacionalismo cultural” em contraste com a difusão além fronteiras dos valores esposados pelos diferentes nacionalismos, que a presente dissertação propõe-se a investigar.

A historiografia sobre a Sociedade das Nações concedeu pouca atenção, no passado, à Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (CICI) e ao Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI). A historiadora Susan Pedersen, da Universidade de Columbia em Nova York, num ensaio de revisão bibliográfica sobre a Sociedade das Nações, identifica, contudo, um renovado interesse, nos últimos anos, pela história dessa organização

internacional e dos seus órgãos técnicos.¹ Segundo ela, a questão que hoje se coloca sobre aquela “muito incompreendida organização internacional” não é “por que a Sociedade das Nações falhou, mas o que ela fez e representou ao longo dos seus 25 anos de existência”. Pedersen afirma que após a Segunda Guerra Mundial e até os anos 1980, as narrativas sobre a Sociedade das Nações eram do tipo “declínio e queda” ou então narrativas analíticas “post mortem” destinadas a reforçar as análises realistas das relações internacionais. Desde meados dos anos 1990, porém, novas pesquisas vêm sendo feitas sobre a Sociedade das Nações, que permitem distinguir três tipos de narrativas sobre sua história.

O primeiro tipo de narrativa sobre a SDN, ainda dominante na historiografia, interessa-se sempre, embora de forma menos pessimista que no passado, pela investigação da contribuição da SDN às atividades de manutenção da paz mundial. São narrativas de natureza política, preocupadas com a questão da segurança coletiva internacional.

O segundo tipo de narrativas sobre a SDN investiga o “trabalho da SDN na delimitação, ou até certo ponto na administração, das fronteiras cambiantes que separam o poder do Estado e a autoridade internacional”. Trata-se de narrativas focadas na questão da soberania estatal e do surgimento das organizações internacionais como novos atores no cenário internacional.

O terceiro tipo de narrativas sobre a SDN refere-se, por fim, às iniciativas de regulamentação dos “tráfegos e dos problemas transfronteiriços de todo tipo”. Nessas narrativas, a SDN é vista como precursora da “governança global”.

É justamente neste último tipo de narrativas que se inserem as investigações sobre a cooperação intelectual internacional no âmbito da SDN, inclusive a presente investigação. Também nessa área, a SDN teria buscado promover atividades de cooperação internacional com vistas ao enfrentamento de problemas que ultrapassavam as fronteiras nacionais e que “havam sido o objeto de preocupações humanitárias e dado lugar a uma colaboração intergovernamental rudimentar antes da Primeira Guerra Mundial”, tais como os problemas sanitários, as relações trabalhistas e as comunicações internacionais.

¹ PEDERSEN, Susan. “Back to the League of Nations”. *The American Historical Review*, Vol. 112, nº 4 (october 2007). pp. 1091- 1117.

Susan Pedersen lembra que, à medida que as críticas contemporâneas às “capacidades securitárias” da SDN foram aumentando, cresceu proporcionalmente o prestígio dos órgãos subsidiários ou técnicos da SDN. Dessa forma, ao final dos anos 1930, mais da metade do orçamento da SDN era destinado para a manutenção das atividades dos órgãos técnicos. Alguns planos chegaram a ser elaborados para a transformação desses órgãos em entidades autônomas, completamente desvinculadas da SDN, cujo prestígio decadente passou a representar um empecilho ao envolvimento dos governos nacionais nas atividades de cooperação técnica internacional, sobretudo nos países que não eram membros ou que haviam deixado a SDN. Esse movimento de emancipação dos órgãos técnicos da SDN também foi observado no caso da cooperação intelectual internacional. A grande maioria dos órgãos técnicos da SDN sobreviveu, por fim, à Segunda Guerra Mundial e se metamorfoseou em órgãos especializados da Organização das Nações Unidas, após 1946.

Susan Pedersen conclama os historiadores, em conclusão, a um “retorno à Liga das Nações”, indicando-lhes a necessidade de um exame mais aprofundado do “pessoal, dos mecanismos de funcionamento da SDN e da cultura desse mundo cujo centro era Genebra, onde o internacionalismo era encenado, institucionalizado e executado”.

A identificação de novos objetos de estudo em História, ou a abordagem de temas consagrados sob novas perspectivas, geralmente traz consigo a necessidade de novos métodos de pesquisa. Nesse sentido, muitos dos estudos que vêm sendo realizados sobre as organizações internacionais no período entre as duas guerras mundiais têm recorrido à chamada “história transnacional”. A historiadora Sandrine Kott, que coordenou a publicação de um dossiê especial sobre as organizações internacionais na revista *Critique Internationale* da Universidade “Sciences Po” de Paris, intitulado “Uma outra abordagem da globalização: sócio-história das organizações internacionais (1900-1940)”, esclarece que:

"A atenção voltada para a circulação de ideias e de pessoas no nível internacional ou entre os espaços nacionais e internacionais constitui uma característica da abordagem transnacional, definida como o

estudo dos intercâmbios, das conexões e dos regimes circulatórios entre e para além dos espaços nacionais.”²

A abordagem “transnacional” caracteriza-se, portanto, por uma especial atenção dada às circulações e às dinâmicas de internacionalização levadas a efeito por “redes de atores” que atuam no nível internacional e que constituem intermediários entre a realidade nacional em que estão inseridos e os “fóruns” internacionais. Sandrine Kott observa, ainda, que essas redes de atores podem tomar a forma de “nebulosas”, de “grupos de interesse”, de “meios profissionais”, de “comunidades epistemológicas” ou de “comunidades de especialistas fundadas na comunhão de um mesmo saber”. É por meio do estudo dessas redes de atores que se poderia observar, por fim, a gênese sócio-histórica e a institucionalização progressiva do internacionalismo cultural, tal como praticado no âmbito da Sociedade das Nações.

Conforme aponta Susan Pedersen, é de autoria do historiador francês Jean Jacques Renoliet o estudo mais completo sobre a história da cooperação intelectual internacional no período entre guerras³. Com base em pesquisa documental nos arquivos da CICI e do IICI, que hoje se encontram sob a guarda da UNESCO, em Paris, e da ONU, em Genebra, bem como em pesquisa nos arquivos diplomáticos do Quai d’Orsay, o Ministério das Relações Exteriores da França, Renoliet não só reconstituiu os principais acontecimentos e fatos que levaram à criação da CICI e do IICI, mas também forneceu uma descrição detalhada da estrutura da organização, do seu funcionamento e de suas principais realizações. O estudo tem ainda o mérito de abordar a questão da dimensão cultural das relações internacionais, entendida como sendo mais um campo onde os interesses dos estados nacionais se confrontavam. Aborda também a questão das tensões existentes entre as organizações internacionais e os Estados que as compõem, que se manifesta na tendência à autoafirmação das primeiras, em rivalidade com a soberania dos Estados nacionais. Por último, mas não

² KOTT, Sandrine. « Les organisations internationales, terrains d’étude de la globalisation. Jalons pour une approche socio-historique ». *Critique Internationale*. nº. 52, julho-setembro 2011. pág. 11.

³ RENOLIET, Jean-Jacques. *L’UNESCO oubliée. La Société des Nations et la coopération intellectuelle (1919-1946)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1999.

menos importante, o estudo lança luz sobre a questão do engajamento dos intelectuais na política, nacional e internacional, nas primeiras décadas do século XX.

Renoliet reconhece, no entanto, que sua pesquisa esteve principalmente centrada no papel que desempenhou o Estado francês na criação e na promoção da CICI e do IICI. Recomenda, nesse sentido, que outros estudos sejam realizados para que se examinem com a devida atenção cada uma das realizações da CICI e do IICI, e que se aprofunde o exame da relação de outros Estados nacionais com esses organismos.

Sobre as relações do Brasil com a CICI e IICI, nossa pesquisa identificou duas dissertações de mestrado que abordaram o tema. A primeira, de autoria de Juliette Dumont, foi defendida na Sorbonne em Paris (DEA) e resultou na publicação de um livro em 2008, intitulado “*L’Institut International de Coopération Intellectuelle et le Brésil (1924-1946). Le pari de la diplomatie culturelle*”.⁴ Trata-se de um estudo da área de história das relações internacionais e, em particular, das dimensões culturais das relações internacionais. Como afirma o historiador François Compagnon, que assina o prefácio do livro, a autora investiga “a emergência da dimensão cultural na política externa brasileira”. A autora pretende mostrar como a cultura e a cooperação intelectual foram utilizadas como “arma diplomática nas relações internacionais do Brasil, no quadro particular do IICI, organismo dependente da SDN”⁵. No seu entendimento, o IICI teria sido instrumentalizado pelo Brasil – assim como por outros países - para a promoção da cultura e da política nacional. A autora baseia suas análises nos estudos de Gerson Moura sobre a política externa brasileira dos anos 1930 que classificam de “equidistância pragmática” a política externa do Governo Getúlio Vargas, ao alternar movimentos de aproximação com as potências fascistas europeias com movimentos de aproximação com os Estados Unidos da América, a fim de lograr as melhores possibilidades de inserção internacional do Brasil. A partir dessa visão, a autora qualifica a participação do Brasil no IICI como um dos lados dessa balança – o europeu – ao passo que a

⁴ DUMONT, Juliette. *L’Institut International de Coopération Intellectuelle et le Brésil (1924-1946). Le pari de la diplomatie culturelle*. Paris: Éditions de l’IHEAL, 2008.

⁵ DUMONT, Juliette. *Op. Cit.* p. 16.

participação do Brasil em atividades de cooperação hemisférica, no âmbito do pan-americanismo, corresponderia ao outro lado da balança – o norte-americano.

Juliette Dumond menciona superficialmente em seus estudos a CICI, cuja criação é anterior à do IICI. Como se verá adiante, o IICI e a CICI mantiveram relações imbricadas ao longo de toda sua existência, não se podendo referir-se a um sem referir-se também ao outro. Ao concentrar sua análise no IICI, termina por atribuir-lhe excessiva importância, reconhecendo-lhe uma preeminência no cenário internacional que acreditamos não lhe correspondia. Da mesma forma, acreditamos que atribui ao Capitão Eliseu da Fonseca Montarroyos, representante do Brasil no IICI, uma percepção acurada e avant-guardista da importância da dimensão cultural da política externa brasileira, sem que isto encontre efetiva ressonância, de fato, nos dados e informações do processo histórico.

A outra dissertação de mestrado que se interessou pelas relações do Brasil com o IICI é de autoria de Roberta Maria Lima Ferreira e foi defendida na UERJ em 2006. Intitula-se “A política brasileira de expansão cultural no Estado Novo (1937-1945)”⁶. Por expansão cultural a autora entende políticas de propaganda e difusão cultural voltadas para públicos externos, entre 1937 e 1945. O foco do estudo está centrado na atuação do Departamento de Informação e Propaganda – DIP, por um lado, e na atuação da Divisão de Cooperação Intelectual do MRE, por outro lado. A autora chega à conclusão que, embora a atuação desses dois órgãos do Governo brasileiro tenha obedecido a diferentes motivações e não tenha sido coordenada, uma política consciente de promoção da cultura nacional no estrangeiro foi executada, destinada a exportar uma imagem positiva do Brasil, como país em ascensão no cenário internacional. Não se trata, porém, de estudo voltado especificamente para as relações do Brasil com a CICI e o IICI, ainda que esses órgãos sejam esporadicamente mencionados.

A presente investigação não se pretende um estudo da área de História das Relações Internacionais, nem da área de Relações Internacionais. Apoiar-se, contudo, em conceitos e periodizações desenvolvidas por pesquisadores dessas áreas. Assim, no que se refere à política exterior do Brasil, a investigação baseou-se na periodização sugerida nos estudos de

⁶ FERREIRA, Roberta M. L. “A política brasileira de expansão cultural no Estado Novo (1937-1945)”. UERJ: Rio de Janeiro, 2006.

Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno.⁷ No que se refere especificamente ao período da Primeira República, baseou-se, entre outros, nos textos de Paul Singer sobre a inserção do Brasil no contexto do capitalismo global entre 1889 e 1930 e de Bradford Burns e Stanley Hilton sobre a política externa na Primeira República.⁸ Para a participação do Brasil na Sociedade das Nações, o texto básico consultado foi o de Eugênio Vargas Garcia.⁹ Quanto à dimensão cultural das relações internacionais, serviram também de inspiração os trabalhos dos professores Hugo Rogelio Suppo e Mônica Leite Lessa.¹⁰

A abordagem do tema aqui proposta recai em tendência que ganhou projeção principalmente a partir dos anos 1990, provavelmente para dar conta das aceleradas mudanças da ordem internacional provocadas pela derrocada da União Soviética, a queda do muro de Berlim e, particularmente, o surgimento de novos atores internacionais. A obra do historiador nipo-americano Akira Iriye sobre o internacionalismo cultural inscreve-se nesse tendência e parece especialmente interessante para os objetivos da investigação.¹¹ Inserido na escola norte-americana de teoria das relações internacionais, Iriye procura realçar a importância crescente das relações culturais internacionais, ultrapassando os rígidos limites impostos pelo debate entre realistas e idealistas característico daquela escola.

Iriye propõe-se a examinar a história das relações internacionais não como história das interações entre Estados soberanos, mas em termos das atividades transnacionais de indivíduos ou de grupos de pessoas como agentes de movimentos que transcendem as

⁷ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3. ed. Brasília: Editora da UnB, 2008.

⁸ SINGER, Paul. "O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930)", in *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol. III, Tomo I. 6. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. Págs. 345 a 390; BURNS, Bradford. "As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República", in *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol. III, Tomo 2. Rio de Janeiro: Difel, 1978. págs. 375-400; HILTON, Stanley. "Afrânio de Melo Franco e a diplomacia brasileira, 1917-1943". *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, n. 113-114. P. 15 a 46, 1986.

⁹ GARCIA, Eugênio Vargas. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)*. Brasília: FUNAG, 2000.

¹⁰ SUPPO, Hugo Rogelio e LESSA, Mônica Leite (org.) *A quarta dimensão das relações internacionais: a dimensão cultural*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

¹¹ IRIYE, A. *Cultural Internationalism and world order*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1997.

entidades estatais. Pretende mostrar, assim, que é possível narrar o drama das relações internacionais sem dar o papel principal às existências nacionais separadas. O próprio autor reconhece, no entanto, que essa abordagem implica reduzir a importância do tema do poder como característica central do estudo das relações internacionais. Essa abordagem é tomada, no entanto, como referência a ser contrastada com os resultados da presente investigação e não como modelo teórico incontornável.

A linha de abordagem do tema assenta-se em dados e informações levantados, principalmente, nos arquivos do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual – IICI (que se encontram hoje sob a guarda da UNESCO em Paris, que os herdou). Além dos documentos oficiais produzidos pelo IICI, foram consultadas correspondências manuscritas entre os representantes brasileiros e as autoridades internacionais da CICI e do IICI. Igualmente, foram consultados documentos pertencentes ao Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro, onde estão conservadas as correspondências oficiais e privadas trocadas entre os representantes brasileiros no IICI e na CICI com o Ministério das Relações Exteriores. A luz da bibliografia consultada, foi feito trabalho de cruzamento dos dados e informações dos documentos pesquisados.

A presente dissertação está dividida em três partes principais. Na primeira parte, procede-se a reconstituição histórica da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual da SDN e do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual. O principal objetivo desta parte é fornecer uma periodização, a partir da qual pretende-se deixar claro os diferentes momentos e circunstâncias que caracterizaram a vida desses organismos. A segunda parte dedica-se a explorar a participação brasileira nesses organismos, a partir sobretudo da reconstituição das trajetórias de Aloísio de Castro e Eliseu Montarroyos. Espera-se, assim, extrair elementos que permitam caracterizar a natureza da cooperação intelectual executada por esses indivíduos, no contexto das instituições a que estiveram ligados, bem como encontrar elementos que permitam caracterizar o ambiente intelectual no Brasil e no Exterior no período histórico em questão. A terceira parte aborda a gênese do Serviço de Cooperação Intelectual na estrutura organizacional do Ministério das Relações Exteriores, como consequência, entre outros fatores igualmente importantes, da participação do Brasil nas atividades de cooperação intelectual internacional da Sociedade das Nações, nas décadas de 1920 e 1930. O marco temporal final da dissertação é o decreto lei de 1938, que reforma a estrutura do Itamaraty,

conhecido como Reforma Oswaldo Aranha do MRE, e que cria a Divisão de Cooperação Intelectual, embrião do atual Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores.

PARTE I - A SOCIEDADE DAS NAÇÕES E A COOPERAÇÃO INTELECTUAL INTERNACIONAL, ASPECTOS DA DINÂMICA DO PROCESSO

Capítulo 1 – A Sociedade das Nações e a Cooperação Intelectual Internacional

No contexto de um programa para a educação de adultos levado a cabo pelo *Workers Educational Trade Union Committee - WETUC* da Inglaterra, foi publicado em 1937 em Londres, sob o título *Europe 1937*, um pequeno livro de Karl Polanyi em que o autor austríaco discorria sobre a preocupante situação internacional naquele momento. No livro, cujo subtítulo era *Guerras externas e guerras internas*, Polanyi explicava que a situação vigente na Europa evoluíra de tal forma que já não se poderia cogitar de guerras que opusessem nações ou países diferentes, mas de guerras em que se confrontariam distintas "propostas de organização social", representadas pelo fascismo de um lado, e pelas democracias liberais ou de inspiração comunista, de outro lado. A ameaça que pairava sobre a Europa assumia o caráter de uma guerra civil europeia.¹²

Os antecedentes imediatos daquela situação encontravam-se no sistema estabelecido pelos Tratados de Versalhes e no seu falimento, entre os anos 1919 e 1933. De acordo com Polanyi, após vencer a Alemanha nos campos de batalha, a França buscou impedir qualquer tentativa da Alemanha de acertar as contas por meio de uma revanche. Os franceses insistiam no desmembramento da Alemanha ou na necessidade imperativa de que o país não pudesse estar em condições de agredir a França.

De forma a induzir a França a aceitar as condições menos drásticas contidas nos tratados de paz de Versalhes, o Presidente Woodrow Wilson dos Estados Unidos da América e o Primeiro Ministro Loyd George da Grã-Bretanha tiveram de oferecer à França uma aliança para defender-se da Alemanha. Mas ao recusar-se a ratificar os tratados de Versalhes, assinados pelo Presidente Woodrow Wilson, o Congresso dos Estados Unidos da América tornou vãs as promessas americanas feitas à França. Em consequência, a Grã-Bretanha sentiu-se desobrigada de manter o compromisso assumido na aliança tripartite com os Estados

¹² POLANYI, Karl. *Europa 1937. Guerre esterne e guerre civili*. Roma: Donzelli Editore, 1995.

Unidos da América e a França. Resulta daí que não subsistiu nenhuma aliança militar do tipo tradicional capaz de assegurar a permanência do status quo surgido da I Guerra Mundial.

A alternativa às alianças militares do velho estilo seria a criação da Sociedade das Nações, que garantiria o respeito às normas mediante a força de um poder executivo internacional. O organismo internacional criado mediante proposta do Presidente Woodrow Wilson deveria assentar-se no princípio da igualdade de status das potências mundiais. Mas a imposição contida nos tratados de paz de desarmamento unilateral das potências vencidas representou um obstáculo fatal para o êxito da Sociedade das Nações. A credibilidade desse organismo deviria repousar na igualdade completa de direitos entre os membros, não se podendo entender por que apenas alguns deles deveriam desarmar-se e outros não.

A questão do desarmamento foi um tema candente no primeiro pós-guerra, o que levou ao surgimento das expressões "desarmamento moral" e "desarmamento dos espíritos", como uma forma alternativa de se ver o problema. O desarmamento moral seria uma metáfora ou uma maneira diversa de referir-se à "cooperação intelectual internacional", que passaria a ser um tema afeto à Sociedade das Nações em sua tarefa de promoção da paz mundial.

A cooperação intelectual internacional não estava prevista, contudo, no Pacto que criou a Sociedade das Nações. A criação da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, como órgão consultivo do Conselho da Sociedade das Nações, só viria a ser aprovada em 1922, a partir de uma proposta do Governo francês.

1.1 A Comissão Internacional de Cooperação Intelectual

A ideia de que a cooperação intelectual entre eruditos de diferentes países pudesse conduzir ao “desarmamento moral” e contribuir para a paz internacional é, no entanto, anterior à criação da Sociedade das Nações. Já antes da Primeira Guerra Mundial observa-se o surgimento em diferentes países de um sentimento internacionalista, de cunho liberal, que se materializava na formação de grupos de interesse em torno de objetivos que se acreditavam comuns a vários países, nações ou grupos. Esse é o caso, por exemplo, do movimento em favor do esperanto como língua mundial. Por outro lado, tornava-se cada vez mais comum a

realização de congressos e encontros internacionais em áreas específicas, como a educação, as ciências ou a medicina, que reuniam especialistas em torno de um conhecimento específico. Nos anos que antecederam a guerra, realizam-se importantes feiras internacionais. A esse sentimento internacionalista que se propagava nos países ocidentais sobretudo, entre meados do século XIX e primeiros anos do século XX, o historiador Akira Iriye denominou "a viragem internacionalista", caracterizando-o como período histórico específico, notadamente no que se refere ao internacionalismo cultural.

A natureza da cooperação intelectual internacional que começa a se implantar no início do séc. XX sob os auspícios da Sociedade das Nações está profundamente associada a uma certa compreensão do internacionalismo. O conceito possui, de fato, uma historicidade que lhe é própria e que convém realçar. Assim, o internacionalismo liberal dos anos 1920 não tem o mesmo significado do internacionalismo da atualidade, nem tampouco poderia ser confundido com o internacionalismo iluminista, baseado num certo tipo de humanismo universalista.

A melhor forma de caracterizar o internacionalismo dos anos 1920, em que se implanta a Sociedade das Nações, talvez seja considerá-lo em relação ao conceito de nacionalismo então dominante. Segundo a historiadora Glenda Sluga, ainda que o internacionalismo fosse visto durante muito tempo como um idealismo visionário e utópico, no início do século XX foi influenciado pelas mesmas questões de modernidade e democracia que marcaram o nacionalismo. Como duas ideologias gêmeas, que inspiraram um leque variado de "comunidades imaginadas", o internacionalismo foi concebido naquele momento histórico através da mesma linguagem de raça e civilização que serviu para definir o nacionalismo. Ao final da I Guerra Mundial, o internacionalismo liberal que se afirmava aceitava a existência das nações e dos nacionalismos, que conviria irmanar. Opunha-se, dessa forma, ao internacionalismo proletário e comunista, que renegava os nacionalismos.

Por ocasião da criação da Sociedade das Nações, em 1919, representantes de alguns daqueles movimentos internacionalistas liberais, em particular a Associação dos Trabalhadores Intelectuais com sede em Bruxelas, que se preocupava com a questão da organização do trabalho intelectual no âmbito internacional, acercam-se do recém-criado organismo internacional, na expectativa de virem a tornar-se o braço executivo da Sociedade

das Nações nesta área. O Governo francês, particularmente sensível à questão da difusão do prestígio francês internacionalmente, apodera-se da idéia e apresenta proposta de criação de um comitê internacional subordinado ao Conselho da SDN voltado para o tratamento das questões de cooperação intelectual.

Assim, embora o Pacto da Sociedade das Nações, assinado em 1919, não previsse a criação de um organismo internacional especialmente dedicado à promoção da cooperação intelectual internacional, em fevereiro de 1922 a Assembléia da SDN decide, e o Conselho da SDN aprova, com base numa proposta do Governo francês, a criação da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (CICI).

A CICI foi criada como um órgão consultivo do Conselho da SDN. Era composta inicialmente de doze membros, que aumentaram para dezoito ao longo dos anos, sendo que a maioria deles era oriunda de países europeus. Os membros deveriam ser escolhidos pelo Conselho, entre intelectuais que representavam diferentes áreas do conhecimento e graças a suas qualificações pessoais. Os membros da Comissão não deveriam representar os governos de seus países de origem, nem sujeitar-se a suas diretrizes. Foram designadas para representar diferentes campos de atividade intelectual e diferentes culturas, com o intuito de assegurar universalidade e credibilidade à CICI. Deviam propor um programa de ação ao Conselho da SDN, com vistas à promoção da cooperação intelectual internacional.

Uma vez criada, a CICI passou a reunir-se em sessões anuais, na sede da SDN em Genebra, no mês de julho de cada ano. Logo em sua primeira Sessão, a CICI criou Subcomissões de trabalho, nas áreas de bibliografia, propriedade intelectual e educação superior. A primeira composição da CICI incluía o físico alemão Albert Einstein, a cientista franco-polonesa Marie Curie, o filósofo francês Henri Bergson e o helenista britânico Gilbert Murray. O médico e acadêmico brasileiro Aloysio de Castro também foi membro da CICI entre 1922 e 1930. Os demais integrantes da CICI, à época de sua criação, eram: Srta. Kristine Bonnevie, a primeira mulher a ser nomeada professora de Zoologia na Universidade de Christiania, Noruega; o físico norte-americano Robert Millikan, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Pesquisa dos Estados Unidos da América e prêmio Nobel de Física em 1923; o físico holandês Hendrik Lorentz, Nobel de Física em 1902; o engenheiro espanhol Leonardo Torres Quevedo, membro da Real Academia de Ciências de Madri; o professor de economia

política indiano e homem político Bannerjee, da Universidade de Calcutá; Jules Destrée, membro da Academia Belga de Literatura e de Língua Francesa; o suíço Gonzague de Reynold, escritor e professor de literatura; e o senador italiano Francesco Ruffini, jurista, Presidente da Academia Real de Turim.¹³

A presidência da CICI foi exercida sucessivamente pelo filósofo Francês Henri Bérghson (1922 a 1925), pelo físico holandês Lorentz (1926 a 1928) e pelo helenista britânico Gilbert Murray (1928 a 1939).

De acordo com relatório sobre os trabalhos da primeira sessão da CICI realizada em 1º de agosto de 1922, apresentado pelo membro brasileiro da Comissão, Aloísio de Castro, e dirigido ao Ministro das Relações Exteriores, a CICI, após discutir e votar seu regimento interno, elegeu seu Presidente, Henri Bergson, e seu Vice-Presidente, Gilbert Murray. Estiveram presentes à sessão as senhoras Bonnevie e Marie Curie, e aos senhores Bannerjee, H. Bérghson, J. Destrée, G. Hale, G. Murray, G. de Reynold, Torres de Quevedo e Aloísio de Castro. Albert Einstein não tomou parte da reunião, pois se encontrava em viagem de trabalho ao Japão. Castro registra também a presença de Robert Milikan, dos Estados Unidos da América.¹⁴

O tema mais importante discutido na primeira sessão da CICI foi o estudo das “condições atuais da vida intelectual nos diferentes países”. A CICI teria observado ser “urgente e indispensável uma análise séria, a fim de verificar se a vida intelectual está em decadência depois da guerra, quais os obstáculos que a ela se opõem e os meios eficazes de os remover”. A Comissão deliberou então fosse feito um inquérito geral a esse respeito, dirigindo-se aos governos, universidades, academias, sociedades sabias e estabelecimentos científicos de diversos países.

Ao iniciar suas atividades, a Comissão tinha apenas uma visão ampla e indicações gerais sobre o trabalho que iria realizar. As tarefas que se impunham a ela, no imediato pós-

¹³ BONNET, Henry. “L’oeuvre de l’Institut International de Coopération Intellectuelle”. *Recueil des Cours de l’Académie de Droit International de La Haye*, III, 61 (1938), p. 468.

¹⁴ AHI 642.6 (04), Relatório da Primeira Sessão da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, dirigido ao Ministro das Relações Exteriores, por Aloísio de Castro, outubro de 1922..

guerra, referiam-se ao restabelecimento de condições mínimas para o funcionamento de instituições acadêmicas e de pesquisa, que a guerra havia abalado, sobretudo naqueles países novos resultantes do desmembramento do Império Austro-Húngaro, no centro europeu, e das repúblicas bálticas, no leste europeu. As preocupações da CICI, naquele momento, estavam voltadas para a facilitação das comunicações e dos contatos entre os meios intelectuais de vários países e para a promoção da circulação de documentos (bibliografia) e de melhores condições materiais de trabalho.

Na mesma sessão, foi também discutida a necessidade de elaboração de uma convenção internacional sobre conservação de monumentos arqueológicos e criada uma subcomissão para estudar a cooperação internacional no domínio universitário, em temas como a troca de professores, de alunos e a equivalência de diplomas e de estudos. Aloísio de Castro foi designado membro desta subcomissão. Outra subcomissão também foi criada para estudar o tema da propriedade intelectual de obras artísticas e científicas.

O registro feito por Aloísio de Castro da ausência de Albert Einstein à primeira reunião da CICI é indicativo do papel reservado ao físico alemão pela Comissão Internacional de Cooperação Intelectual. Einstein, que havia alcançado grande prestígio internacional não só nos meios científicos antes da Primeira Guerra Mundial com sua Teoria da Relatividade, havia manifestado muito cedo sua aversão pela guerra e declarado-se um pacifista convicto. Assim, não hesitou em aceitar o convite para integrar a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações, cujos ideais de promoção da paz mundial pelo entendimento e a cooperação mútua não eram muito distantes de suas próprias idéias. Ao aceitar o convite, Einstein teve de superar as desconfianças dos meios científicos alemães, que viam na SDN um instrumento dos vencedores da guerra para manter a Alemanha num estado de submissão. Einstein também compartilhava esse entendimento, mas esforçou-se para superá-lo, acreditando ser seu dever emprestar seu prestígio para qualquer iniciativa que visasse promover a paz.¹⁵

¹⁵ WONSCH, Danielle. "Einstein et la Commission Internationale de Coopération Intellectuelle". *Révue d'histoire des sciences*. 2004, Tome 57, nº2. Pág. 509-520.

Einstein participou regularmente das reuniões anuais da CICI até 1930. Em 1932 apresentou, porém, sua demissão. Apesar de afastado da Comissão, continuou a colaborar com seus trabalhos, tendo aceitado participar do projeto “Correspondências” do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual em 1933. O projeto, que consistia na troca de correspondência com pessoa de livre escolha, levou Einstein a escolher como missivista Sigmund Freud, o fundador da psicanálise, para discutir sobre as origens da guerra e a maneira de impedi-la. À época da publicação da correspondência, Hitler já havia assumido o poder na Alemanha e tanto Einstein quanto Freud haviam partido para o exílio. Se Einstein exibiu algum otimismo quanto a essa possibilidade, Freud mostrou-se profundamente cético a respeito da possibilidade da eliminação da guerra, por considerar tratar-se de um fato humano, que só o processo de civilização poderia atenuar.¹⁶

Enquanto foi um membro ativo da Comissão, Einstein era visto como uma garantia da universalidade da mesma, em razão de sua nacionalidade alemã, a nação vencida na guerra. A Alemanha não havia participado da criação da Sociedade das Nações. A partir de 1924, demonstrou interesse em ingressar na organização, o que só viria a acontecer em 1926, após a assinatura dos Acordos de Locarno, pelos quais as principais potências europeias renunciavam à guerra e aceitavam recorrer à arbitragem em caso de divergências entre elas.

1.2 As Comissões Nacionais de Cooperação Intelectual

Na segunda sessão da CICI, em 1923, os membros da Comissão observaram que as ações propostas pela Comissão seriam tanto mais eficazes quanto maior fosse o engajamento dos meios intelectuais no interior de cada país com essas ações. Assim, a partir da necessidade criada em cada país pela obrigação de responder ao inquérito sobre as condições da vida intelectual, formaram-se espontaneamente em alguns países grupos de intelectuais que passaram a se interessar de perto pelos assuntos da CICI. Diante desse fato, a Comissão resolve adotar recomendação no sentido de que cada país promovesse a criação de uma

¹⁶ A troca de correspondências entre Einstein e Freud, que tomou o título de “Por que a guerra” ao ser publicada, encontra-se reproduzida na parte reservada aos Anexos da presente dissertação.

Comissão Nacional de Cooperação Intelectual, por intermédio das quais a CICI da SDN pudesse ter acesso aos meios intelectuais dos diferentes países, a seus cientistas, suas universidades e seus órgãos públicos.¹⁷

No relatório que encaminhou ao Ministro das Relações Exteriores sobre a 4ª sessão da CICI, realizada entre os dias 25 e 29 de julho de 1924 em Genebra, Aloísio de Castro registra a participação de Albert Einstein, pela primeira vez, nos trabalhos da CICI, esclarecendo que Einstein havia reconsiderado o seu primeiro pedido de renúncia como membro da CICI, apresentado em função da invasão do Rhur pela França em 1923. Registra ainda a participação de Leopoldo Lugones, da Argentina, como novo membro da CICI.

Informa Aloísio de Castro que a 4ª Sessão da CICI prosseguiu o exame do estado atual da vida intelectual em diversos países, já tendo inclusive publicado parte das respostas recebidas a esse respeito de 20 países. Observou que ele mesmo havia procedido à realização de inquérito sobre a vida intelectual no Brasil, esclarecendo tratar-se de “notícia informativa sobre os principais estabelecimentos de ciências e letras no Brasil, bem como sobre os estabelecimentos de ensino, com estatísticas comparativas entre o período anterior a guerra e o atual”. Aloísio de Castro fornece dados estatísticos sobre a vida intelectual no Brasil, em complemento ao relatório que havia apresentado no ano anterior: as bibliotecas, cujo número total era de 304 em 1915, aumentaram para 1509; os jornais, que eram em número de 1039 em 1915, passaram a 2324 em 1922. Esses números davam conta, segundo Aloísio de Castro, do desenvolvimento importante e contínuo da vida intelectual no Brasil. Por se tratar de um grande país, aumentava o interesse da pesquisa realizada por Aloísio de Castro, observou o Presidente da CICI, Henri Bergson, ao agradecer o relatório.¹⁸

No relatório que encaminhou ao Ministro das Relações Exteriores sobre sua participação na 4ª sessão da CICI em 1924, Aloísio de Castro informa também ter comunicado à CICI a criação da Comissão Nacional Brasileira de Cooperação Intelectual, conforme recomendações nesse sentido tomadas pela CICI em 1923. A Comissão Nacional

¹⁷ BONNET. *Op. cit.* p. 485. e LEAGUE OF NATIONS. INTELLECTUAL CO-OPERATION ORGANISATION. *National Committees on Intellectual Co-operation*. Geneva, 1937. (Prefácio de M. G. de Reynolds).

¹⁸ UNESCO. CICI. A - III - 14. Procès-verbal de la quatrième session de la CICI. 24 au 29 juillet 1924.

Brasileira era composta, além de Aloísio de Castro, por Affonso Celso (Presidente do IHGB e acadêmico), Afrânio Peixoto (médico, escritor e acadêmico), Henrique Morize (Diretor do Observatório Nacional), Medeiros e Albuquerque (escritor e acadêmico), Miguel Couto (médico e acadêmico), Paulo de Frontin (engenheiro e acadêmico) e Rodrigo Otávio (jurista e acadêmico). Com exceção de Henrique Morize, todos os demais membros da Comissão Nacional Brasileira eram membros da Academia Brasileira de Letras.¹⁹

Importa notar, desde logo, que o enlace dos meios intelectuais brasileiros com a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações se deu por meio da Academia Brasileira de Letras. Esse fato realça o caráter oficialista da ABL como “sociedade sábia” e local privilegiado de reunião da intelectualidade brasileira da época. É por meio da ABL, enfim, que se estabelecem as primeiras redes de relacionamento entre os intelectuais brasileiros e os círculos internacionais da cooperação intelectual no âmbito da Sociedade das Nações.

1.3 O Instituto Internacional de Cooperação Internacional

De acordo com a ata dos trabalhos da 4ª sessão da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, realizada em 1924, merece registro a apresentação feita aos membros da Comissão pelo então perito francês junto à SDN, Julien Luchaire, sobre o cinematógrafo e sua utilização para fins educativos. Julien Luchaire irá desempenhar, a partir de então, papel fundamental na criação do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual - IICI em Paris, de que foi um dos principais mentores e promotores, e de que será designado o primeiro Diretor, entre 1925 e 1930. Anteriormente, Julien Luchaire havia sido Chefe de Gabinete do Ministro da Instrução Pública da França, entre 1919 e 1920 e Inspetor Geral da Instrução Pública (professores franceses em missão no exterior), entre 1920 e 1922. Entre 1922 e 1925,

¹⁹ AHI.642.6(04) Relatório de Aloísio de Castro ao Ministro das Relações Exteriores, outubro de 1924.

desempenhou as funções de perito francês junto à CICI, como colaborador de Henri Bérghson.²⁰

O ponto mais importante tratado pela 4ª sessão da CICI em 1924 foi, justamente, o anúncio do governo francês de oferecer à SDN a instalação e o custeio de um Instituto Internacional de Cooperação Intelectual – IICI, com sede em Paris, cuja organização e direção ficariam a cargo da CICI. O projeto de criação do IICI, após analisado pela CICI, foi submetido à Assembléia da SDN, que o aprovou.

A principal justificativa apresentada pelo Governo francês para a criação do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual em Paris foi que a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual da SDN em Genebra não dispunha dos meios financeiros nem das condições materiais necessárias para executar as atividades que a cooperação intelectual internacional requeria.

Como já mencionado, a CICI reunia-se apenas uma vez por ano, ao longo de uns poucos dias, em Genebra. O Secretariado da SDN, que deveria cuidar de manter as atividades de cooperação intelectual entre as sessões anuais da CICI, não dispunha nem de pessoal suficiente, nem dos meios financeiros adequados para levar a cabo a tarefa. Nessas condições, o Presidente francês da CICI, Henri Bergson, logrou obter junto ao Governo francês o patrocínio para a criação de uma estrutura permanente para as atividades da cooperação intelectual. O Governo francês, por sua vez, viu ali a oportunidade de reafirmar também nesse campo o prestígio da França após a I Guerra Mundial. Ofereceu-se, assim, para financiar as atividades do instituto, desde que sua sede estivesse em Paris.

Não sem enfrentar as resistências das demais potências européias, sobretudo da Grã-Bretanha (que nunca virá a contribuir financeiramente para a manutenção do IICI), o Conselho da SDN aprovou a criação do IICI, com sede em Paris. Seus estatutos previam, contudo, que o Conselho de Administração seria constituído pelos membros da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, ao qual o Diretor do IICI, cargo reservado a um

²⁰ UNESCO. IICI. A-III-14. Procès-verbal de la quatrième session de la CICI. 24 au 29 juillet 1924.

cidadão francês, deveria subordinar-se. Esse arranjo institucional garantiria, acreditava-se, o controle das atividades do instituto pela Sociedade das Nações.

No relatório que apresentou o Embaixador Afrânio de Mello Franco, Delegado Permanente do Brasil junto à SDN, ao Ministro das Relações Exteriores, relativo às atividades da Delegação em Genebra no ano de 1925, é feita menção a realização, em julho daquele ano, da 6ª sessão da CICI, reunida em Genebra. Na 6ª sessão, à qual compareceu Aloísio de Castro, foram novamente discutidos a questão do projeto de convenção internacional sobre propriedade intelectual científica, bem como criada nova Subcomissão para assunto de literatura e artes. Prosseguiram as discussões sobre cooperação universitária e bibliografia e foi examinada a possibilidade de criação de uma Universidade Internacional, para a formação de homens de Estado, políticos, jornalistas e professores. Mencionou-se a questão da revisão dos manuais escolares sobre o ensino da história.

Aloísio de Castro apresentou duas propostas relativas à unificação da nomenclatura nas áreas de arqueologia e em matéria de anatomia e nosologia (nome das doenças). A 6ª Sessão da CICI adotou, por fim, o regulamento definitivo do IICI, a ser criado em Paris, e que previa a existência de representantes dos governos dos países que decidissem manter relações com o instituto. Lembra o relatório, a esse respeito, a designação, por indicação de Melo Franco e com o aval do Presidente da República, de Eliseu Montarroyos, Assessor Técnico da Delegação do Brasil em Genebra, como representante do Governo brasileiro junto ao IICI.²¹

Ao final de 1925, o Presidente da CICI, Henri Bérgson, e um de seus membros, o senador italiano Ruffini, solicitaram exoneração de seus cargos. Foram substituídos, respectivamente, por Paul Painlevé, político francês e antigo Presidente do Conselho de Ministros do seu país, e por Alfredo Rocco, político, membro do Gabinete do Governo italiano fascista da época. Essas substituições foram comunicadas pela Delegação do Brasil junto a SDN em Genebra ao Itamaraty no Rio de Janeiro, por meio de novo relatório sobre as atividades da SDN naquele ano. O mesmo relatório informa, ainda, que Eliseu Montarroyos, designado representante junto ao IICI em Paris, participaria da cerimônia de inauguração do

²¹ AHI: 642.6(04) Relatório da Delegação do Brasil junto a SDN, ano de 1925.

Instituto em Paris, na qualidade de representante de Aloísio de Castro, realizada finalmente em 16 de janeiro de 1926.²²

Em 9 de fevereiro de 1926, o Diretor do IICI, Julien Luchaire, endereçou carta ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil para comunicar que o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual acabava de iniciar seus trabalhos. Na correspondência, Luchaire esclarece que uma das primeiras tarefas do instituto será "recolher informações regulares sobre as questões da organização do trabalho intelectual" nos diversos países. Solicita, nesse sentido, que o Governo brasileiro forneça ao instituto exemplares das publicações oficiais do país, como o Diário Oficial, bem como outros boletins ou compilações eventualmente publicadas pela administração pública. Pede, ainda, caso isto seja possível, que sejam enviados ao instituto obras ou revistas de caráter privado "que apresentem um valor documental do ponto de vista da participação do seu país nas atividades intelectuais internacionais".²³

No mesmo momento, portanto, em que era inaugurado em Paris o IICI, reunia-se no Brasil a Comissão Nacional Brasileira de Cooperação Intelectual. Em carta manuscrita endereçada por Aloísio de Castro ao amigo e Diretor do IICI, Julien Luchaire, datada de 10 de março de 1926, o brasileiro informa que convocara seus colegas da Comissão Nacional Brasileira para decidir sobre a lista de obras literárias brasileiras a serem traduzidas e publicadas sob os auspícios da CICI. Adverte, contudo, que a tarefa não era fácil, sendo talvez preciso ouvir o parecer de "sociedades sábias", a ABL provavelmente, e que o assunto requereria tempo. Informa também que a Comissão Nacional brasileira havia elaborado seus estatutos de funcionamento, que estavam sendo impressos e que seriam enviados tão logo prontos ²⁴. Numa linguagem que denota intimidade e mesmo amizade entre os correspondentes, Aloísio de Castro lamenta o fato de que o projeto que consistia na vinda de membros da CICI ao Brasil devesse ser adiado para o ano seguinte, mas reitera seu empenho

²² AHI: 642.6(04). Relatório da Delegação do Brasil junto a SDN, 5 de dezembro de 1925.

²³ AHI: 642.6(04). Carta do Diretor do IICI ao Ministro das Relações Exteriores, 9 de fevereiro de 1926.

²⁴ AHI: 642.6(04). Ata da Sessão de 18/02/1926 da Comissão Nacional Brasileira de Cooperação Intelectual e Regimento interno da Comissão Nacional Brasileira. (ver anexos)

na realização do projeto. Menciona, a propósito, que “o atual governo se interessa muito por todas as questões que dizem respeito à Sociedade das Nações” e diz estar certo de que “o próximo governo que se instalará em 18 de novembro terá o mesmo ponto de vista” a respeito do projeto e das atividades da CICI de forma geral. Confirma, além disso, que participará da próxima sessão da CICI a realizar-se em julho daquele ano.

Aloísio de Castro manifesta em sua correspondência, por fim, seus temores de que a atitude dos alemães sobre o tema das vagas no Conselho da Sociedade das Nações "obrigará talvez o Brasil a se retirar da Sociedade", e lamenta que isto possa vir a representar a perda de "tantos esforços na obra da paz". Julien Luchaire demonstra tranquilidade em sua resposta a esse respeito, afirmando que até aquele momento nenhum fato novo que pudesse comprometer a participação do Brasil na Sociedade das Nações havia ocorrido. Suas preocupações maiores dizem respeito às atividades do IICI, que naquele momento eram muitas e que o impediam de ausentar-se de Paris, ainda que tivesse recebido convites interessantes para visitar outros países, entre os quais os Estados Unidos. Despede-se de Aloísio de Castro fazendo votos para que este compareça à próxima sessão da CICI em Genebra.

Os temores do membro brasileiro da CICI a respeito da provável retirada do Brasil da Sociedade das Nações eram fundados, pois em maio de 1926 ocorre o desfecho final da luta que vinha travando o governo Artur Bernardes desde 1924 para conseguir um assento permanente para o Brasil no Conselho da SDN. Os Acordos de Locarno, assinados em dezembro de 1925, haviam aberto o caminho para o ingresso da Alemanha na Sociedade das Nações, ao promoverem a distensão entre as potências européias. O Brasil, que pleiteava um assento permanente no Conselho, não concordou que o ingresso da Alemanha na SDN pudesse levar a uma ampliação do Conselho que excluísse o Brasil. Diante da recusa das potências europeias em aceitar o Brasil como membro permanente do Conselho, o Brasil deixa a Sociedade das Nações, causando estupor na Europa, onde não se compreendia como o Brasil podia questionar o equilíbrio europeu alcançado pelos Acordos de Locarno. O Brasil retira-se, portanto, da Sociedade das Nações em 1926, mas permanecerá envolvido com os

organismos técnicos da organização, em particular com os assuntos da cooperação intelectual internacional.²⁵

A retirada do Brasil da SDN, consumada em maio de 1926, não impediu a participação de Aloísio de Castro nas atividades da CICI. A presença do membro brasileiro da Comissão na 8ª Sessão da CICI, realizada em julho daquele ano, não deixou de causar, porém, constrangimentos para o membro brasileiro da Comissão, como transparece no relatório que endereça Aloísio de Castro ao Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a sessão de 1928 e que ele inicia com as seguintes palavras:

*“Achando-se extinta a Embaixada do Brasil em Genebra, cumpro o dever de endereçar diretamente a V. Excia. as presentes informações, relativas aos trabalhos da 8ª sessão plenária da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, reunida em Genebra, de 26 a 29 de julho último, da qual tive a honra de participar”*²⁶

Além disso, o relatório é extremamente técnico e burocrático, mais ainda que os encaminhados em anos anteriores, refletindo talvez o desejo do seu autor de realçar a importância intrínseca dos assuntos tratados pela CICI e de distanciá-los dos acontecimentos políticos que levaram o Brasil a retirar-se da SDN.

Pelo relatório, fica-se sabendo que a reunião plenária da CICI foi precedida de reuniões das várias subcomissões temáticas, tendo cabido a Aloísio de Castro, por designação de seus colegas e como uma forma talvez de prestigiá-lo, a presidência da subcomissão de relações universitárias.

Além dos assuntos que constituíam objeto dos relatórios especiais das subcomissões, a CICI examinou três questões importantes, segundo Aloísio de Castro: 1) a criação de uma organização internacional de meteorologia; 2) projeto relativo ao “sincronismo universal”,

²⁵ Sobre as posições defendidas pelo Brasil a respeito da ampliação do Conselho da SDN, veja-se o interessante relato em primeira pessoa de Eliseu Montarroyos, publicados à época, sob o título *Le Brésil et la crise de la Société des Nations en 1926*. Genève: Albert Kundig, 1926.

²⁶ AHI: 642.6(04). Relatório de Aloísio de Castro sobre 8ª sessão da CICI, dezembro de 1926.

considerado necessário para o desenvolvimento da telegrafia e para estudos de medição astronômica; e 3) projeto de criação do Instituto Internacional de Minas.

No que se refere aos assuntos tratados pelas subcomissões, voltou a ser discutido o problema da propriedade intelectual científica, sem que se tenha encontrado solução definitiva sobre a conveniência de um acordo internacional sobre o tema. Foi também “largamente discutido o projeto apresentado por Marie Curie relativo à criação de bolsas internacionais destinadas a permitir aos jovens que se dedicarem à ciência prosseguirem seus estudos e realizarem pesquisas nas grandes escolas experimentais”. Esse projeto estaria sendo discutido pelo IICI, por intermédio do qual poderia vir a ser executado.

Observa Aloísio de Castro que os assuntos relativos às letras e às artes foram discutidos pela primeira vez pela CICI, que havia criado no ano anterior a subcomissão de letras e artes. Castro observa, no entanto, citando a propósito relatório apresentado pelo membro suíço da CICI, Gonzague de Reynold, à Assembleia e ao Conselho da SDN, que “o domínio em que a cooperação internacional será mais difícil e pedirá mais tempo é o da literatura. A literatura tem, de fato, um caráter essencialmente nacional e o escritor é por definição individualista”.

No domínio das artes, duas deliberações importantes da CICI já estariam em fase de realização: a convocação de um Congresso Internacional de Artes Populares e a criação da Repartição Internacional de Museus, que será, observa Castro, “um elemento poderoso entre os países para tornar conhecido no estrangeiro as artes nacionais”.

Relativamente aos assuntos de bibliografia, que são o objeto de uma das subcomissões da CICI, prosseguiram os trabalhos de coordenação internacional “estendendo-os do domínio das ciências físicas ao das ciências econômicas e da antiguidade greco-romana”.

Castro observa, com satisfação, que o projeto que apresentara na sessão do ano anterior, relativo à unificação da nomenclatura em anatomia e nosologia, foi encaminhado à Comissão de Higiene da SDN, e a parte relativa à terminologia anatômica encaminhada, por sugestão sua, ao IICI, para recomendar por seu intermédio às associações científicas interessadas o uso de nomenclatura latina.

Conclui o relatório informando que a CICI funcionou igualmente como Conselho de Administração do IICI, “tomando conhecimento dos trabalhos realizados em suas diferentes seções e organizando o programa para os futuros”. Afirma que não se estenderá sobre esta parte dos trabalhos da CICI “por ter o governo brasileiro um representante junto ao IICI, o digno Sr. Eliseu Montarroyos, de cuja colaboração ouvi no Instituto elogiosas referências”.

Em comparação com os relatórios apresentados por Castro relativos às sessões anteriores da CICI, percebem-se algumas tendências que irão marcar o funcionamento da cooperação intelectual da SDN nos anos seguintes. Em primeiro lugar, observa-se já a complexa estrutura criada para as atividades de cooperação intelectual, formada pela Comissão de Cooperação Intelectual Internacional e suas subcomissões, pelo Instituto Internacional de Cooperação Intelectual recém criado em Paris e “suas diversas seções” e pelo Secretariado da SDN, que possuía um grupo de funcionários dedicados ao acompanhamento exclusivo da cooperação intelectual. Mencione-se ainda as Comissões Nacionais, que deveriam representar o elo de ligação das atividades da CICI nos diferentes países. Por outro lado, percebe-se também o aumento rápido do número e da variedade de assuntos tratados pela CICI, de que é prova a criação, em 1926, de mais uma subcomissão, destinada às letras e às artes.

Do ponto de vista brasileiro, contudo, o fato mais importante ocorrido em 1926 e que poderia ter tido consequências definitivas sobre a participação do país nas atividades de cooperação intelectual internacional, foi a retirada do Brasil da SDN. O questionamento sobre a conveniência de o país afastar-se também das atividades de cooperação noutros campos de atividades internacionais cobertos pela SDN, além do campo exclusivamente político, percorreu o espírito das autoridades brasileiras. Em marco de 1927, de fato, Hildebrando Accioly, então Chefe Interino da Divisão de Fronteiras e Atos Internacionais do Itamaraty, produziu um texto intitulado “A cooperação intelectual a Liga das Nações” em que defende a opinião de que Aloísio de Castro não deve renunciar à sua posição na CICI e que o representante brasileiro junto ao IICI de Paris deve ser mantido, apesar de o Brasil ter abandonado a Sociedade das Nações. Pela forma em que está vazado o texto, tudo leva a crer que se trata de um documento interno, na forma de um memorandum ou de um parecer, destinado a subsidiar decisão a ser tomada em instâncias superiores do Ministério sobre a permanência ou não do Brasil nas atividades de cooperação intelectual da SDN. Hildebrando

Accioly havia servido na Delegação do Brasil em Genebra, entre 1924 e 1926, sob o comando de Afrânio de Melo Franco, e conhecia, portanto, os assuntos lá tratados.

O texto de Accioly, datado de 15 de março de 1927, traça o seguinte perfil da cooperação intelectual no âmbito da SDN: a questão da cooperação intelectual havia sido debatida já na primeira Assembléia da SDN, realizada em dezembro de 1920, na qual adota-se um voto, "para que o Conselho participasse, na mais larga medida possível, dos esforços tendentes a realizar a organização internacional do trabalho intelectual". Léon Bourgeois, o representante francês no Conselho da SDN, tem papel proeminente ao indicar ao Conselho, alguns meses depois, "os meios de dar continuidade àquele voto", propondo a criação de uma comissão, composta por doze membros no máximo, a serem escolhidos entre os homens mais qualificados nas áreas da educação e das ciências e incumbida de "estudar os meios de simplificar, esclarecer, ampliar as relações intelectuais internacionais já existentes". A segunda Assembléia da SDN acatou em linhas gerais a proposta de Léon Bourgeois e pouco depois o Conselho, instância executiva da SDN, procedia à indicação de seus membros.

Sobre a composição inicial da CICI, convém notar que, dos doze membros iniciais da Comissão, nove eram provenientes de países europeus, um da América do Norte (EUA), um da América do Sul (Brasil) e um da Ásia (Índia inglesa). As potências vencidas na Primeira Guerra Mundial não estavam representadas na CICI, com a exceção de Albert Einstein. Além das potências vencedoras (França, Inglaterra e EUA), os demais representantes europeus provinham de países considerados "potências médias", como a Bélgica, a Polônia, a Espanha e Itália, além de Holanda, Noruega e Suíça. A composição da Comissão refletia, portanto, a preocupação da França em delimitar, também no campo da cooperação intelectual, o status quo resultante da guerra.

Quanto à questão da retirada do Brasil da Sociedade das Nações, Hildebrando Accioly opinava que este não seria um motivo para que o representante do Brasil abandonasse a CICI, pois, de um lado, outros países que não eram membros da Liga possuíam representantes na CICI, como no caso dos Estados Unidos e, de outro lado, Aloísio de Castro havia sido designado pelo Conselho a título individual e não como um representante de Estado. Da mesma forma, Hildebrando Accioly acreditava que o Instituto de Paris era um organismo criado e mantido pelo Governo francês, apesar de ter sido posto a serviço da SDN, e que

Estados que não eram membros da SDN mantinham representantes junto ao Instituto. Assim, não via contradição em que o Brasil mantivesse um representante junto ao IICI.

Além disso, Accioly ressaltava as vantagens da cooperação intelectual entre as nações, "como fator de aproximação entre os povos", como sendo a razão principal para o Brasil continuar participando das atividades de cooperação nessa área, pois sendo o Brasil "país de cultura avançada", não poderia deixar de acompanhar os desenvolvimentos da cooperação intelectual internacional.

Consuma-se, portanto, o afastamento do Brasil da Sociedade das Nações, mas mantém-se a participação de representantes brasileiros nos órgãos técnicos da organização. No caso da cooperação intelectual, a saída do Brasil da SDN não significou uma diminuição do envolvimento do país com as atividades da CICI e do IICI de Paris. De fato, em 18 de maio de 1927, Julien Luchaire, Diretor do IICI, endereça carta a Aloísio de Castro cumprimentando-o pela sua recente nomeação como Diretor Geral do Ensino. Luchaire manifesta a esperança de que estas novas e altas funções de Aloísio de Castro pudessem contribuir para o aprofundamento maior dos meios intelectuais brasileiros com as atividades do IICI de Paris. Faz votos também para que Aloísio de Castro não deixe de comparecer à próxima sessão da CICI em Genebra.

1.4 A reforma dos organismos de cooperação intelectual da SDN

Em 1927 começam, porém, a surgir as primeiras críticas aos trabalhos do IICI de Paris e partem dos próprios membros da CICI, em particular do suíço Gonzague de Reynold, amparado por Einstein e por Marie Curie. As críticas diziam respeito à autonomia excessiva de que o IICI vinha dando mostras, já nos seus dois primeiros anos de funcionamento (1926-1927). Segundo esses críticos, caberia ao IICI "executar as decisões da CICI e estudar as questões que esta lhe atribuísse". Conviria, assim, "limitar as competências do IICI em matéria de novos trabalhos, rogando-lhe que pedisse a opinião da CICI antes de assumir compromissos ou empreender atividades que poderiam restringir a liberdade de decisão da

CICI”.²⁷ Tais críticas não impediram, contudo, que o relatório sobre as atividades do IICI (1926-1927) fosse aprovado pela CICI em sua sessão de 1927, sem maiores problemas.

Entre a sessão de julho de 1927 e a sessão de julho de 1928 da CICI, registrou-se a existência de movimentação diplomática nos bastidores da SDN em Genebra, envolvendo o membro suíço de CICI, Gonzague de Reynold, a delegação britânica junto à SDN, representantes do Secretariado e a delegação alemã, que passaram a questionar com maior vigor os métodos de trabalho do IICI e de seu Diretor, Julien Luchaire. O rápido crescimento das atividades do IICI, e sua proatividade na condução das atividades de cooperação intelectual internacional, evidenciam uma oposição entre a concepção francesa daquilo que deveria ser essa cooperação e a concepção anglo-saxônica. Esta última era “liberal, privilegiando a ação dos intelectuais, isolados ou agrupados em associações privadas”, ao passo que a primeira defendia uma ação entre “Estados, coordenada por uma organização internacional intergovernamental”²⁸.

Na sessão de 1928 da CICI é que se dá o primeiro embate frontal entre essas duas concepções distintas, representadas pelo britânico Gilbert Murray e pelo francês Julien Luchaire. A sessão de 1928 abre-se com a eleição de Murray para a Presidência da CICI, que vagara com o falecimento do físico holandês Lorentz no início de 1928. O ponto alto da sessão da CICI viria a ser a discussão do relatório das atividades do IICI entre 1927 e 1928. Excessivamente longo e auto-laudatório, o relatório apresentado por Julien Luchaire foi duramente criticado pelos demais membros da CICI. Ao lado de Luchaire permaneceram apenas Aloísio de Castro, Casares (membro espanhol) e Poincaré (membro francês da CICI). Às críticas de excessiva burocracia e multiplicação de iniciativas, respondeu Luchaire com a alegação de que faltavam recursos ao IICI, cujo principal financiador continuava a ser o Estado francês. Aprovado o relatório, com as observações feitas pelos membros da CICI, ganhou o IICI mais um ano de vida sob a direção de Luchaire.

²⁷ UNESCO, Arquivos da CICI, 1927, *apud* RENOLIET, Jean-Jacques. *L'UNESCO oublié*. Paris, Sorbonne, 1999. p. 78 e 79.

²⁸ RENOLIET, *op. cit.* p. 80.

O apoio firme dos brasileiros Aloísio de Castro e Eliseu Montarroyos à gestão de Luchaire à frente do IICI está refletido, por um lado, na troca de correspondências entre Castro e Luchaire e, por outro lado, nas comunicações oficiais enviadas pelo Delegado brasileiro junto ao IICI ao Ministério das Relações Exteriores. Em maio de 1928, há nova troca de correspondências entre Castro e Luchaire, sobre futura vinda ao Brasil do Diretor do IICI, que tudo indicava teria lugar em outubro de 1928. Na correspondência, Aloísio de Castro confirma sua participação na sessão da CICI a realizar-se em julho daquele ano. Menciona também o apoio financeiro assegurado pelo governo brasileiro ao IICI. Entre setembro e dezembro de 1927, Montarroyos enviara uma série de Ofícios ao Ministério das Relações Exteriores transmitindo solicitação do Diretor do IICI de que os Estados associados ao Instituto fizessem contribuições financeiras regulares ao IICI. As gestões de Montarroyos, seguramente amparadas por Aloísio de Castro, dão resultado, pois o Governo brasileiro efetua, no início de 1929, a primeira contribuição regular ao IICI, que se repetiria nos anos seguintes. Além disso, financia a publicação pelo IICI de traduções de obras literárias de autores brasileiros. Em correspondência datada de março de 1929, Castro comenta aliviado a Luchaire que o Brasil efetuara o pagamento de sua contribuição ao IICI, o que qualifica de uma vitória.

Outra frente de apoio às atividades do IICI e ao seu Diretor por parte dos membros brasileiros da “organização de cooperação intelectual”, refere-se à convocação de reunião da Comissão Nacional Brasileira, em janeiro de 1929 no Rio de Janeiro, de que também participou Eliseu Montarroyos. A Comissão Nacional Brasileira de Cooperação Intelectual reunira-se em janeiro de 1929 em função da convocação da I Conferência de Comissões Nacionais de Cooperação Intelectual, que se realizaria em julho daquele ano em Genebra, destinada a analisar o funcionamento do IICI de Paris e suas relações com a CICI de Genebra.

Em julho de 1929, por ocasião da Conferência das Comissões Nacionais, realizadas na semana imediatamente anterior à sessão anual da CICI em Genebra, estoura finalmente a crise do IICI, que vinha sendo gestada desde 1927, mas que só assumira contornos preocupantes durante a sessão de 1928.

Aloísio de Castro não compareceu nem à Conferência das Comissões Nacionais, nem à sessão de 1929 da CICI. Conforme correspondência endereçada em maio de 1929 por

Castro a Oprescu – alto funcionário da SDN encarregado dos assuntos de cooperação intelectual – o representante brasileiro a ambas as reuniões será Afrânio Peixoto, membro da Academia Brasileira de Letras e da Comissão Nacional Brasileira de Cooperação Intelectual. A presença de Afrânio Peixoto à sessão da CICI é confirmada por correspondência do Embaixador do Brasil em Paris, Souza Dantas, ao Secretariado da SDN em Genebra.

A Conferência das Comissões Nacionais, convocada por decisão da CICI em 1929, destinava-se a passar em revista as atividades e definir o estatuto das Comissões Nacionais, bem como a examinar as relações e os meios de colaboração entre as três instâncias principais da cooperação intelectual internacional, a saber, a CICI de Genebra, o IICI de Paris e as Comissões Nacionais. A Conferência produziu uma série de recomendações sobre a reforma da organização da cooperação intelectual internacional, entre as quais destacam-se: “1) a simplificação da cooperação internacional mediante a criação de um Bureau permanente em Genebra, sob a direção imediata da CICI (...) e restrição, na mesma medida, das atividades do IICI (...); 2) limitação das tarefas da CICI (...) e do IICI a um pequeno número de problemas de ordem prática, que apresentem importância do ponto de vista internacional; esses problemas seriam definidos pela CICI (...); 3) medidas tendentes a evitar atividades inúteis por parte do IICI, destinadas a tarefas irrealizáveis, e, caso necessário, modificação dos métodos de trabalho utilizados pelo IICI; 4) medidas tendentes a evitar a intervenção da CICI (...) e do IICI na atividade das organizações científicas internacionais existentes.”²⁹

A sessão de 1929 da CICI não só endossou as recomendações da Conferência das Comissões Nacionais, mas também sugeriu à Assembléia da SDN a criação de um Comitê de Estudos encarregado de apresentar, a partir das recomendações da Conferência de Comissões Nacionais, propostas claras e objetivas de reforma da organização da cooperação intelectual internacional no seu conjunto, incluindo o IICI de Paris.

O Comitê de Estudos, integrado por membros da CICI, entre os quais a norueguesa Katerine Bonnevie, o espanhol Julio Casares, o suíço Gonzague de Reynolds, o italiano Alberto Rocco e o alemão H. A. Kruss, contou também com a participação de personalidades externas à CICI, como o francês Roland Marcel (administrador da Biblioteca Nacional de

²⁹ Resoluções adotadas pela Conferência das Comissões Nacionais, 1929. *Apud* RENOLIET, *op. cit.*, p. 93.

Paris), o inglês F. Heath (secretário do “Universities Bureau of the Empire”) e o americano S. Duggan (diretor do “Institute of International Education”) reunir-se-ia nos meses de maio e abril de 1930.³⁰

No momento, portanto, em que as atividades do IICI em Paris e a gestão de seu Diretor eram seriamente questionadas e reavaliadas, Julien Luchaire realiza finalmente a visita ao Brasil que há anos vinha planejando com Aloísio de Castro. A visita tem lugar entre os meses de outubro e novembro de 1929 e dela nos dá notícia uma nota publicada na “*Révue de la Coopération Intellectuelle*”, publicada pelo Instituto Internacional de Cooperação Intelectual de Paris.

Mas tanto a situação de Julien Luchaire quanto a situação do IICI eram periclitantes e, poucos meses depois de sua viagem ao Brasil, o Diretor do IICI é forçado a apresentar seu pedido de demissão. As conclusões a que havia chegado o Comitê de Estudos sobre a reforma da cooperação intelectual, extremamente duras para o IICI, foram aprovadas, em seguida, pela sessão da CICI reunida em julho de 1930. Entre essas conclusões, mencione-se: 1) recomendação para que a composição da CICI fosse renovada; 2) enfraquecimento do IICI em favor da CICI, considerada o órgão central da cooperação intelectual internacional; 3) recomendação de supressão dos representantes de Estado junto ao IICI, a fim de que as relações dos Estados com os organismos da cooperação intelectual se desse prioritariamente por intermédio da CICI e do Secretariado da SDN.

Entre a aprovação do relatório do Comitê de Estudos pela CICI em julho de 1930 e a submissão das decisões por ela tomadas à aprovação da Assembléia e do Conselho da SDN, que se reuniria em setembro daquele ano, o Governo francês, por intermédio do seu representante na CICI, Painlevé, iniciou uma reação diplomática nos círculos da SDN, onde a França ocupava posição de destaque como membro do Conselho e detinha o poder de veto, para salvar a existência do IICI em Paris e preservar, assim, sua influência nos assuntos relativos à cooperação intelectual internacional.

³⁰ IICI. *Révue de la Coopération Intellectuelle*. 1930, pág. 89 (disponível no site da Biblioteca Nacional da França, gallica.bnf.fr).

Após grandes esforços diplomáticos do Governo francês, a Assembléia da SDN atenua as recomendações do Comitê de Estudos e da CICI sobre o projeto de reforma da cooperação intelectual, mantendo, ainda que sob novas bases, o IICI em funcionamento em Paris. Inicia-se, contudo, uma nova fase da existência da cooperação intelectual no seio da SDN, que ao longo dos anos 1930 assumirá contornos bem diversos daqueles exibidos nos anos 1920.

PARTE II - O BRASIL E A COOPERAÇÃO INTELECTUAL INTERNACIONAL, ASPECTOS DA DINÂMICA DE UM PROCESSO

Capítulo 2 – A representação brasileira na Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, sob Aloísio de Castro (1922-1930)

O reconhecimento de que a cooperação intelectual tem importante papel a desempenhar na promoção da paz internacional revela o caráter político dessa cooperação. Ao assumir a iniciativa da promoção da cooperação intelectual no âmbito da Sociedade das Nações, a França demonstrava claramente seu interesse em controlar os mecanismos da cooperação intelectual internacional como forma de afirmar também nesse campo a supremacia francesa e o *status quo* resultante da I Guerra Mundial.³¹ Muitas das críticas que se fazem ao Tratado de Versalhes e à paz dos vencedores imposta à Alemanha é que a França foi excessivamente rigorosa nas exigências que impôs ao país vencido no tratado de paz. A criação da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual e, sobretudo, a criação do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (financiado quase que totalmente pela França e situado em Paris) pode ser vista como mais um exemplo do esforço político francês de afirmar-se no cenário político internacional no pós-guerra. A cooperação intelectual que se implanta sob os auspícios da Sociedade das Nações foi, portanto, grandemente influenciada por considerações de política internacional e pelos nacionalismos.

Se à primeira vista a presença de um representante brasileiro no seleto grupo de membros da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações pode causar espanto, ela justifica-se plenamente quando se analisa, de um ponto de vista histórico, as circunstâncias que levaram o Brasil a participar da Conferência de Paz de Versailles, em 1919, e da criação da Sociedade das Nações. Também não foi fortuita a indicação do médico brasileiro Aloísio de Castro para representar o Brasil na Comissão Internacional de Cooperação Intelectual. A biografia desse ilustre brasileiro, ainda que esquecido, fornecem elementos preciosos ao bom entendimento da sua indicação como

³¹ RENOLIET. *Op cit.* pág. 22.

membro da Comissão, bem como pistas importantes sobre a natureza da cooperação intelectual e sobre a conformação do campo intelectual, no Brasil e no exterior, nas primeiras décadas do século XX. Ilumina, por fim, de um ângulo inesperado, a política exterior brasileira na última década da chamada Primeira República, pois constitui capítulo novo e relativamente desconhecido da conturbada participação do Brasil na Sociedade das Nações.

O Brasil havia sido o único país da América do Sul que declarara guerra às potências centrais na Grande Guerra (1914-1918). Por isso, tomou parte na Conferência de Paz de Versalhes e a assinou o Tratado de Paz de Versalhes, firmado em 28 de junho de 1919, cuja primeira parte é constituída do Pacto da Liga das Nações. Esse tratado instituiu o primeiro organismo internacional baseado na igualdade jurídica entre os Estados e voltado para a promoção da paz mundial. Ao aderir à Sociedade das Nações, e diante da decisão norte-americana de não aderir à SDN, o Brasil passou a integrar, como membro não permanente, o Conselho, órgão máximo da Sociedade das Nações, que reunia as principais potências mundiais da época. A participação do Brasil na Sociedade das Nações e, por consequência, nos trabalhos da CICI foi, portanto, grandemente motivada por considerações de prestígio internacional.³²

Entre 1919 e 1926, quando deixou com estardalhaço a Sociedade das Nações, o Brasil tentou arduamente ser reconhecido como membro permanente do Conselho e manter, assim, o prestígio internacional que essa função lhe assegurava. Essa aspiração, no entanto, não era amparada por um poder econômico e militar que a sustentasse, o que levou o país a deixar a SDN em 1926, diante da recusa das potências europeias em assegurar ao Brasil um assento permanente no Conselho. Não era outro o sentido da afirmação de Stanley Hilton, ao fazer um balanço da política exterior brasileira nos anos 1920:

“Brazil foreign policy strategy in the 1920s was generally well-advised, but it produced uneven results. The rebuff by the European powers at Geneva in 1926 was certainly a major diplomatic defeat, one that revealed how chimerical the pursuit of elevated international

³² Sobre a participação do Brasil na Sociedade das Nações e os seus reflexos na política interna do país, ver GARCIA, Eugenio Vargas. *O Brasil e a Liga das Nações: vencer ou não perder*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, 2ª Ed.

*status was without sufficient national power and also one that propelled the country towards an exclusively hemispheric political orientation”.*³³

Com o profundo envolvimento do país nos assuntos da SDN, o Governo brasileiro decide criar uma Embaixada permanente em Genebra. Em 1924, Afrânio de Mello Franco é designado Delegado Permanente do Brasil junto à SDN, onde desempenhará um papel particularmente ativo, até o afastamento do país da SDN em 1926. É nesse contexto, portanto, que se enquadra a indicação de um brasileiro para integrar a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual – CICI da Sociedade das Nações.

Quem foi Aloísio de Castro? Como se deu sua nomeação para representar o Brasil na Comissão Internacional de Cooperação Intelectual? Por que ele foi escolhido? O que o credencia para ocupar essa posição ao lado de personalidades tão importantes quanto Einstein, Marie Curie e Henry Bergson? Como foi sua participação?

2.1 Aloísio de Castro, um intelectual brasileiro da Primeira República

Aloísio de Castro nasceu em 1881, no Rio de Janeiro, e faleceu na mesma cidade em 1959. Era filho de Francisco de Castro (1856-1901), médico e escritor baiano, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia. Seguindo os passos do pai, Aloísio de Castro colou grau de Doutor em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1903, onde passa a lecionar, a partir de 1904, como Assistente da Cadeira de Clínica Propedêutica ocupada por Miguel Couto.

Em 1906 obtém, como prêmio por ter sido o melhor aluno de sua turma, uma viagem de especialização médica a Paris, oferecido pela mesma Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Viaja com uma carta de apresentação de Miguel Couto e permanece em Paris até 1907. Em 1909, assume as funções de Professor Substituto de Clínica Propedêutica e, em

³³ HILTON, Stanley E. “Brazil and the post-Versailles world: elite images and foreign policy strategy, 1919-1929”, *Journal of Latin American Studies*, Vol. 12, No. 2 (Nov. 1980), p. 363.

1910, a de Catedrático de Clínica Médica, que desempenhou até sua aposentadoria em 1940. Foi médico da Santa Casa de Misericórdia.

Aloísio de Castro foi Diretor Geral da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro de 1915 a 1924. Nessa qualidade, integrou o Conselho Superior de Ensino, instituído pela lei orgânica do ensino (Lei Rivadávia Correa) de 1911. O Conselho Superior de Ensino, que tinha a função de fiscalizar as instituições de ensino superior, era composto dos Diretores das escolas federais de Medicina, Direito e Engenharia e do Colégio Pedro II. O Conselho Superior de Ensino foi transformado, em 1925, pela Lei Rocha Vaz de reforma do ensino, em Conselho Nacional de Ensino, presidido pelo Diretor do Departamento Nacional de Ensino criado pela mesma reforma. Aloísio de Castro foi Diretor do Departamento Nacional de Ensino de 1927 a 1932.

Em 1917 foi eleito, aos 36 anos, terceiro ocupante da cadeira nº 5 da Academia Brasileira de Letras, na sucessão de Oswaldo Cruz. Foi recebido pelo também médico e acadêmico Afrânio Peixoto. Após a sua morte, em 1959, foi sucedido na Academia por Cândido Motta Filho, jurista e político paulista, que participou ativamente do movimento Modernista inaugurado na Semana de Arte Moderna de 1922.³⁴

Em meados de 1922, quando acumulava as funções de Diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, de membro do Conselho Superior de Ensino e de membro da Academia Brasileira de Letras, o nome de Aloísio de Castro foi indicado para integrar a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações, como representante brasileiro.

Esse breve esboço biográfico apresenta indícios importantes a respeito da personalidade pública de Aloísio de Castro, ao traçar um quadro geral do lugar ocupado por Aloísio de Castro no ambiente social e intelectual do Brasil, no início dos anos 1920.

Em discurso pronunciado na Academia Brasileira de Medicina, em 1959, por ocasião da morte naquele ano de Aloísio de Castro, o grande memorialista brasileiro Pedro Nava,

³⁴ *Dicionário Histórico-biográfico das Ciências da Saúde no Brasil*. Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ (www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br); Academia Brasileira de Letras. Perfil dos acadêmicos.

também ele médico e que tivera a oportunidade de conviver com Aloísio de Castro, traçou um perfil acurado de Aloísio de Castro, destacando três circunstâncias que teriam contribuído para a formação da sua personalidade e do seu caráter.³⁵

Em primeiro lugar, Nava destaca a formação humanista de Aloísio de Castro, que lhe veio do exemplo do pai, Francisco de Castro, médico e poeta, e da educação que este lhe propiciou. Aloísio de Castro "fez suas humanidades" no Colégio João Kopke, no Rio de Janeiro, onde recebeu uma educação de cunho clássico, que incluía o estudo da língua e da literatura grega e latina. Do ponto de vista literário, Aloísio de Castro sempre se reclamou adepto do Parnasianismo, movimento literário do final do Século XIX no Brasil, que se caracterizou pelo apuro gramatical da linguagem e pela releitura idealizadora da antiguidade clássica, vista como fonte de exemplos perenes de beleza estética e ideal civilizatório. Segundo Nava, Aloísio de Castro era o "maior e o mais representativo dos humanistas dentre os médicos brasileiros".

Francisco de Castro, médico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, havia logrado alcançar no Rio de Janeiro renome não só como médico, mas também como homem de letras e poeta. Francisco de Castro fora eleito, em 1899, para uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, que não chegou a ocupar, pois faleceu em 1901. Foi amigo de Machado de Assis, que prefaciou seu único livro de poemas, "Harmonias errantes" (1878), e de Ruy Barbosa, que também prefaciou a edição póstuma dos "Discursos do Prof. Francisco de Castro" (1902). Antônio Cândido assim se referiu a Francisco de Castro, ao tratar da função da literatura na cultura brasileira, como um fenômeno central da vida intelectual no Brasil:

“Com efeito, é fácil perceber que o verbo literário vai perdendo terreno, não apenas em relação à matéria que lhe cabia, mas ao prestígio que tinha como padrão de cultura. Para dar um único exemplo: hoje não compreenderíamos mais fenômenos como o da escola baiana de medicina, ou o prolongamento que lhe deram, na Faculdade do Rio, Francisco de Castro e os seus discípulos. Não se poderia admitir, de um lado, a ciência médica expressa em retórica

³⁵ NAVA, Pedro. "Aloísio de Castro, o gentil-homem da medicina brasileira", in *A medicina de Os Lusíadas*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004. p. 74

literária; de outro, a literatura considerada como requisito de preeminência científica e social”³⁶

A vida de Aloísio de Castro espelha, como ele próprio faz questão de frisar, a “história da vida” de seu pai. Aloísio de Castro foi, inclusive, aluno do próprio pai na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. A eleição de Aloísio de Castro, em 1917, para uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, deveu-se, em grande medida, à memória do pai. O seguinte excerto do discurso recepção de Aloísio de Castro é particularmente esclarecedor a este respeito:

“Aceito como vosso companheiro, ao Dr. Francisco de Castro não sobrou vida para aqui se empossar na cadeira do Visconde de Taunay, e houve de agradecer-vos num discurso póstumo. (...) Por modo assim foram as coisas, que não houve para o Dr. Francisco de Castro a oportunidade do elogio acadêmico, a que todos têm direito. Entendestes por isso contrabalançar de algum modo os fados, e pondo de parte conveniências, esquecendo a minha desvalia, me elegestes em memória de meu Pai. Assim, por vossas mãos que é dado chegar hoje ao posto que me faltava para reproduzir na minha a carreira paterna. Comparando-as, estou a dizer em mim que muitas vezes podem as circunstâncias o que noutras pode o merecimento. A meu Pai tudo devo. Se acaso assim não fora, eu assim o quisera. Quem ama a verdade, a quem ama quer dever o mais que possa, para que a gratidão cresça o amor, e este não tem limites”³⁷

Como está dito no discurso de recepção na Academia de Aloísio de Castro, este não havia ainda produzido uma obra literária que justificasse a sua escolha (“esquecendo a minha desvalia”). Por esse motivo, aliás, é curioso notar que a resposta de Afrânio Peixoto ao discurso de recepção de Aloísio de Castro foi acrescida, quase quinze anos depois, em 1934, de um *post scriptum*, publicado no *Jornal do Commercio*, em que Afrânio elenca as obras

³⁶ CANDIDO, Antonio. “Literatura e cultura de 1900 a 1945”, in *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010, p. 123

³⁷ CASTRO, Aloísio. *Discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras*. In ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Discursos acadêmicos*. Tomo I (1897-1919). Rio de Janeiro: Publicações da ABL, 2005. p. 931.

poéticas e outras, publicadas por Aloísio de Castro desde sua eleição como acadêmico, e que justificariam, *ex post* e do ponto de vista literário, a sua eleição.³⁸

Apesar de não haver produzido até 1917 uma obra literária que justificasse sua eleição para a Academia Brasileira de Letras, o meio em que se criou, a educação que recebeu fizeram de Aloísio de Castro um acadêmico nato, como a ele se refere Cândido Motta Filho, seu sucessor na Academia:

*“Ninguém teve concepção mais exata da Academia que Aloísio de Castro. Pode-se dizer que foi acadêmico perfeito e acabado. E o foi mesmo antes de entrar na Academia. O professor admirável, cujas aulas magistrais frequentei embevecido, era assim um acadêmico por direito de sangue. Cresceu numa atmosfera cultural, no enlevo pelo pai, homem de letra da melhor cepa e professor dos mais exímios. A vocação, que lhe vinha da alma, era estimulada pelo meio que o cercava. Desde criança, as figuras literárias de projeção lhe eram familiares. Muito cedo começou a respirar nas tertúlias intelectuais e viver na República das Letras.”*³⁹

A formação humanística de Aloísio de Castro, como o apontou Pedro Nava, não está, porém, assentada numa doutrina moral que vê no homem o centro e a medida de todas as coisas. Seu humanismo refere-se antes ao seu gosto pela literatura, pela música e pelas artes em geral. A multiplicidade de seus interesses e a variedade de seus conhecimentos faziam dele um médico diferenciado, que o distinguiam no meio das ciências médicas no Brasil. Para Cândido Motta Filho, o classicismo de Aloísio de Castro "era a defesa de um civilizado, contra os destemperos da invasão do barbarismo" . Certo de que o ideais clássicos eram perenes, atravessou "a mocidade imune às inquietações literárias" e alheio às "consequências da revolução industrial, da revolução social, da revolução filosófica e científica". Aloísio da Castro mostrou-se, de fato, avesso ao Modernismo em literatura e contrário, por exemplo, às posições adotadas por Graça Aranha dentro da ABL. Cândido Motta Filho, observa, ademais

³⁸ A certa altura do seu *post scriptum*, assim se referiu Afrânio Peixoto a Aloísio de Castro para indicar o poeta que ainda estava por vir: *“Même quand l’oiseau marche on sent qu’il a des ailes”*. (*Mesmo quando o pássaro anda, percebe-se que tem asas*) (ABL, 2005, pp. 949-969).

³⁹ MOTTA FILHO, Cândido. “Discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras”. 20 de julho de 1960. In ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Discursos acadêmicos*. Tomo IV.

que Aloísio de Castro não nutria "nenhum gosto pela política" e que nunca esteve em seu programa "solidarizar-se com as agitações da vida moderna" e conclui: "Percorrendo-lhe a obra, não encontro o eco de qualquer conflito".⁴⁰

O humanismo de Aloísio de Castro, conforme observado por Pedro Nava e por Cândido Motta Filho, traz à luz a questão da formação das elites políticas e intelectuais do país na República Velha, tema amplamente tratado pela historiografia brasileira sobre o período.⁴¹ A formação das elites no Brasil está, por sua vez, profundamente relacionada com a questão da história da educação no país. É com a vinda da família real portuguesa ao Brasil (1808) que se criam as primeiras instituições de ensino superior no Brasil, como as Faculdades de Direito do Recife e de São Paulo, as Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro e as escolas de engenharia de Ouro Preto e do Rio de Janeiro. Cria-se ainda, no Rio de Janeiro, o Colégio Nacional, mais tarde Colégio Pedro II, para o ensino médio, preparatório para o ingresso numa Faculdade, que serviu de modelo obrigatório para todos os demais colégios criados no Império. O ensino fundamental continuou à cargo da Igreja.⁴²

A Proclamação da República em 1889 não alterou a estrutura do sistema de ensino vigente no Brasil desde o Império. Ao contrário, o forte federalismo que se implantou reforçou a autonomia das antigas províncias, transformadas em Estados, que se refletiu também no sistema de ensino. Aos Estados ficou reservada a organização do ensino primário, ao passo que à União ficou reservado o ensino superior e seu apêndice, o ensino médio.⁴³

⁴⁰ MOTTA FILHO, Cândido. "Discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras". 20 de julho de 1960. In ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Discursos acadêmicos*. Tomo IV. Pág. 676 e 678.

⁴¹ CANDIDO, Antônio. "Literatura e cultura de 1900 a 1945", in *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010, p. 117-146; AZEVEDO, Fernando. *A cultura no Brasil. Introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4ª ed. Brasília: Editora da UnB, 1963; MICELLI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; MACHADO NETO, A. L. *Estrutura social da República das Letras. Sociologia da vida intelectual brasileira (1870-1930)*. São Paulo: Editora da USP, 1973

⁴² AZEVEDO, Fernando. *Op. Cit.* p. 553 -606.

⁴³ AZEVEDO, Fernando. *Op. Cit.* p. 607-654; NAGLE, Jorge. "A educação na Primeira República". In: *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, 2º Vol.* Rio de Janeiro: Difel, 1978. pp. 261-291.

Francisco de Azevedo assim se refere à “cultura do Brasil” à época do final do Império e início da República:

“Se tivéssemos de classificar a cultura do Brasil dessa época, não pela raiz, mas pela flor, não pelas transformações econômicas e políticas que então se operaram, mas pela classe dirigente que fizera a República e que vinha do Império, não se poderia separar em duas, correspondentes aos dois regimes, as fases da evolução da cultura. No período republicano, ao menos até a guerra européia 1914-1918, projetou-se, de fato, com seus caracteres, o tipo de mentalidade e de cultura que se plasmou na fase colonial e em todo o Império. O mesmo espírito literário e livresco; a mesma falta de audácia construtiva e a mesma preocupação excessiva de fórmulas jurídicas, o de formalismo e “juridicismo” nas palavras de José Maria Belo”⁴⁴

Nesse contexto, as faculdades de medicina e direito eram consideradas desde a sua criação como escolas especializadas e não como universidades no sentido que lhes damos hoje, voltadas não só para a formação profissional, mas também para a investigação científica. Francisco de Azevedo serve-nos, mais uma vez, de apoio:

“Só essa educação de base literária — clássica e de preparação para as profissões de advogados, médicos e engenheiros, conferia aos brasileiros um título, os elevava em dignidade social e ficava sendo ainda o caminho dos cargos importantes. A preeminência dos estudos literários sobre os estudos científicos permanecia tão fortemente marcada, no sistema cultural do país, que ainda constituíam e deviam figurar por muito tempo, como instituições solitárias, sem irradiação, as raras escolas ou institutos prepostos ao ensino científico, não aplicado, ou a pesquisa no domínio das ciências naturais”⁴⁵

Como Diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e, posteriormente, como Diretor do Departamento Nacional de Ensino – órgão máximo da administração pública federal na área da educação superior nos últimos anos da República Velha - Aloísio de Castro desempenhou funções importantes na administração do sistema brasileiro de ensino ao longo

⁴⁴ AZEVEDO, Fernando. *Op. Cit.* p. 612.

⁴⁵ AZEVEDO, Fernando. *Op. Cit.* p. 623.

da década de 1920. A atuação Aloísio de Castro nesta área indica, porém, que esteve mais preocupado em consolidar a primazia das Faculdades tradicionais no Brasil (Direito, Engenharia e Medicina) do que em favorecer mudanças que levassem à modernização do ensino superior no Brasil. Convém lembrar que à época já se discutia a necessidade de implantar as primeiras Universidades no país, o que só viria a ocorrer na década de 1930. Por outro lado, ao longo da década de 1920 tiveram lugar em vários Estados do Brasil reformas no sistema educacional, no nível primário sobretudo (Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), que não dependia do Governo federal, inspiradas nos princípios da “Escola Nova”, que procurava modernizar a educação segundo princípios republicanos, entre os quais o acesso universal ao ensino.

Na primeira ocasião em que Aloísio de Castro presidiu, na qualidade de Diretor do Departamento Nacional de Ensino, as sessões do Conselho do Ensino Superior e Secundário, lembrou aos demais conselheiros as funções do recém-criado Departamento Nacional de Ensino, que consistiam em “superintender o ensino secundário, o superior, o artístico e o profissional”. Não deixou de observar também o caráter “meramente consultivo” do Conselho do Ensino Superior e Secundário, ao qual competia “discutir, propor e emitir opinião nas questões do ensino público”, sem contudo tomar decisões. Lamentou que assim fosse, não sem uma certa ironia, atribuindo tal fato à nova lei de ensino sancionada em 1925, que decretou ainda a “perda de autonomia didática das Congregações”. Reafirmou, contudo, sua convicção de que uma verdadeira reforma do ensino deveria “velar pelo engrandecimento das Congregações, constituídas com processos que assegurem a seleção entre os mais capazes”, bem como deveria “dar ao professorado uma alta dignidade, que o coloque no elevado nível que só a cultura pode ter direito”. Elencava, desta forma, os que seriam seus objetivos principais à frente do Departamento Nacional de Ensino.

Percebe-se nas palavras de Aloísio de Castro, que falava aos seus pares, os Diretores e representantes das tradicionais Faculdades de Direito, de Medicina e de Engenharia do Brasil, uma visão corporativa, entrincheirada nos interesses dos membros das Congregações, sobre o que deveria ser a administração do ensino público no Brasil e sobre a própria natureza desse ensino. Afinal, para Aloísio de Castro, o tema de maior interesse relativo ao ensino superior consistia, naquele então, nos mecanismos de "seleção dos mais capazes", mecanismos esses

que, a seu ver, deveriam ser definidos e controlados pelas Congregações, e não pela autoridade governamental.

Essa preocupação com os processos de seleção dos estudantes de ensino superior explicita-se claramente em seu discurso quando menciona a questão do "exame de madureza", que diz encontra-se desvirtuado, pois que "confundida essa complexa prova com mero exame de admissão nas Faculdades superiores". Ao exame de madureza deveria ser atribuída a importância principal. Os candidatos poderiam até ser examinados de forma "seriada", prática comum à época, que consistia na realização das provas segundo as matérias. O exame de madureza não poderia deixar, contudo, de avaliar o conhecimento geral dos candidatos, isto é, o seu domínio das "humanidades".

Aloísio de Castro lembra, então, a figura de João Kopke, em cujo colégio no Rio de Janeiro ele próprio se educara e que ele qualifica de "grande educador brasileiro". João Kopke teria sido um dos primeiros a aplicar aquelas idéias, segundo as quais os alunos deveriam ser educados e preparados de forma ampla, "a fim de que os moços não cheguem ao ádito das escolas superiores, com um preparo que não representa um conjunto equilibrado e a que falta fundo filosófico".

Aloísio de Castro conclui sua fala aos membros do Conselho do Ensino Superior e Secundário invocando a figura de Rui Barbosa, "o mestre da inteligência brasileira, a expressão máxima de nossa cultura", para lançar uma "apelo ao professorado brasileiro, para que nos unamos para uma obra de concórdia universitária (...) no propósito seguro de concorrer para a grandeza do Brasil, pela difusão da cultura e progresso das idéias".⁴⁶

O segundo ponto, ou circunstância, destacado por Pedro Nava e que teria contribuído para formar a personalidade e marcar o caráter de Aloísio de Castro refere-se à efervescência do meio médico no Brasil nos primeiros anos do século XX. no período de sua formação universitária. Segundo Nava, foi uma época de "revolução da medicina brasileira", marcada pelo chamado sanitarismo, em que se destacam figuras como Oswaldo Cruz e Miguel Couto. O próprio Francisco de Castro, pai de Aloísio, que falecera precocemente aos 41 anos vítima

⁴⁶ CASTRO, Aloísio. *Discursos, conferências, escritos vários*. Rio de Janeiro: Editora Vecchi, 1957. 2ª edição aumentada. 2º volume, pág. 310 a 317.

dos efeitos da peste bubônica, ocupara funções no departamento de saúde pública da Prefeitura do Rio de Janeiro. O desenvolvimento de métodos científicos associados à medicina, como as análises laboratoriais (microbiologia), a preparação de soros vacínicos e o surgimento do raio X, revolucionaram a medicina, como afirma Nava, e trouxeram consigo a crença no poder regenerador da ciência como solução a muitos dos problemas que afetavam a sociedade brasileira.⁴⁷ As limitações desse entendimento, bem como o seu caráter um tanto quanto elitista, manifestaram-se por ocasião da Revolta da Vacina ocorrida no Rio de Janeiro, em 1904, em que a população levantou-se contra a intervenção discricionária do Estado nas áreas da saúde pública e do saneamento urbano da capital.

Por fim, o terceiro traço marcante da personalidade de Aloísio de Castro, conforme destacado por Pedro Nava em seu discurso fúnebre, refere-se aos efeitos que a temporada de estudos em Paris, em plena *Belle Époque*, teria produzido em Aloísio de Castro. A Paris do início do século XX “é ainda a capital do mundo, a cidade estudiosa da Sorbonne, do Instituto de França, das livrarias, dos museus, e principalmente da Salpêtrière (hospital), onde pontificava Pierre Marie, imediatamente adotado como mestre”⁴⁸. A temporada em Paris consolida, portanto, a influência da cultura francesa e o do europeísmo na personalidade de Aloísio de Castro, como aliás em grande parte da “inteligência” brasileira no período.

2.2 Aloísio de Castro e a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual

Esse breve esboço biográfico de Aloísio de Castro parece explicar a sua indicação para representar o Brasil na Comissão Internacional de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações⁴⁹ e fornece um quadro da vida intelectual no Brasil na década de 1920. Aponta, ainda, para um tipo de inserção internacional específico do país no que se refere à cooperação intelectual.

⁴⁷ Uma reconstrução atenta desse debate foi realizada por Wilson Martins em *História da inteligência brasileira*. Vol. VI (1915-1933), sob o título “Um imenso hospital” (páginas 114 e seguintes).

⁴⁸ NAVA, Pedro. *Op. Cit.* p. 92.

⁴⁹ A figura 1, reproduzida em anexo, retrata Aloísio de Castro na primeira Sessão da CICI em 1922 em Genebra.

A visão de Aloísio de Castro sobre sua participação na Comissão Internacional de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações está registrada num discurso pronunciado em cerimônia realizada em sua homenagem ao regressar da Europa, onde havia participado da primeira sessão da Comissão, em 1922.

Trata-se de um dos poucos registros de manifestação pública de Aloísio de Castro a respeito das finalidades da cooperação intelectual internacional, tal como ele as concebia, e em que ele realiza, embora muito timidamente, uma apreciação valorativa dos objetivos da cooperação intelectual e dos meios pelos quais ela deveria operar.

Após agradecer a recepção que lhe prepararam os amigos, Aloísio de Castro afirma, primeiramente, considerar sua "colaboração nos assuntos consultados na Comissão Internacional de Cooperação Intelectual um prêmio, o mais alto da minha modesta carreira científica". Expõe, em seguida, o que seria o objetivo principal da Sociedade das Nações ao atribuir à Comissão a tarefa de coordenar os esforços intelectuais em todos os países: "para a solução dos árduos problemas da hora atual já não bastam as soluções políticas e econômicas e que as aspirações do mundo, rebaixadas pelas ameaças da força bruta, só se poderão elevar por uma nova política, a política intelectual, que tem por armas a força serena das ideias".

Aloísio de Castro descreve então a situação calamitosa em que se encontrava a vida intelectual na Europa, ameaçada pelas "cruzas da guerra", sobretudo nos países do centro e do leste europeu, na Áustria, na Rússia e na Polônia, que cita nominalmente.

"Aos sábios faltam meios de estudo e de publicar seus trabalhos. Por mingua de mestres cerram-se as escolas primárias. Fecham-se as portas das Universidades. As academias suspendem as suas publicações. Não entram livros para as bibliotecas. A mocidade deserta os estudos e prefere por necessidade as ocupações materiais. A vida intelectual está ameaçada de morte"⁵⁰

Nessas condições, conclui Aloísio de Castro, a Comissão teria resolvido promover uma vasto estudo acerca da verdadeira situação do trabalho intelectual de todos os povos, e arremata: "Uma situação destas não interessa apenas a alguns países, mas se reflete em todos

⁵⁰ CASTRO, Aloísio. *Discursos, conferências, escritos vários*. Rio de Janeiro: Editora Vecchi, 1957. pág. 319.

os focos de civilização. Por isso da cooperação intelectual se deve esperar o salvamento, que há de ser demorado, assim como nas doenças graves que não conhecem subtâneas melhoras".⁵¹

O discurso de Aloísio de Castro refletia bem o que havia sido discutido por ocasião da primeira sessão da Comissão Intelectual de Cooperação Intelectual em 1922, conforme mencionado no Capítulo 1 desta dissertação. A ênfase, no entanto, não estava dada ao papel da Comissão como promotora da paz mundial por meio da cooperação intelectual, mas nos aspectos práticos das atividades a serem desenvolvidas para reavivar o trabalho intelectual naqueles países e regiões que haviam mais sofrido com as dificuldades da guerra. Por detrás de sua fala, como a informar-lhe o significado, encontra-se, assim, uma concepção da atividade intelectual e, por inclusão, da atividade científica, que atribui a si mesma a função de preservar a existência e de garantir o progresso da civilização. Apenas uma pequena elite estaria habilitada a exercer essa função. Os "focos de civilização", tal como se refere às elites intelectuais Aloísio de Castro, deveriam unir-se, portanto, para enfrentar as ameaças da barbárie, que a guerra havia desencadeado.

As três facetas da biografia de Aloísio de Castro que destacamos anteriormente e que se referem à sua atuação como médico, como poeta e letrado e como burocrata na área da administração do sistema de ensino no Brasil, não são estanques ou excludentes. Ao contrário, possuem vários pontos de interseção e se complementam. Assim, o médico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro é também Diretor dessa Faculdade e, nessa qualidade, tem assento no Conselho Superior de Ensino, órgão máximo da administração do ensino à época no Brasil. Às funções exclusivamente de médico acrescentam-se as de administrador de instituição superior de ensino e o levam, por consequência, a preocupar-se das questões de organização do ensino público. O médico e administrador é também um poeta, "homem de letras", o que, como sinal suplementar de distinção social, engrandece ainda mais sua biografia.

Não é, portanto, apenas porque Aloísio de Castro se destacou num campo específico da vida do espírito, no caso a medicina, que seu nome mereceu ser lembrado para representar

⁵¹ CASTRO, Aloísio. *Op. cit.* pág.. 320.

o Brasil na Comissão Internacional de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações. É a soma de todas as suas facetas que o caracteriza e que torna a sua biografia interessante do ponto de vista histórico. É a “superfície social” que sua individualidade ocupa, isto é, a teia de relacionamentos que logrou tecer nos meios intelectual e político no Brasil, que o torna representativo de uma época e que faz com que a função de representante do Brasil na Comissão Internacional de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações lhe corresponda perfeitamente. Aloísio de Castro encarnou o tipo “oficial” do intelectual da Primeira República. Membro da Academia Brasileira de Letras, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e, por fim, Diretor do Departamento Nacional do Ensino, principal órgão do governo federal encarregado de decidir os rumos da educação no Brasil ao final da década de 1920, Aloísio de Castro foi sem dúvida um intelectual orgânico do grupo social dominante no período histórico em questão.

Na pesquisa sobre a participação do Brasil na cooperação intelectual internacional nas décadas de 1920, a biografia de Aloísio de Castro assume o caráter de uma biografia modal, isto é, exemplar, representativa de um determinado ambiente num período histórico específico. De fato, a personagem de Aloísio de Castro reúne elementos característicos do intelectual brasileiro no final do século XIX e início do século XX. Nesse sentido, a biografia de Aloísio de Castro enquadra-se perfeitamente nos estudos já realizados no Brasil sobre a formação do campo intelectual no país, como os estudos de Sérgio Micelli, Machado Neto, Antônio Cândido e Fernando de Azevedo, em particular os dois primeiros autores, que se utilizaram da prosopografia para destacar aspectos recorrentes e característicos da elite intelectual brasileira na Primeira República.⁵²

⁵² Sobre história e biografia, ver LEVI, Giovanni. "Les usages de la biographie" *Annales ESC*, 1989. BOURDIEU, Pierre. "L'illusion biographique". *Actes de la recherche en sciences sociales*. 1986. LORIGA, Sabina. "A biografia como problema". In REVEL, Jacques. *Jogos de Escala. A experiência da micro-análise*. São Paulo: FGV Editora, 1998. pp. 225-249. DOSSE, François. *O desafio biográfico. Escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2009.

Capítulo 3 – A representação brasileira no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, sob Eliseu Montarroyos (1925-1938)

O ano de 1930 foi um ano chave para a cooperação intelectual no âmbito da Sociedade das Nações. A Comissão Internacional de Cooperação Intelectual – CICI aprovava, em sua sessão anual (julho de 1930), as recomendações da Conferência das Comissões Nacionais havida em 1929, e reforçadas pelas conclusões do relatório do Comitê de estudos sobre a reforma da cooperação intelectual, que se reunira em abril de 1930.

O Governo francês, por intermédio do membro francês da CICI, Painlevé, lograria contrarrestar as propostas de reforma mais radicais do funcionamento da cooperação intelectual e manter a autonomia relativa do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual – IICI de Paris. As mudanças no funcionamento da cooperação intelectual seriam profundas, no entanto, e marcariam os rumos que tomou nos anos 1930, até a deflagração do conflito mundial em 1939.

O período que vai de julho de 1930 a julho de 1931 foi crucial para a reforma da cooperação intelectual no âmbito da Sociedade das Nações. Várias medidas foram então tomadas para alterar o funcionamento da cooperação intelectual, principalmente no que se refere às funções de cada um dos órgãos por meio dos quais se praticava a cooperação intelectual na Sociedade das Nações e ao equilíbrio entre eles. Entre essas medidas, destacamos quatro que tiveram importância elevada e que afetaram, de certa maneira, as relações do Brasil com a cooperação intelectual da SDN:

- 1) a criação de um Comitê Executivo da CICI, que imprimiu uma nova dinâmica às atividades da cooperação intelectual ao centralizar o poder de decisão sobre os rumos dessa cooperação nas mãos de um pequeno grupo de pessoas;
- 2) a renovação de um terço dos membros da CICI, decidida pelo Conselho da SDN em janeiro de 1931, cujos mandatos deveriam encerrar-se em 16 de julho de 1931;

- 3) a proposta de extinção dos delegados de Estado junto ao IICI, que afinal não prosperou, mas que resultou no enfraquecimento dessa figura dentro da estrutura geral da cooperação intelectual;
- 4) o pretendido reforço das funções das Comissões Nacionais.

O recém criado Comitê Executivo da CICI reuniu-se pelo menos três vezes entre as sessões plenárias da CICI de julho de 1930 e de julho de 1931. Formado por um grupo reduzido de membros da CICI e presidido por Gilbert Murray, Presidente da CICI e principal incentivador das reformas, tinha por funções coordenar as atividades da CICI entre as sessões plenárias. O Comitê Executivo passaria, porém, a constituir o órgão supremo de direção da CICI, direcionando inclusive as atividades do IICI em Paris, ao reunir-se em sessão conjunta com o Conselho de Administração do IICI.

A questão do renovamento dos membros da CICI, que vinha se firmando no horizonte das atividades da Comissão desde pelo menos 1926 (quando se estabeleceu mandato de cinco anos para os seus membros), assume contornos claros quando o Conselho da SDN decide, em 1930, pela renovação de um terço dos membros, por ordem alfabética. Segundo esse critério, o membro brasileiro da Comissão, Aloísio de Castro, haveria de ser substituído. À medida que foi se tornando claro que as possibilidades de recondução de Castro na função eram cada vez menores, o Governo brasileiro acionou o seu representante junto ao IICI de Paris, Eliseu Montarroyos, e o seu Embaixador em Paris, Souza Dantas, por intermédio dos quais esboçou-se uma tentativa de garantir a substituição de Aloísio de Castro por outro membro brasileiro na Comissão Internacional de Cooperação Intelectual.

Eliseu Montarroyos endereça correspondência ao Ministro das Relações Exteriores em 6 de dezembro de 1930 (logo após, portanto, a Revolução de outubro de 1930 e a assunção de Afrânio de Melo Franco no cargo de Ministro das Relações Exteriores) relatando gestões junto ao Quai d'Orsay em favor da indicação de um brasileiro para substituir Aloísio de Castro na CICI. O Ministério das Relações Exteriores sugere então o nome Miguel Ozório de Almeida como candidato brasileiro para substituir Aloísio de Castro na CICI. Miguel Ozório de Almeida passará a desempenhar, a partir de meados da década de 1930 até o final da II Guerra Mundial, importante papel na Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual, conforme se verá adiante.

As gestões a favor da nomeação de Miguel Ozório de Almeida não surtiram o efeito desejado, pois em janeiro de 1931 o Conselho da SDN indicou os novos membros da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, em substituição aos membros que encerravam seus mandatos. Eram eles o sueco Forsell, o indiano Radhakrishnan, o colombiano Cano, o espanhol Castillejo e o austríaco Srbik, que substituíram a norueguesa Bonnevie, o indiano Bose, o espanhol Casares, o brasileiro Castro e o peruano Cornejo.⁵³ Aloísio de Castro deixa oficialmente, portanto, em 16 de junho de 1931, suas funções como membro da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual da SDN e o Brasil não logra a sua substituição por outro membro brasileiro.

À ausência de um brasileiro na Comissão Internacional de Cooperação Intelectual soma-se a diminuição das atribuições dos delegados de Estado junto ao Instituto Internacional de Cooperação Intelectual de Paris, proposta pelo Comitê de estudos sobre a reforma da cooperação intelectual em abril de 1930 e aprovada pela CICI em julho de 1930. O status dos delegados de Estado havia-se tornado uma questão de relevo nas discussões sobre a reforma da cooperação intelectual, pois suas funções diziam respeito diretamente à autonomia do IICI com relação à SDN. No entendimento dos reformadores, as relações do IICI com os Estados nacionais deveria dar-se exclusivamente por intermédio da SDN e da CICI, seu órgão consultivo e técnico em matéria de cooperação intelectual. Daí a proposta de extinção dos delegados de Estado, a fim de limitar a autonomia do IICI de Paris diante da SDN, restringindo as possibilidades de comunicação direta entre o IICI e os governos nacionais, por meio dos delegados de Estado. O Governo francês reagiu, porém, a essa proposta e logrou fossem mantidos os delegados de Estado. O preço a pagar foi, contudo, uma sensível redução das atribuições dos delegados de Estado, que passariam a atuar quase que a título pessoal.

Extinta a participação do Brasil na CICI e reduzidas as atribuições de seu representante junto ao IICI, cujas atividades haviam sido elas mesmas limitadas pelas reformas, o envolvimento do Brasil com as atividades de cooperação intelectual internacional da SDN caiu drasticamente nos primeiros anos da década de 1930.

⁵³ IICI. *Bulletin de la coopération intellectuelle*, fevereiro de 1931, p. 54 e 55

O único fato digno de nota refere-se à continuidade do projeto de publicação de uma coleção de obras de autores sul-americanos – a Coleção ibero-americana - iniciado ainda sob a gestão de J. Luchaire como Diretor do IICI, e para o qual o Brasil havia contribuído com soma de dinheiro em 1929 para a publicação, em francês, de obras de autores brasileiros consagrados. O *Bulletin de la Coopération Intellectuelle*, revista mensal publicada pelo Instituto Internacional de Cooperação Intelectual de Paris registra, em sua edição de fevereiro de 1931, que a obra “O diamante no Brasil”, de José Felício dos Santos, estava prestes a ser publicada. Outras obras de autores brasileiros teriam sido publicadas nos anos posteriores, sob os auspícios do IICI.

Há que se ter em conta também que o Brasil passava por convulsões políticas importantes no início dos anos 1930, marcadas pela Revolução de 1930, pela Revolta Constitucionalista de 1932 e pela consolidação do regime em 1934. No plano internacional, registre-se os efeitos persistentes da crise financeira de 1929, a invasão da Manchúria por tropas japonesas em 1931 e a ascensão do nazismo ao poder em janeiro de 1933.

Nesse contexto de incertezas no cenário internacional e de enfraquecimento das atividades do IICI, portanto, é que deve ser analisada a correspondência que endereça Eliseu Montarroyos a Afrânio de Melo Franco, Ministro das Relações Exteriores, em dezembro de 1932.

A carta é um documento histórico importante, pois revela, à luz do desenrolar dos acontecimentos que marcaram as atividades da cooperação intelectual da Sociedade das Nações, a encruzilhada em que se encontrava a cooperação intelectual nos primeiros anos da década de 1930. Do ponto de vista conceitual, transparece na carta a oposição entre uma visão da cooperação intelectual como atividade reservada à elite culta, preocupada com a difusão dos valores morais da civilização ocidental europeia, e uma outra visão que se poderia chamar de nacionalista e que entendia a cooperação intelectual como um instrumento da propaganda dos "interesses vitais" do Estado.⁵⁴

⁵⁴ AHI. 642.6(04). Carta de E. Montarroyos a Afrânio de Melo Franco, dezembro de 1932.

Na correspondência, Eliseu Montarroyos informava Afrânio de Melo Franco de que participara do Congresso Internacional de Jornalistas em Londres, representando a Associação Brasileira de Imprensa, com recursos próprios, por entender que não deveria deixar de aproveitar a oportunidade da presença de vários jornalistas da imprensa internacional para "advogar a causa brasileira no exterior". Na ocasião, forneceu-lhes esclarecimentos sobre a situação do Brasil naquele momento, em que a Revolução Constitucionalista de São Paulo constituía importante fator de desestabilização interna. Montarroyos acreditava que a opinião pública na Europa deveria ser influenciada, de tal forma que os "interesses vitais do Brasil" pudessem ser defendidos. "Eis porque a propaganda inteligente e oportuna do Brasil no exterior é indispensável", concluía.

Nessas condições, Montarroyos pede a atenção de Afrânio de Melo Franco "para as vantagens na organização de um serviço estável nessa matéria". Afirma que o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual de Paris era um excelente veículo de propaganda, que poderia ser utilizado em benefício do Brasil. Uma vez que, no seu entendimento, a propaganda era antes de tudo um problema intelectual, pede abertamente ao Ministro que considere a questão, nos seguintes termos:

"O nosso Governo poderia dar ao meu cargo além da estabilidade que não tem, a extensão que comporta, fazendo de mim o agente da propaganda do Brasil na Europa. (...) O delegado do Brasil junto ao Instituto Internacional de Cooperação Intelectual deveria ser aproveitado nas funções de adido intelectual às nossas duas ou três principais Embaixadas na Europa."

Não caberia, neste ponto, estender-se sobre a importância da propaganda no período entre guerras. Lembre-se, contudo, a propósito, os trabalhos seminais de Walter Lippmann e Edward Bernays nos Estados Unidos sobre "relações públicas" e propaganda e seus reflexos nas relações da sociedade em geral com o Estado e das empresas privadas com a opinião pública. Assim como as empresas começaram a realizar campanhas de relações públicas para melhorar sua imagem, assim também os governos deveriam executar ações de propaganda junto à sociedade para influenciar as massas.⁵⁵ Lembre-se, ainda, a definição proposta por

⁵⁵ BERNAYS, Eduard. *Propaganda*. New York: H. Liveright, 1928; LIPPMANN, Walter. *Opinião pública*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. (publicado originalmente em 1922).

Karl Polanyi da situação internacional em meados dos anos 1930, classificando-a de "guerra civil" europeia, em que se confrontavam propostas distintas e excludentes de organização social e em que a propaganda foi largamente utilizada como instrumento de persuasão pelos atores envolvidos no confronto.

Como o Delegado brasileiro junto ao Instituto Internacional de Cooperação Intelectual em Paris, e em razão da natureza antes política que propriamente intelectual de suas funções de representante de Governo, Eliseu Montarroyos não participava do alto debate sobre a cooperação intelectual que ocorria no seio da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual. Atuava nas margens do sistema, como representante de Estado junto ao IICI, servindo como elo entre o Instituto de Paris e os meios intelectuais brasileiros, que eram mobilizados por intermédio do Itamaraty ou diretamente por ele, a título pessoal. Nessa condição, sempre esteve atento para aproveitar as oportunidades de fazer a propaganda do Brasil, utilizando-se dos canais que lhe oferecia o IICI.

Esse tipo de atuação, contudo, não foi característica exclusiva do Delegado brasileiro junto ao IICI. Delegados de outros países, inclusive das grandes potências da época, também se apoiaram no IICI para realizar atividades de propaganda internacional de seus países. A propaganda nunca foi, portanto, totalmente estranha à cooperação intelectual.

A carta revela, por outro lado, a precária situação pessoal e funcional de Eliseu Montarroyos como Delegado brasileiro junto ao IICI. Apesar de vir desempenhando funções de natureza diplomática desde pelo menos 1921, data em que, como se verá adiante, fora nomeado Delegado brasileiro junto à Comissão de Comunicações e Trânsito da Sociedade das Nações, Eliseu Montarroyos não era um diplomata profissional, isto é, não fizera carreira no serviço exterior brasileiro.

Uma pesquisa mais aprofundada nos arquivos históricos do Itamaraty está por ser feita sobre a natureza exata do vínculo funcional de E. Montarroyos com o Ministério. Está comprovado, no entanto, que recebia salário pelo orçamento regular do Itamaraty enquanto foi Delegado junto ao IICI em Paris, mas que não fazia parte do quadro de funcionários do Ministério. Interessante notar, ainda, documento citado por Flávio Koifmann em seu livro sobre a saga do Embaixador Souza Dantas, que permaneceu como Embaixador do Brasil em Paris por mais de vinte anos entre meados da década de 1920 e o final da II Guerra Mundial, e

que teria contribuído para salvar a vida de muitos judeus franceses, ao lhes conceder vistos de ingresso no Brasil, à revelia do Governo brasileiro. Em determinado trecho da obra, Koifmann refere-se à aposentadoria de Souza Dantas após a guerra e menciona documentos em que Souza Dantas reclama para si o tratamento que teria sido concedido pelo Ministério das Relações Exteriores a Eliseu Montarroyos, aposentado em condições favoráveis.⁵⁶

Observe-se, a respeito, que uma das principais preocupações de Afrânio de Melo Franco ao assumir a pasta das relações exteriores em 1930 consistiu, justamente, em realizar uma reforma administrativa que teve como ponto bastante sensível a equiparação, com vistas à sua futura unificação, dos três corpos de funcionários que então formavam o serviço exterior: os diplomatas, os cônsules e os servidores da Secretaria de Estado no Rio de Janeiro. Estabeleceu ainda a necessidade de rotatividade entre os postos. Essa reforma implicou na eliminação de diversos cargos e funções, no Brasil e no exterior, com vistas a reordenar e racionalizar o quadro de funcionários do serviço exterior.⁵⁷

A comprovar-se ainda, por meio de pesquisa documental, é o status de Montarroyos junto ao Governo francês. Tudo indica, de fato, que a função de Delegado junto ao IICI não era uma função diplomática no sentido estrito, a quem devem ser reconhecidos privilégios e imunidades. Suas relações com a Embaixada do Brasil em Paris, embora fossem intensas e revelassem certa dependência, não faziam de Montarroyos um funcionário daquela representação diplomática, reconhecido como tal pelo Governo francês.

Ao solicitar ao seu antigo chefe na Embaixada junto à Sociedade das Nações e agora Ministro do Exterior que desse a seu cargo “a estabilidade que não tem e a extensão que comporta” (sublinhados no original), Montarroyos não está apenas preocupado com o bom desempenho de suas funções e a promoção do interesse do Estado brasileiro. Mostra-se também preocupado com a sua própria situação pessoal. As suas funções de representante dos interesses brasileiros na Europa desde 1910 poderiam ser ameaçadas a qualquer momento,

⁵⁶ KOIFMANN, Flávio. *Quixote nas trevas: o Embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. São Paulo: Editora Record, 2002.

⁵⁷ CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)*. Brasília: FUNAG, 2007. Vol. 1, pág.

caso o Ministério do Exterior resolvesse interromper a participação do Brasil no IICI. Convinha-lhe, portanto, ser o propagandista do Instituto em Paris e de si mesmo.

Afrânio de Melo Franco não terá sido insensível aos apelos de Eliseu Montarroyos, pois ele o manteve no cargo de Delegado junto ao IICI e lhe garantiu durante certo período o apoio de um auxiliar. As funções de “adido intelectual” do Brasil na Europa, que ele pleiteava ao Ministro, não se efetivaram, porém.

A trajetória de Eliseu Montarroyos muito diz a respeito não só do exercício de função pública, e da diplomacia em particular, no período entre o final da Primeira República e os primeiros anos do Governo de Getúlio Vargas, mas também sobre a participação do Brasil nas atividades de cooperação intelectual da Sociedade das Nações. Quanto ao primeiro ponto, os esforços empreendidos por Afrânio de Melo Franco no sentido de reformar a estrutura e o funcionamento do Ministério indicam claramente uma preocupação maior com a necessidade de profissionalização do corpo de funcionários. Quanto ao segundo ponto, apesar da ausência na estrutura do Itamaraty de um corpo de funcionários voltados especificamente para a execução de uma vertente que se poderia chamar de cultural da política externa, é notável identificar a sensibilidade de Afrânio de Melo Franco para esse tema e a decisão que tomou de manter Eliseu Montarroyos em Paris

3.1 Eliseu Montarroyos, Delegado do Brasil junto ao Instituto Internacional de Cooperação Intelectual

De acordo com o “Almanak do Ministério da Guerra”⁵⁸, o Capitão Eliseu Fonseca de Montarroyos nasceu em 4 de junho de 1875. Sentou praça em 22 de janeiro de 1890, aos 14 anos, e em 3 de novembro de 1894 era promovido a 2º Tenente, aos 19 anos de idade. Por ser da arma da artilharia, terá cursado a Escola Militar da Praia Vermelha, entre 1890 e 1894, logo após a Proclamação da República e da atuação de Benjamim Constant como professor da Escola. A outra escola militar existente à época, no Rio Grande do Sul, formava oficiais da

⁵⁸ MINISTÉRIO DA GUERRA. *Almanak do Ministério da Guerra*. 1904 a 1909.

cavalaria. Em 1904, ainda como 2º Tenente, o “Almanak” registra que Montarroyos encontrava-se à disposição do Ministério do Exterior, no período do Governo Rodrigues Alves, já sob a gestão do Barão do Rio Branco na pasta do Exterior. Em 1907, figura como Auxiliar do Estado Maior do Exército. É promovido a 1º Tenente em 8 de outubro de 1908, tendo recebido o título de Bacharel em Matemática e Ciências Físicas. Estava lotado, naquele ano, como Ajudante de Ordens do Sub-Chefe do Estado Maior do Exército, cargo então ocupado pelo Gen. Dionísio Cerqueira.

O General Dionísio Cerqueira, autor de "Reminiscências da campanha do Paraguai", ocupou o cargo de Ministro do Exterior entre 1896 e 1898, que acumulou com o cargo de Ministro da Guerra no mesmo período. Entre 1893 e 1895 participara, ao lado do Barão do Rio Branco, da missão especial em Washington para discutir a questão de limites com a Argentina, submetida a arbitramento do Presidente Cleaveland. Em 1910, já no final de sua carreira, quanto desempenhava as funções de Sub-Chefe do Estado Maior do Exército, foi nomeado Adido Militar do Brasil junto ao Governo francês.

Em 25 de agosto de 1910, Eliseu Montarroyos faz publicar em Paris um livreto intitulado “Carta sobre a compatibilidade entre as crenças positivistas e os deveres profissionais dos militares”⁵⁹. Trata-se de uma resposta, na forma de uma carta aberta, à censura pública que lhe dirigira Teixeira Mendes, Vice-Diretor da Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, na Circular nº 297, datada de 9 de junho de 1910, em que afirmava considerar “uma gravíssima aberração, importando o aborto de qualquer carreira positivista, a aceitação voluntária de comissões ligadas à retrogradação militarista pela qual está passando, há alguns anos, o Governo brasileiro”, em especial "a nomeação do Cap. Eliseu Fonseca de Montarroyos para a comissão de que era chefe o Sr. General Dionísio Cerqueira".⁶⁰ Como se sabe, o governo do Presidente Hermes da Fonseca, eleito em 1º de março de 1910, foi marcado, entre outros acontecimentos importantes, pela Revolta da Chibata e pela Guerra do Contestado, que convulsionaram a Marinha no primeiro caso e o Estado do Paraná no

⁵⁹ MONTARROYOS, Eliseu. *Carta sobre a compatibilidade entre as crenças positivistas e os deveres profissionais dos militares. Aos meus confrades, correligionários, camaradas e amigos*. Paris: Ch. Boulangé, 1910. 39 pág.

⁶⁰ TEIXEIRA MENDES, R. *Circular nº 297 de 9 de junho de 1910 da Igreja e Apostolado Positivista do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia da IAPB, 1910. In CPDOC, FGV internet.

segundo. Além disso, foi marcado pelas “salvações”, isto é, por intervenções do Governo federal nos Estados do Norte e Nordeste, para os quais foram designados Presidentes interventores. Estes seriam exemplos da retrogradação militarista por que passava o Estado brasileiro.

No referido livreto, Montarroyos lembra que o Gen. Dionísio Cerqueira fora nomeado Adido Militar do Brasil junto ao Governo francês, cargo que não chegou a ocupar em razão do seu falecimento em 1910. Eliseu Montarroyos esclarece que o Gen. Dionísio Cerqueira o havia convidado para acompanhá-lo nessa missão no estrangeiro, como seu secretário. Apesar da morte do general, a designação de Eliseu Montarroyos é mantida e ele segue para a Europa onde desempenhará comissões militares para o Exército brasileiro.

Na sua carta, Eliseu Montarroyos rejeita a censura que lhe endereçara Teixeira Mendes, alegando não haver incompatibilidade entre as crenças positivistas e os deveres dos militares. Desqualifica, por outro lado, a acusação de retrogradação militarista por que estaria passando o Governo brasileiro, argumentando que o termo militarista, entendido como abuso das funções militares e preponderância da presença militar na vida pública do país, não retratava fielmente a situação que de fato vivia o país. Lembra o republicanismo do Exército brasileiro e a sua contribuição para a manutenção da ordem social no país. Expõe, por fim, qual seria, no seu entendimento, o papel do elemento armado no Brasil e na América do Sul naquele momento, qual seja "proteger o desenvolvimento pacífico do povo ibero-americano (...) abrigando-o do avassalante industrialismo que arrasta as principais potências à imperialista e mundial exploração dos fracos pelos fortes".

Montarroyos encontra-se em Paris, portanto, em 1910, na qualidade de capitão do exército brasileiro, exercendo comissões junto ao exército e ao Governo francês. Uma pesquisa nos arquivos do Exército poderá talvez comprovar que Montarroyos terá permanecido em Paris ao longo de toda a década de 1910-1920, exercendo funções variadas. Em 1921, o reencontramos em Paris, tendo ele sido designado para exercer a função de representante brasileiro junto à Comissão Consultiva e Técnica das Comunicações e Trânsito da Sociedade das Nações, conforme o atestam as cartas endereçadas por Montarroyos ao

então Ministro do Exterior, Azevedo Marques, em agosto de 1921 e em abril de 1922, relatando os trabalhos da Comissão em Genebra.⁶¹

Não é fortuita, portanto, a nomeação de Montarroyos dois anos depois, em 1924, como Conselheiro Técnico em Comunicações e Trânsito junto à recém criada Delegação do Brasil em Genebra, na Sociedade das Nações, sob a chefia do Emb. Afrânio de Melo Franco.⁶² Na Delegação em Genebra, parece ter logo conquistado a confiança e a amizade do chefe, tendo sido por ele designado para cumprir importantes funções de um assessor próximo. Foi justamente Montarroyos, e não um diplomata de carreira, que pronunciou discursos na comissão encarregada de discutir a reforma do Conselho da Liga, no momento em que a crise entre o Brasil e a SDN estava em seu auge. Esses discursos foram reunidos por Montarroyos num outro livreto publicado no ano de 1926 e intitulado “Le Brésil et la crise de la Société des Nations en 1926”.⁶³ A proximidade com Melo Franco e a proeminência de Montarroyos em Genebra são atestadas também pelos registros fotográficos, que reproduzimos em anexo, e que o retratam em Genebra, sozinho e ao lado do eminente amigo. Tais retratos são os únicos que se podem encontrar de personalidades brasileiras no acervo de fotografias de época da Sociedade das Nações, mantido pela Organização das Nações Unidas em Genebra (Figuras 2, 3 e 4).

Como Embaixador do Brasil em Genebra, Afrânio de Melo Franco participou ativamente dos trabalhos da Sociedade das Nações, tendo inclusive exercido a Presidência do Conselho da SDN. Foi o relator de importantes questões tratadas pela SDN, como por exemplo o caso da proteção às minorias nos recém criados Estados no centro e no leste europeu, após a desintegração do Império Austro-Húngaro. Na condição de Presidente do Conselho, participou também dos debates a respeito da proposta francesa de criação do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual em Paris. Sobre este assunto, deixou

⁶¹ AHI: 642.6(04). Carta de E. Montarroyos a Azevedo Marques, 4 de agosto de 1921.

⁶² MELO FRANCO, Afonso Arinos. *Um estadista da república. Afrânio de Melo Franco e seu tempo*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1955. pág. 1188.

⁶³ MONTARROYOS, E. *Le Brésil et la crise de la Société des Nations en 1926*. Genebra: Imprimerie Albert Kundig, 1926. 50 páginas.

importante registro num artigo publicado em 1942, em que se refere expressamente a Eliseu Montarroyos.⁶⁴

Em novembro de 1925, antes mesmo do desfecho da retirada do Brasil da Sociedade das Nações, que se concretizou no mês de abril de 1926, Eliseu Montarroyos foi nomeado Delegado do Brasil junto ao Instituto Internacional de Cooperação Intelectual em Paris. A nomeação é comunicada ao Diretor do IICI, Julien Luchaire, por carta assinada por Afrânio de Melo Franco, Embaixador do Brasil junto à SDN em Genebra.⁶⁵ A nomeação de Montarroyos foi sugerida ao Governo brasileiro pelo próprio Afrânio de Melo Franco. Recorde-se, por outro lado, que Montarroyos residia em Paris desde 1910 e que sua nomeação junto ao Instituto Internacional de Cooperação Intelectual sediado em Paris poderia ser-lhe muito conveniente. O próprio Montarroyos teria, portanto, todo o interesse em sugerir ou até gestionar para que essa nomeação se efetivasse.

A nomeação de Montarroyos para ocupar uma função em Paris pode também indicar que Afrânio de Melo Franco estivesse já convencido, em novembro de 1925, de que o Brasil se retiraria da Sociedade das Nações e que a Delegação do Brasil em Genebra seria, portanto, extinta. Era o momento, assim, de encontrar uma posição para seus assessores diretos.

A nomeação de Montarroyos como Representante do Brasil junto ao IICI combina, portanto, elementos de mérito pessoal, ligados à capacidade demonstrada por Montarroyos ao longo dos anos para desempenhar funções diplomáticas à serviço do Governo brasileiro na Europa, com elementos conjunturais e subjetivos, decorrentes da proximidade de Montarroyos com altas personalidades do Governo brasileiro.

A participação do Brasil nos trabalhos de cooperação intelectual internacional patrocinados pela Sociedade das Nações a partir de 1922, por intermédio quer da CICI, quer do IICI, foi grandemente motivada pela necessidade de o Brasil fazer-se representar nas instâncias criadas pela Sociedade das Nações, o que trazia prestígio ao país, e menos por um

⁶⁴ MELO FRANCO, Afrânio. "Cooperação intelectual americana". *A Manhã*. Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1942. in *Cadernos do CHDD*, ano 2, nº 3. Brasília: FUNAG, 2003.

⁶⁵ UNESCO. IICI. A-III.14. Carta de Afrânio de Melo Franco a Julien Luchaire, outubro de 1925. (anexo 2)

designio claro e refletido de política internacional, amparado por um entendimento preciso a respeito dos benefícios que a cooperação intelectual internacional poderia trazer ao país em termos de progresso das suas instituições educacionais e científicas e de projeção, no exterior, da imagem do Brasil. Essa participação conjugou, assim nos parece, interesses e conveniências pessoais com possibilidades de atuação internacional em novos campos que se abriam no cenário internacional.

A diplomacia brasileira passou a atuar num campo novo das relações internacionais que então se abria. Soube ocupar, de forma oportuna, espaços em fóruns internacionais, ainda que sua participação não tenha podido realizar-se de forma plena e atuante, uma vez que o país não ocupava um lugar de relevo no cenário internacional, em especial no que se refere à cooperação intelectual. A inserção do país nesse campo deu-se de forma dependente ou subordinada, a exemplo do que ocorria no campo das relações econômicas e comerciais internacionais no mesmo período. Foi portanto a partir da necessidade de reagir a uma nova situação que se criou no cenário internacional, e da reflexão sobre como reagir a ela, que foi-se consolidando no Governo brasileiro e no Itamaraty em particular, a percepção de que as relações internacionais do país haviam também de ser geridas no âmbito da dimensão cultural e intelectual.

3.2 A reestruturação da Comissão Nacional Brasileira de Cooperação Intelectual

Ao discorrer sobre as contradições do Modernismo no Brasil, que se debateu entre o nacionalismo e o cosmopolitismo, entre a tradição e a modernidade, Wilson Martins em seu monumental "História da Inteligência Brasileira" refere-se ao processo de modernização intelectual do país nas primeiras décadas do século XX e cita como exemplo o fato de as ideias de Freud sobre psicanálise e de Einstein sobre a Teoria da Relatividade já se encontrarem então difundidas, a ponto de permitir o debate público sobre elas.

Wilson Martins cita, ainda, as palavras de Miguel Ozório de Almeida como uma manifestação desse processo de modernização intelectual no Brasil, em conferência intitulada "A alta cultura e sua organização", pronunciada em 1925 na Academia Brasileira de

Educação. Miguel Ozório de Almeida apontava, àquela época, a inclinação antes prática que teórica da ciência brasileira, e que conviria mudar:

"O Brasil quase não apresenta recursos para a formação de uma elite. Entre nós sempre se confundiu ensino superior com ensino técnico e profissional. Ora, na Escola Politécnica formam-se engenheiros, nas Faculdades de Medicina fazem-se médicos, da Faculdade de Direito saem advogados, e as Escolas de Farmácia e de Odontologia nos dão farmacêuticos e dentistas. O ensino em cada uma dessas escolas destina-se a preparar para uma profissão ou para um ofício, e por mais interessantes que sejam, essas profissões e esses ofícios não constituem meios de chegar à alta cultura. As ciências fundamentais, aquelas justamente que poderiam concorrer para a grande cultura do espírito, são, e não poderiam deixar de o ser, muito resumidamente e muito elementarmente estudadas nessas escolas. A Escola Politécnica não pode formar matemáticos. A matemática aí se estuda em vista de certas aplicações práticas de modo simples e reduzido. A física e a química, quer na Faculdade de Medicina, quer na Escola Politécnica, são limitadas aos conhecimentos básicos. Nunca é possível nessas escolas um ensino desenvolvido. Além das ciências ali ensinadas, existem inúmeras outras, de alta importância prática ou cultural, das quais não se tem notícia em nossos estabelecimentos chamados superiores".⁶⁶

Esse processo de modernização intelectual do Brasil levou à criação, já nos anos 1930, das primeiras Universidades brasileiras, no Rio de Janeiro, com a Universidade do Distrito Federal, e em São Paulo, com a Universidade de São Paulo.

As mudanças no ambiente intelectual brasileiro nos anos 1930 refletem-se também na nova estrutura da Comissão Nacional de Cooperação Intelectual do Brasil e na nova dinâmica dos contatos que se estabelecem entre a Comissão Nacional e a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual.

⁶⁶ OZÓRIO DE ALMEIDA, Miguel. "A alta cultura e sua organização". *apud* MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996. Vol. VI, pág. 369.

Com a renúncia de Aloísio de Castro à presidência da Comissão Nacional de Cooperação Intelectual do Brasil, oficializada por carta ao Diretor do IICI em 1932⁶⁷, e motivada muito provavelmente pela não recondução de Aloísio de Castro como membro da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual da SDN, a Comissão Nacional perdeu o seu principal incentivador e entrou num processo de letargia. Inversamente, a reforma da cooperação intelectual em Genebra propugnava o fortalecimento do papel das Comissões Nacionais no seio da organização geral da cooperação intelectual da SDN. Das Comissões Nacionais passou-se a esperar que desempenhassem funções de maior relevo no processo de tomada de decisão da CICI. Buscava-se, ademais, incentivar a participação das Comissões Nacionais nas reuniões da CICI em Genebra, bem como a atribuir maior peso às suas sugestões.

Pretendia-se reforçar o papel das Comissões Nacionais como elo de ligação entre a CICI da SDN e os meios intelectuais dos diferentes países, em detrimento do papel desempenhado pelos Representantes de Estado junto ao IICI. O Governo brasileiro, por intermédio de Eliseu Montarroyos, toma então a iniciativa de revitalizar a Comissão Nacional Brasileira, que se encontrava desestruturada e inativa. Eliseu Montarroyos endereça, nesse sentido, em 1933, correspondência ao Diretor do IICI solicitando lhe fossem enviados os estatutos das Comissões Nacionais de outros países a fim de poder utilizá-los como modelo para a reforma da Comissão Nacional Brasileira.⁶⁸

Esse processo de reforma da Comissão Nacional Brasileira caminhou muito lentamente e se estendeu nos anos até 1936, quando foram finalmente discutidos e aprovados novos estatutos para a Comissão Nacional Brasileira.

Em princípios de 1936, o Diretor do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, Henri Bonnet, endereçou correspondência ao novo Presidente da Comissão Brasileira de

⁶⁷ UNESCO. IICI. A-III.14. Carta de Bonnet a Castro, em que acusa recebimento da renúncia de Aloísio de Castro à presidência da Comissão Brasileira. fevereiro de 1933.

⁶⁸ UNESCO. IICI. A-III.14. Cartas de Montarroyos a H. Bonnet. Cartas do IICI às Comissões Nacionais da Alemanha e da Grã-Bretanha. Julho de 1933.

Cooperação Intelectual, Miguel Ozório de Almeida.⁶⁹ Miguel Ozório de Almeida (1890-1953) era médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde também foi professor. Foi diretor do laboratório de fisiologia do Instituto Oswaldo Cruz. Como homem de letras, publicou em 1925 o volume de ensaios “Homens e coisas da ciência” e em 1931 “A vulgarização do saber”, que chamaram a atenção dos intelectuais à época. Foi eleito em setembro de 1935 membro da Academia Brasileira de Letras, na sucessão de Medeiros e Albuquerque e recebido pelo acadêmico Roquete Pinto. Na correspondência, Bonnet informa ter tomado conhecimento de que Ozório de Almeida havia aceitado assumir a presidência da Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual e manifesta o desejo de vir a cooperar com ele. Pede, em particular, o seu apoio para associar o Brasil a uma das "atividades mais importantes do Instituto", a Conferência Permanente de Altos Estudos Internacionais, uma organização que agrupa diferentes instituições dedicadas ao "estudo científico das relações internacionais". A cada dois anos, diferentes centros de estudo reúnem-se na Conferência internacional em torno de um tema específico. Duas conferências haviam sido realizadas até aquela data e uma outra estava prevista para realizar-se em 1937, sobre o tema "métodos de solução pacífica no que diz respeito a problemas de população, de colonização e de matérias primas". Bonnet afirma desconhecer se existe no Brasil instituição especializada no estudo das relações internacionais, mas sugere a criação de um comitê de economistas, juristas e políticos para debruçar-se sobre o assunto com vistas à participação do Brasil na Conferência. Refere-se ao professor Hauser, da Sorbonne, que se encontraria no Brasil para ensinar na Universidade do Rio de Janeiro, que havia participado das conferências anteriores e que desejaria entrar em contato com professores brasileiros que pudessem eventualmente participar da conferência. Menciona também "um jovem professor francês" que ensinava em São Paulo, Arbose Bastide, que também acreditava no interesse de universitários paulistas no assunto. Esclarece por fim que se tratava de uma atividade essencialmente científica, levada adiante por uma organização relativamente autônoma do IICI, que não apresentava preocupações políticas.

A resposta de Miguel Ozório de Almeida, datada de maio de 1936, é reveladora.⁷⁰ Ozório de Almeida informa, em primeiro lugar, que havia assumido a presidência da

⁶⁹ UNESCO. IICI. A-III.14. Carta de H. Bonnet a M. Ozório de Almeida, fev-mar. 1936.

⁷⁰ UNESCO. IICI. A-III.14. Carta de M. Ozório de Almeida a H. Bonnet, março de 1936. (ver anexo).

Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual "há mais de um ano" (em princípios de 1935, portanto), e reconhece que nada havia feito desde então. Justifica-se dizendo que encontrara muitas dificuldades de ordem prática para por em funcionamento uma tal organização, que "não podia simplesmente depender da boa vontade das pessoas". Segundo ele, o único meio de garantir o funcionamento da Comissão seria pô-la "nas mãos de um dos Ministros encarregados de todo esse trabalho duro" (da cooperação intelectual). Como Ozório de Almeida tivesse tido de tratar algumas questões importantes com o Ministro da Educação, hesitava em apresentar novos pedidos. Pensava, ainda, que o Ministro do Exterior não se interessaria pelos assuntos da cooperação intelectual. Por outro lado, atravessara um período pessoalmente difícil e de muito trabalho. Foi quando lera "nos jornais há poucos meses" que o Ministério das Relações Exteriores havia criado uma sessão para tratar dos assuntos de cooperação intelectual internacional, dirigida por Ildefonso Falcão. Teve então uma "longa conversa" com Ildefonso Falcão, em que se puseram "imediatamente de acordo": "a Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual e a sessão do Ministério trabalhariam juntos, como se fossem uma mesma organização". A solução pareceu-lhes totalmente satisfatória, tanto mais que o Ministério ofereceria todas as facilidades, como sala de reuniões e datilografia, e que o Ministro havia acolhido favoravelmente essa solução, prometendo-lhes todo o apoio. Conclui afirmando que a Comissão Brasileira havia iniciado um novo período de trabalho, que esperava útil e eficaz.

Quanto à participação do Brasil na Conferência Permanente de Altos Estudos Internacionais, Ozório de Almeida informa Bonnet de que havia já tomado a iniciativa de endereçar correspondências a estudiosos brasileiros interessados no tema, convidando-os a formar um comitê para organizar a participação do Brasil na Conferência. Comunica ainda que já estabelecera contatos com o Prof. Hauser no Brasil, de quem tornara-se amigo.

Miguel Ozório de Almeida parece, de fato, ter conseguido imprimir um novo ímpeto às atividades da Comissão Nacional Brasileira de Cooperação Intelectual a partir de 1936, com o apoio do Ministério das Relações Exteriores, pois em agosto daquele ano realizam-se duas reuniões da Comissão Nacional no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro. Dessas reuniões tem-se importante registro jornalístico e fotográfico, conforme as imagens que estão reproduzidas em anexo. (figuras 5, 6, 7)

As notícias sobre as reuniões da Comissão Nacional Brasileira em agosto de 1936 foram imediatamente comunicadas ao Diretor do IICI em Paris pelo representante brasileiro junto ao Instituto, Eliseu Montarroyos. Mas as atividades da Comissão continuaram e, em fevereiro de 1937, por carta endereçado ao Diretor do IICI, Henri Bonnet, Eliseu Montarroyos transmite os novos estatutos da Comissão Nacional Brasileira, que traziam importantes modificações com relação ao estatuto anterior, de 1926.

As principais modificações dizem respeito aos objetivos da Comissão Nacional, à sua composição e à sua estrutura. De acordo com os novos estatutos, os objetivos da Comissão seriam essencialmente três: 1) manter relações permanentes com a CICI de Genebra, com o IICI de Paris e com as autoridades e centros de cultura brasileiros de forma a garantir a mais efetiva aplicação no Brasil das resoluções e decisões tomadas pelas duas instituições mencionadas; 2) estabelecer relações diretas com as Comissões de Cooperação Intelectual de outros países; 3) Tratar de todas as questões de natureza intelectual que tivessem interesse nacional ou internacional. Percebe-se que, embora os objetivos da Comissão fossem amplos, deveriam consistir basicamente em fazer aplicar no Brasil as decisões e recomendações dos órgãos internacionais da cooperação intelectual.

A fim de garantir maior representatividade à Comissão Brasileira, sua composição foi ampliada, incluindo agora quarenta membros, representativos de setores diversos do meio intelectual no Brasil. Nos estatutos de 1926, era formada por apenas nove membros, a maioria dos quais integrantes da Academia Brasileira de Letras.

Os estatutos previam também que o Presidente da Academia Brasileira de Letras, o Presidente do PEN Club do Brasil, o Presidente do IHGB, o Presidente da Academia Brasileira de Ciências, o Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, o Reitor da Universidade do Brasil, o Delegado do Brasil junto ao IICI e o Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual do MRE seriam membros *ex-officio* da Comissão Brasileira.

Os estatutos criaram também um Comitê Executivo e um Secretário-Geral, cargo a ser desempenhado pelo Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual do MRE. O Ministério

passaria, assim, a desempenhar as funções de secretariado permanente da Comissão Brasileira.⁷¹

Dois fatores parecem ter contribuído para que a Comissão Nacional Brasileira saísse da letargia em que se encontrava. O primeiro deve ser atribuído à “incansável atividade” do Serviço de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro, que começou a estruturar-se em 1934, conforme se verá mais adiante. O segundo fator refere-se à própria dinâmica da cooperação intelectual internacional que se desenvolvia entre Genebra e Paris e que, diante da crise que atingia com sempre maior força a SDN nos anos 1930, procurou afastar a cooperação intelectual internacional do âmbito da SDN, como forma de garantir a continuidade dessa cooperação.

Diante da falência da SDN, o caminho trilhado pela cooperação intelectual internacional nos centros europeus a partir de meados dos anos 1930 foi o do fortalecimento do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual de Paris, visando transformar essa instituição num órgão autônomo, totalmente desvinculado da SDN. Nesse sentido, era necessário, acima de tudo, assegurar uma fonte segura e perene de recursos para o seu funcionamento. Recursos que se deveria procurar fora da SDN e que deveriam ser buscados nas contribuições regulares dos Estados que mantinham representantes junto ao IICI. Este foi, inclusive, o principal motivo que levou à assinatura do Ato Internacional de Cooperação Intelectual, em dezembro de 1938.

3.3 O Ato Internacional da Cooperação Intelectual: epílogo da cooperação intelectual no entre guerras

Se a reforma da cooperação intelectual internacional no final dos anos 1920 visou limitar a autonomia do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual de Paris e a restringi-la ao âmbito da Sociedade das Nações, a reforma de meados dos anos 1930 teve o objetivo contrário. O aprofundamento da crise política internacional, que a Sociedade das Nações

⁷¹ IICI. "Statutes of the Committee of The National Commission of Intellectual Cooperation of Brazil". in League of Nations. *National Committees on Intellectual Cooperation* Genebra, 1937.

mostrara-se incapaz de evitar, levou muito rapidamente ao descrédito total daquela organização internacional como instrumento de manutenção da paz mundial. Esse descrédito traduziu-se na desconfiança que as potências mundiais da época, sobretudo os países do eixo – Alemanha, Itália e Japão -, passaram a nutrir com relação à Sociedade das Nações e a toda e qualquer iniciativa que dissesse respeito, de alguma forma, à Sociedade das Nações, como por exemplo a cooperação intelectual.

A via do apolitismo traçada pela cooperação intelectual como forma de torná-la viável ao longo dos anos 1930 encontrava a resistência ferrenha por parte sobretudo dos países totalitários. Diante da falência política da Sociedade das Nações, os responsáveis pela cooperação intelectual internacional vislumbraram no fortalecimento do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual de Paris e na sua desvinculação da Sociedade das Nações em Genebra uma solução possível para a manutenção da cooperação intelectual internacional.

O fortalecimento do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual de Paris passava necessariamente pelo alargamento das fontes de recursos financeiros do instituto, a fim de torná-lo verdadeiramente internacional e autossuficiente. Recorde-se que a quase totalidade dos recursos com que contava o instituto provinha da contribuição que a França lhe assegurava. Ao se propor uma tabela de contribuições, que preestabelecia valores a serem pagos pelos Estados que assinassem o Ato, pretendia-se tornar o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual de Paris um órgão verdadeiramente internacional, em que os representantes de Estado junto ao instituto passariam a controlar e gerir os recursos do IICI.

Tratava-se de uma mudança importante de rumos, na medida em que a cooperação intelectual internacional deixaria de ser controlada por um grupo de sábios supostamente independentes dos governos de seus respectivos países de origem e passaria ao controle dos Estados nacionais, por intermédio de seus representantes junto ao IICI.

Reunidos em Conferência Internacional convocada pelo Governo francês – e não pela SDN – representantes de cinquenta países participaram da elaboração do Ato Internacional da Cooperação Intelectual. Apenas vinte e cinco países assinaram, contudo, o Ato ao final da conferência. O Brasil fez-se representar por Eliseu Montarroyos, representante junto ao IICI, e por João Pinto, Conselheiro da Embaixada em Paris. Apesar da insistência da França, as

principais potências da época, como a Inglaterra e os Estados Unidos, não se dispuseram a emprestar seu apoio ao Ato Internacional da Cooperação Intelectual.

O Ato Internacional previa a ratificação por oito países para entrar em vigor. Esse número foi atingido em 1939, mas apenas quando a Segunda Guerra Mundial já havia iniciado. O Brasil não chegou a ratificar o Ato.

Durante a guerra, o IICI é fechado pelos nazistas, que ocupam Paris. Após o término das hostilidades, o IICI reabre suas portas, mas tem vida efêmera. Sob a influência de norte-americanos e ingleses, iniciam-se as negociações para a criação da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, que passaria a cuidar dos assuntos da cooperação intelectual internacional, já sob uma nova luz, que incidia sobre a cooperação cultural entre os povos e não mais sobre a cooperação intelectual entre eruditos

Capítulo 4 – O Serviço de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores

Como vimos nos capítulos anteriores, nos primeiros anos da década de 1930 o Brasil deixara de contar com um representante brasileiro na Comissão Internacional de Cooperação Intelectual da SDN. O mandato de Aloísio de Castro se terminara e os esforços para substituí-lo por outro membro de nacionalidade brasileira fracassaram.

Por outro lado, as reformas impostas ao Instituto Internacional de Cooperação Intelectual de Paris, no sentido de subordiná-lo decididamente à Comissão Internacional de Cooperação Intelectual de Genebra, haviam resultado no enfraquecimento das funções dos representantes de Estado junto ao Instituto, função que desempenhava Eliseu Montarroyos desde 1925.

A renúncia de Aloísio de Castro à presidência da Comissão Nacional Brasileira de Cooperação Intelectual em 1931 levou, por sua vez, à desarticulação da Comissão Nacional, que tinha entre suas funções a de funcionar como elo de ligação dos meios intelectuais brasileiros com a Comissão Internacional de Genebra. Nessas condições, o único meio de contato do Brasil com as atividades da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual e do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual passou a ser o representante brasileiros junto ao Instituto, Eliseu Montarroyos.

Como representante diplomático do Governo brasileiro, Eliseu Montarroyos comunicava-se diretamente com o Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro. Era por meio do Ministério, portanto, que eram recebidas no Brasil as recomendações e decisões da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual e do Instituto de Paris.

Montarroyos queixava-se com regularidade da demora e do desinteresse com que os órgãos brasileiros afetos a temas da cooperação intelectual reagiam às demandas da Comissão de Genebra e do Instituto de Paris. Assim, tornou-se claro que uma das principais medidas a serem tomadas para dinamizar o envolvimento do Brasil com os órgãos da cooperação intelectual internacional deveria ser a reativação da Comissão Nacional Brasileira de Cooperação Intelectual, que deveria cumprir o importante papel de

mobilizar internamente os meios intelectuais brasileiras para a cooperação internacional nessa área.

Em coordenação com os setores competentes do Ministério das Relações Exteriores, Eliseu Montarroyos endereça correspondências ao Diretor do IICI de Paris em 1933 solicitando fossem-lhe enviados os estatutos de diferentes Comissões Nacionais de Cooperação Intelectual de diferentes países para servir de modelo à reformulação da Comissão Nacional Brasileira de Cooperação Intelectual.

4.1 A consolidação de uma situação existente

É nesse contexto, portanto, que se insere a Circular endereçada, em 13 de agosto de 1934, às missões diplomáticas e consulados brasileiros no exterior, informando sobre a organização do Serviço de Cooperação Intelectual na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro. O primeiro parágrafo da Circular dizia:

“A Secretaria de Estado está organizando o Serviço de Cooperação Intelectual, que se inspirará nos planos de trabalho adotados, nesse sentido, pela Sociedade das Nações (Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, de Genebra e Paris) e terá por fim, notadamente:

- a) estabelecer correntes de estudo, interesse e simpatia entre os meios intelectuais estrangeiros e os do Brasil, pondo em contato escritores, encaminhando livros, divulgando trabalhos literários e científicos;*
- b) fornecer material de informação exata (livros, revistas, folhetos, jornais, etc.) a respeito da história, da vida social e das atividades intelectuais do Brasil, sobretudo onde e quando se publicarem notícias erradas sobre esses assuntos;*
- c) estimular, nos centros estrangeiros, a tradução e os estudos críticos das obras representativas da nossa cultura, em todos os ramos da produção literária;*

d) enviar às missões diplomáticas e consulados brasileiros os elementos de que careçam para a cooperação intelectual entre o Brasil e as nações amigas. (...) ⁷²

Pelos termos da circular, percebe-se claramente que a criação do Serviço de Cooperação Intelectual está diretamente relacionada com as atividades de cooperação intelectual internacional desenvolvidas no âmbito da Sociedade das Nações, pela Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (CICI) e pelo Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI) de Paris, cujos planos de trabalho, isto é, as orientações gerais, deveriam inspirar o novo serviço criado pelo Ministério das Relações Exteriores.

A circular elenca, a seguir, quatro finalidades que deveriam orientar as atividades do Serviço de Cooperação Intelectual, restringindo-as ao estabelecimento de contatos entre os meios intelectuais estrangeiros e os do Brasil, ao fornecimento de material de informação sobre o Brasil, à divulgação de obras literárias brasileiras no exterior e ao envio dos “elementos” de que careçam os missões e consulados no exterior para a cooperação intelectual. Essas quatro finalidades estabelecidas para o Serviço de Cooperação Intelectual resumem, de certa forma, o que vinha sendo feito até então pelo Brasil sob a designação de cooperação intelectual internacional, isto é, a forma como estava inserido o país nos círculos da cooperação intelectual internacional e o entendimento que se tinha dessas atividades.

Indica, também, que o que se buscava era fornecer ao estrangeiro “elementos” sobre a vida intelectual no Brasil destinados a corrigir ou aclarar “notícias erradas” sobre assuntos brasileiros, motivadas pelo desconhecimento ou pela falta de informação. O caráter informativo que se procurava dar a esse serviço, e que revela um certo entendimento instrumental da cooperação intelectual, está claro no fato de o serviço ter sido posto sob a tutela do Setor de Biblioteca e Arquivos do Ministério.

A circular informava, ainda, que um dos principais instrumentos de trabalho do novo serviço seria a elaboração de “fichários de escritores e intelectuais, estrangeiros e brasileiros” que tenham manifestado interesse pela vida literária e científica dos países ibero-americanos.

⁷² CIRCULARES DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES 1930-1939. *Cadernos do CHDD*. Brasília: FUNAG, 2006. Ano V, nº 9. p.129.

Adicionalmente, solicitava o envio de livros, revistas e artigos de imprensa publicados no estrangeiro “em que se faça referência a assuntos brasileiros”. A circular se termina recomendando “a atenta observância das presentes instruções”, pois “só o conhecimento de tudo quanto se escreva a respeito da vida social e mental do Brasil permitirá ao Serviço de Cooperação Intelectual cumprir o seu programa”.

O diplomata brasileiro Ildefonso Falcão chefiará o Serviço de Cooperação Intelectual nos anos 1935 e 1936. Sua atuação será particularmente dinâmica, conforme o atestam os artigos de jornal que faz publicar na imprensa do Rio de Janeiro no período sobre o assunto.⁷³ Eliseu Montarroyos, representante do Brasil junto ao IICI de Paris, também fornece um testemunho favorável do dinamismo de Ildefonso Falcão, em carta que endereça ao Diretor do IICI, Henri Bonnet, em 1936 informando-o do reinício dos trabalhos da Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual, cuja reorganização atribui à “incansável atividade” do Serviço de Cooperação Intelectual do Ministério do Exterior, chefiado por Ildefonso Falcão”.⁷⁴ Da mesma forma, em carta endereçada a H. Bonnet, Miguel Ozório de Almeida, Presidente da Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual, informa que se pôs de acordo com Ildefonso Falcão no Itamaraty, para que “a Comissão Nacional e o Ministério trabalhassem em conjunto, como se fossem uma mesma organização”.⁷⁵

Como Cônsul do Brasil em Colônia no início dos anos 1930, Ildefonso Falcão participou da criação do Instituto de Estudos Luso-brasileiros da Universidade de Colônia.⁷⁶ Nessa época, conheceu de Sérgio Buarque de Hollanda em sua passagem pela Alemanha. Publicou artigos na revista *Verde*, ao lado de Mário de Andrade e outros expoentes do Modernismo brasileiro.

⁷³ Sobre a atuação de Ildefonso Falcão à frente do Serviço de Cooperação Intelectual, veja-se DUMONT, Juliette. *L'Institut International de Coopération Intellectuelle et le Brésil 1924-1946*. p. 66-71.

⁷⁴ AHI. 642.6(04). Carta de E. Montarroyos a H. Bonnet, 6 de julho de 1936.

⁷⁵ UNESCO. IICI. A-III.14. Carta de M. O. De Almeida a H. Bonnet, 23 de maio de 1936.

⁷⁶ BISPO, Antonio Alexandre. “Voz do Brasil junto ao Instituto Português-brasileiro de Colônia: Ildefonso Falcão”. In: *Revista Brasil-Europa*. 124/5 (2010:2). Disponível em < http://revista.brasil-europa.eu/124/Ildefonso_Falcao.html >. Acesso em 28/02/2013.

Em 10 de fevereiro de 1936, uma nova circular sobre o Serviço de Cooperação Intelectual é endereçada às missões diplomáticas e consulados brasileiros no exterior. A circular reitera os termos da circular de agosto de 1934, a que faz menção direta, e diz, em seu parágrafo segundo, o seguinte:

“O Brasil precisa deixar de ser o grande desconhecido, no exterior. A obra que levou por diante em tão poucos séculos de vida, se ainda é pequena em face da que tem de empreender, não é menos para quebrar-nos o ânimo construtivo, sob o ritmo largo da civilização em marcha. O esforço sincero de cada brasileiro, com funções oficiais ou não, nesta ou naquela região, deste ou daquele país, para divulgá-lo em todos os aspectos do seu progresso material e espiritual, valerá pela melhor das contribuições. Há países de cultura apurada que receberão com agrado tudo o que lhe pudermos proporcionar em conhecimentos brasileiros. E nem por isso lhes foram, até hoje, facilitados os elementos indispensáveis.”⁷⁷

A circular é um resumo preciso do que foram as idéias defendidas por Ildefonso Falcão à frente do Serviço de Cooperação Intelectual, no que se refere à difusão do Brasil no exterior, por meio da cooperação intelectual. Tais idéias foram expostas por I. Falcão nos artigos que publicou na imprensa carioca do período. Essas idéias não deixam de representar um certo consenso que então existia, dentro e fora do Itamaraty, a respeito das finalidades da cooperação intelectual internacional e da forma como ela se institucionalizou dentro do Ministério das Relações Exteriores, como campo de atuação específico da diplomacia brasileira. Lembre-se, a esse respeito, a carta que endereçou E. Montarroyos a Afrânio de Melo Franco, Ministro do Exterior, em dezembro de 1930, rogando-lhe fizesse dele “um agente da propaganda do Brasil na Europa”.

O ponto específico que nos interessa aqui é traçar a linha tênue que separa a cooperação intelectual internacional da nascente diplomacia cultural, bem como iluminar suas áreas de sobreposição. Ao ser trazida para dentro das estruturas burocráticas do Estado, a

⁷⁷ CIRCULARES DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES 1930-1939. *Cadernos do CHDD*. Brasília: FUNAG, 2006. Ano V, nº 9. p.189.

cooperação intelectual deixa, quase que automaticamente, de ser “desinteressada”, isto é, apolítica. No caso específico do Brasil – que acreditamos possa também ser estendido a outros países – a participação nas atividades de cooperação intelectual internacional promovidas pela Sociedade das Nações levou o Governo a enxergar aí uma oportunidade de difusão cultural e a privilegiar, portanto, aquelas atividades que contribuíssem mais diretamente à promoção do país no estrangeiro, como as traduções de obras literárias, as publicações e as viagens internacionais, em detrimento de outras atividades mais intangíveis, como o fortalecimento de instituições de ensino e pesquisa ou a revisão dos manuais escolares de história. Atividades ligadas à promoção da ciência ou do conhecimento como um fim em si mesmo, que promoveriam o progresso e o bem estar dos povos, com vistas à paz mundial, permaneceram quase sempre no âmbito platônico das ideias.

Em 16 de junho de 1937, nova circular enviada às missões diplomáticas e consulados brasileiros no exterior informa sobre a criação formal, mediante Portaria do Ministro de Estado, do Serviço de Cooperação Intelectual na estrutura organizacional da Secretaria de Estado. Ao estabelecer, em definitivo, esse serviço, a Portaria fixou o caráter político e propagandístico desse serviço dentro da diplomacia brasileira. Diz o texto da Portaria:

“O Ministro de Estado das Relações Exteriores, tendo em vista o Art. 175 das disposições transitórias do regulamento baixado com o Decreto n. 19.926, de 28 de abril de 1931;

Considerando que já existem, desde o início de 1934, na Secretaria de Estado, trabalhos de grande relevância, que dizem respeito ao intercâmbio cultural com os demais países e requerem expediente ordinário de notória importância;

Considerando que, para maior desenvolvimento desses trabalhos, necessário se torna que tenham eles caráter permanente, resolve:

Fica provisoriamente estabelecido, na Secretaria de Estado, até sua instituição definitiva por meio do novo Regulamento, o Serviço de Cooperação Intelectual, subordinado à Diretoria-Geral do Arquivo, Biblioteca e Mapoteca, cabendo-lhe, a partir desta data, as seguintes atribuições:

- a) *facilitar o intercâmbio literário, artístico e científico no Brasil e no exterior, sendo órgão de ligação com o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual;*
- b) *representar o Ministério, pelo respectivo chefe de serviço, na comissão brasileira filiada ao mesmo instituto;*
- c) *colher os elementos que reflitam a cultura brasileira, não apenas literária, mas artística, científica e social; dar-lhes ampla divulgação no exterior;*
- d) *incrementar a cooperação intelectual do Brasil com os grandes centros culturais estrangeiros;*
- e) *organizar fichários, tanto dos intelectuais brasileiros, quanto das associações culturais no Brasil, reservando fichários à parte para os institutos congêneres que, no exterior, se interessam pelas coisas brasileiras;*
- f) *organizar bibliotecas brasileiras, para serem oferecidas às universidades e institutos culturais estrangeiros;*
- g) *estudar as possibilidades de intercâmbio intelectual com os demais países, promovendo a visita, ao Brasil, de escritores, cientistas e artistas de reconhecido valor;*
- h) *promover o intercâmbio de professores e alunos de nossas universidades e estabelecimentos educadores com os dos países estrangeiros;*
- i) *organizar, anualmente, uma série de conferências, de caráter cultural, no salão de conferências do Itamaraty;*
- j) *promover a publicação de informações relativas ao movimento intelectual entre o Brasil e os países estrangeiros.*

*Fica designado para dirigir esse serviço o Cônsul de Primeira Classe Ozório Hermogeno Dutra.*⁷⁸

A Portaria reitera a filiação do Serviço de Cooperação Intelectual às atividades de cooperação intelectual internacional da Sociedade das Nações, ao determinar que o Serviço de Cooperação Intelectual seria o “órgão de ligação” com o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual de Paris. Observe-se que não é feita menção à Sociedade das Nações,

⁷⁸ CIRCULARES DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES 1930-1939. *Cadernos do CHDD*. Brasília: FUNAG, 2006. Ano V, nº 9. p.247-248.

como na circular de 1934, mas apenas ao Instituto de Paris, que em meados dos anos 1930 procurava desvincular-se por completo da Sociedade das Nações, conforme assinalado no capítulo anterior. A Portaria determina, ainda, que o Chefe do Serviço de Cooperação Intelectual seria o representante do Ministério das Relações Exteriores na Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual, cujos novos estatutos haviam sido aprovados em fevereiro de 1937, o que confirma a estreita participação do Itamaraty, por intermédio de Eliseu Montarroyos e do Serviço de Cooperação Intelectual na renovação desses estatutos. A Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual renasce, assim, profundamente vinculada ao Ministério das Relações Exteriores. Os estatutos de 1937 previam, de fato, que o Serviço de Cooperação Intelectual do Itamaraty desempenharia as funções de “secretariado permanente” da Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual.

De acordo com a Portaria, novas atribuições foram dadas ao Serviço de Cooperação Intelectual, além daquelas previstas na circular de 1934 e que diziam respeito à promoção de contatos entre escritores e ao fornecimento de material informativo sobre o Brasil. A Portaria menciona, pela primeira vez, a promoção do “ intercâmbio cultural”, entendido como expressão substitutiva da expressão “cooperação intelectual”. Esse intercâmbio deveria consistir na vinda ao Brasil de escritores, cientistas e artistas de reconhecido valor, bem como no intercâmbio internacional de alunos.

A comprovar ainda que a criação do Serviço de Cooperação Intelectual do Itamaraty caminhou “pari passu” com a renovação da Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual é a circular encaminhada às missões diplomáticas e consulados brasileiros em 29 de julho de 1937, que transmite os novos estatutos da Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual.⁷⁹

⁷⁹ CIRCULARES DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES 1930-1939. *Cadernos do CHDD*. Brasília: FUNAG, 2006. Ano V, nº 9. p.252.

4.2 A consagração da Divisão de Cooperação Intelectual

Com a Reforma Oswaldo Aranha do Ministério das Relações Exteriores, efetivada pelo Decreto-Lei n.791, de 14 de outubro de 1938, o Serviço de Cooperação Intelectual, instituído em base provisória pela Portaria de 1937, é transformado na Divisão de Cooperação Intelectual, consolidando, de forma definitiva e duradoura, as atividades de cooperação intelectual dentro da estrutura organizacional do Itamaraty.

“Pelo Art, 11 do Regimento Oswaldo Aranha, competiria à DCI;

- I- o estudo das questões de cooperação intelectual, especialmente as relativas ao intercâmbio literário, artístico e científico entre o Brasil e os países estrangeiros;*
- II- a representação do Ministério, pelo respectivo Chefe da Divisão, na Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual;*
- III- a obtenção de dados e informações sobre a cultura brasileira para sua divulgação no exterior;*
- IV- o incremento do intercâmbio intelectual com os centros culturais estrangeiros;*
- V- a negociação de atos internacionais sobre assuntos relativos à cooperação intelectual;*
- VI- a elaboração das exposições de motivos concernentes a esses atos;*
- VII- a vigilância da fiel execução dos mesmos;*
- VIII- a organização de fichas de intelectuais brasileiros, das associações culturais do Brasil e dos institutos congêneres que, no exterior, se interessem por assuntos brasileiros;*
- IX- a organização de bibliotecas brasileiras oferecidas a universidades e institutos culturais estrangeiros;*
- X- o intercâmbio de professores e alunos das universidades e outros estabelecimentos de ensino nacionais com os países estrangeiros;*
- XI- a criação de bolsas de estudo e sua fiscalização;*
- XII- a organização de conferências de caráter cultural a serem realizadas no Palácio Itamaraty; e*

XIII- a divulgação de informações relativas ao movimento intelectual entre o Brasil e os países estrangeiros.”⁸⁰

De acordo com o regimento, são incorporadas novas atribuições à DCI, entre as quais a negociação de atos internacionais sobre assuntos relativos à cooperação intelectual e a criação de bolsas de estudo. Além de receber novas atribuições, a transformação do Serviço de Cooperação Intelectual em Divisão de Cooperação Intelectual, que passou a depender diretamente do Departamento Político, desvinculando-se da Diretoria Geral de Arquivo, significou o reconhecimento maior da importância dos assuntos relativos à cooperação intelectual na diplomacia brasileira.

Por outro lado, a consolidação da cooperação cultural dentro da estrutura do Ministério das Relações Exteriores é consoetânea com a criação de setores semelhantes em outras chancelarias. Data do mesmo ano, por exemplo, a criação da Divisão de Relações Culturais no Departamento de Estado Americano.⁸¹

A manutenção da expressão “cooperação intelectual” no nome da Divisão, se por um lado marca a sua filiação com o Serviço de Cooperação Intelectual instituído em 1934, por outro já não correspondia exatamente ao trabalho efetuado. O nome da DCI já nasceu, num certo sentido, envelhecido. Irá perdurar até a década de 1980, quando deixa de existir a DCI, e a expressão "cooperação intelectual" deixa de figurar nos textos legais que regulamentavam a estrutura do Ministério das Relações Exteriores.

⁸⁰ CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. v. 2, p. 367 e p. 382.

⁸¹ ARNDT, Richard T. *The first resort of kings. American cultural diplomacy in the 20th Century*. Washington: Potomac Books, 2005. p. 11.

Considerações finais

A passagem da cooperação intelectual ao intercâmbio cultural internacional foi um lento caminho percorrido pela diplomacia brasileira.

Após a Primeira Guerra Mundial, a cooperação intelectual internacional foi sobretudo elitista, pois entendia-se que seria apenas possível se praticada por uma elite instruída e informada, uma vez que o saber e o conhecimento eram privilégio de poucos. Ora, o objetivo da cooperação intelectual não se esgotava em si mesmo, ela não era desinteressada. No âmbito da Sociedade das Nações, ela deveria contribuir para a promoção da paz internacional.

Esse objetivo de natureza política que havia sido estabelecido para a cooperação intelectual internacional corroborava, de uma certa maneira, o entendimento relativamente bem difundido à época, por autores como Julien Benda e Paul Valéry, de que os meios intelectuais europeus haviam aderido aos nacionalismos, pondo-se muitas vezes a serviço dos Estados, em favor da realização dos interesses nacionais no conflito que opôs os Estados europeus e seus imperialismos durante a Primeira Guerra Mundial .⁸²

Por meio da cooperação intelectual internacional, portanto, era preciso esforçar-se por promover o entendimento mútuo entre diferentes intelectuais, representativos de diferentes culturas, em favor de um universalismo moral e dos princípios maiores da civilização ocidental. Nesse sentido, a cooperação intelectual envolve também a questão do papel dos intelectuais na sociedade.

A visão que prevaleceu ao longo dos anos 1920 e 1930 foi a dos intelectuais haveriam de desempenhar um importante papel na condução das nações rumo ao entendimento mútuo. No caso de Gilbert Murray, considerado um dos principais helenistas de seu tempo, que presidiu a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações de 1928 até 1946, estabelece-se um paralelo entre determinada concepção da antiguidade

⁸² BENDA, Julien. *La trahison des clercs*. Paris: Bernard Grasset, 1927. VALÉRY, Paul. *La crise de l'esprit*. in "Europes de l'antiquité au XXe siècle", collection Bouquins, éditions Robert Laffont, 2000, pages 405-414, disponível em <http://classiques.uqac.ca/classiques/Valery_paul/crise_de_lesprit/valery_esprit.pdf>

clássica, grega sobretudo, dos “reis sábios” ou dos “filósofos políticos”, encarregados de definir e cuidar dos interesses da polis, com o Império britânico, em que os colonizadores deveriam levar os benefícios da civilização aos povos colonizados.

Essa concepção da cooperação intelectual vigorou por toda a década de 1920 e 1930 e definiu os rumos das atividades de cooperação intelectual da Sociedade das Nações. Mas, ao longo dos anos, essa concepção foi sendo paulatinamente desafiada por um conjunto de transformações sociais, que alterou profundamente o contexto internacional.

Algumas dessas transformações poderiam ser descritas da seguinte forma:

- crise econômica de 1929, que resultou em grandes dificuldades de ordem econômica e social em todo o mundo e que exigiu dos governos e da sociedade diferentes respostas para enfrentá-la;
- agravamento da crise política europeia, com o surgimento dos fascismos (forma extrema de chauvinismo), que aumentou o isolamento e a autarquia dos atores internacionais;
- gradual surgimento de novos atores internacionais, que aspiravam ingressar no concerto das nações (América Latina e Ásia) e que começavam a questionar a cultura ocidental com forma superior e definitiva de civilização;
- advento da sociedade de massas, a evolução do capitalismo e a alternativa que oferecia o comunismo.

Ainda que os responsáveis pela cooperação intelectual acreditassem no bem fundado de sua concepção elitista, foram obrigados pelas circunstâncias históricas a fazer concessões para continuar sua obra. Esse processo resultou em que, ao longo dos anos 1930, se deixasse de falar exclusivamente em "cooperação intelectual" e que a expressão "cooperação cultural" fosse ganhando terreno (a cultura sendo entendida como as especificidades de um povo). Durante esse processo, de acordo como o historiador Akira Iriye, o internacionalismo cultural que se institucionalizava na Sociedade das Nações teria sido duramente pressionado pelos nacionalismos, que queriam enxergar na cooperação intelectual internacional um instrumento de difusão internacional de suas culturas ou de propaganda.

A forma como o Brasil se inseriu no processo de cooperação intelectual internacional também foi marcada pelo conflito entre internacionalismo e nacionalismo. As dinâmicas desse processo de inserção estão refletidas, ademais, nas trajetórias de Eliseu Montarroyos e Aloísio de Castro. O primeiro, Eliseu Montarroyos, não foi um “intelectual”, pelo menos no sentido que o entendiam os promotores da cooperação intelectual nas primeiras décadas do Séc. XX. Já Aloísio de Castro foi, sim, um “intelectual”, pois reunia os atributos que o epíteto requer, ou seja, foi reconhecido oficialmente como tal, pois foi membro da Academia Brasileira de Letras, Professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e Diretor do Conselho Nacional de Educação.

No Brasil do início do Séc. XX, o termo intelectual, tal como o entendemos hoje, e que identifica um representante da elite culta, que dedica sua existência à reflexão crítica e que aspira exercer uma função social, não possuía ainda ampla circulação. O intelectual identificava-se antes com o homens de letras, os bacharéis, os acadêmicos e os “doutores” (formados em medicina ou não). Uma tradição acadêmica de pensamento crítico e autóctone lutava para firmar-se. A civilização ocidental, representada pelos exemplos europeus, continuava sendo a aspiração dos meios cultos brasileiros.

O movimento “Modernista”, tal qual se manifestou entre nós a partir da Semana de Arte Moderna de 1922, é visto por muitos como um “aggiornamento” da cultura brasileira, responsável, em muitos aspectos, pelo desenvolvimento de um sentimento nacional mais adequado às transformações econômicas e sociais por que passava o país. A Revolução de 1930 e o Estado Novo estão, por outro lado, associados, conforme a historiografia brasileira, à valorização dos aspectos tidos como genuinamente brasileiros da cultura nacional.

Se Aloísio de Castro foi um legítimo representante da elite culta brasileira da Primeira República, intelectual orgânico do poder oligárquico, não se pode afirmar que Eliseu Montarroyos tenha sido, por sua atuação no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual nos anos 1920 e 1930, um representante autêntico do Modernismo brasileiro. Não parecia que lhe interessassem, como a Gustavo Capanema e a Oswaldo Aranha por exemplo, a promoção de um idéia moderna de nação, destinada por suas próprias forças originais a ocupar um lugar de relevo no contexto internacional. Afinal, por detrás de todo esforço de difusão

internacional da cultura, há uma definição ou entendimento do que é a cultura nacional e de como se pretende difundi-la.

Assim como Aloísio de Castro, Eliseu Montarroyos teria sido um personagem muito mais ligado à Primeira República do que à Revolução de 1930 e ao Estado Novo. Montarroyos foi sobretudo um pragmático, que soube conciliar sua atuação pública e política com seus interesses particulares. Pouco se encontra em sua trajetória que denote interesse legítimo pelos rumos da nação ou comprometimento com valores ideológicos. Soube conciliar com inteligência e habilidade trabalho e interesse pessoal.

A idéia de que o aplainamento das diferenças culturais entre os povos pode conduzir ao entendimento mútuo, em benefício das relações recíprocas, foi de todos os tempos percebida pelos espíritos mais sensíveis. No caso do Brasil, lembrem-se os discursos americanos de Joaquim Nabuco, à época em que foi Embaixador do Brasil em Washington, ou a atuação de Rio Branco como Ministro das Relações Exteriores, ao buscar cercar-se do auxílio das inteligências mais sobressalentes do tempo no Brasil. Entre a percepção da importância da diplomacia cultural e sua prática há, porém, uma enorme distância a ser percorrida. Não há exemplos prontos e cada país a pratica segundo suas próprias capacidades.

No que se refere ao Brasil em particular, a oportunidade criada pela Comissão Internacional de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações nas décadas de 1920 e 1930 forneceu ao país e à sua diplomacia a possibilidade de tomar parte num esforço internacional de definição de parâmetros mundiais de cooperação nas áreas em que o "trabalho intelectual" é mais evidente, como o campo da educação, da ciência e das artes em geral. Nesse sentido, pode-se afirmar que a tentativa de se implantar a cooperação intelectual internacional no entre guerras correspondeu a um esforço de criação de mecanismos de "governança global" nessa área.

A partir dessa experiência, criou-se no Ministério das Relações Exteriores do Brasil um setor especialmente voltado para os assuntos da cooperação intelectual. Mas os tipos de atividades desenvolvidas pela Comissão Internacional de Cooperação Intelectual e pelo Instituto Internacional de Cooperação Intelectual respondiam a uma concepção muito específica do trabalho intelectual compartilhada por aqueles que executavam essas atividades.

Esse concepção do trabalho intelectual e da cooperação internacional influenciou duravelmente a Divisão de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores.

As atividades da cooperação intelectual entendidas como campo exclusivo da alta cultura foi recebida com naturalidade pelas elites intelectuais brasileiras da Primeira República. Como afirmou Aloísio de Castro, "os focos de civilização", onde quer que se encontrassem, deveriam ser reavivados após a tragédia da Primeira Guerra Mundial, a fim de que a chama da civilização não se apagasse.

Essa crença na força redentora da inteligência e do conhecimento, e por extensão da cultura, transmitiu-se às atividades de cooperação intelectual e, mais tarde, de difusão cultural praticadas pela Divisão de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores. A elegante afirmação do Embaixador Edgard Telles Ribeiro, ao procurar definir a diplomacia cultural, de que "o poderio militar ou econômico de uma nação tende a intimidar, a cultura seduz"⁸³, muito deve àquele entendimento da cooperação intelectual internacional herdado da Sociedade das Nações. Essa mesma idéia havia sido expressa, por exemplo, em 1945, por Gilbert Murray, o presidente da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual:

"A few weeks ago, turning on the wireless to hear the news, and turning it on a trifle too early, I heard thunders and thunders of applause, applause which seemed as if it would never cease. Looking at the Radio Times I found it was a concert; Toscanini, an Italian, was conducting a symphony of Beethoven, a German,, by means of an English orchestra. Feelings in England were particularly strong against Germany and Italy. But the audience at the Queen's Hall had no thought of that. They were absorbed in a great torrent of emotion called forth by intellectual co-operation".⁸⁴

⁸³ RIBEIRO, Edgard Telles. *Diplomacia cultural, seu papel na política externa brasileira*. Brasília: FUNAG, 2011. pág. 37.

⁸⁴ MURRAY, Gilbert. *From the League to the UN*. London: Oxford University Press, 1948. pág. 200.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes:

Arquivo Histórico do Itamaraty: Instituto Internacional de Cooperação Intelectual: 642.6(04), latas 409 e 410, maços 6083, 6084 e 6085: correspondência oficial e manuscrita.

UNESCO: Arquivos do IICI: Correspondência do IICI: grupo A: correspondência relativa às Comissões Nacionais e delegados de Estado: A-III-14: correspondência com a Comissão Nacional de Cooperação Intelectual do Brasil.

BONNET, Henri. “L’oeuvre de l’Institut International de Coopération Intellectuelle”. *Recueil des Cours de l’Académie de Droit International de la Haye*, III, 61 (1938), p. 461-537.

IICI. *National Committees on Intellectual Co-operation*. Geneva, 1937.

LUCHAIRE, Julien. “Principes de la coopération intellectuelle internationale”, *Recueil des Cours de l’Académie de Droit International de la Haye*, IV (1925), p. 312-406.

LUCHAIRE, Julien. *Le désarmement moral*. Librairie Valois: Paris, 1932.

SOCIÉTÉ DES NATIONS. *Recueil des Traités*. 1940. Acte International concernant la coopération intellectuelle. Signé à Paris, le 3 décembre 1938.

UNESCO. *Inventaire des archives de l’Institut International de Coopération Intellectuelle (1925-1946)*. Paris, 1990.

Referências Bibliográficas:

Livros:

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Discursos acadêmicos*. Tomo I (1897-1919). Rio de Janeiro: Publicações da ABL, 2005.
- ARNDT, Richard T. *The first resort of kings. American cultural diplomacy in the twentieth century*. Dulles (Virginia): Potomac Books, 2006.
- AZEVEDO, Fernando. *A cultura no Brasil. Introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4ª ed. Brasília: Editora da UnB, 1963.
- BAYLY, Christopher A. *La naissance du monde moderne (1780-1914)*. Paris: Les éditions de l'atelier, 2007.
- BENDA, Julien. *La trahison des clercs*. Bernard Grasset: Paris, 1927.
- BERNAYS, Eduard. *Propaganda*. New York: Ig Publishing, 2005.
- BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1975.
- CAMARGO, Aspásia (et al.). *Oswaldo Aranha, a estrela da revolução*. São Paulo: Mandarim, 1996.
- CARDOSO, Fernando H. (et al.) *O Brasil Republicano, volume 1: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 6ª Ed.
- CASTRO, Aloysio. *Discursos, conferências, escritos vários*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vecchi, 1957. 2 volumes.
- CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. v. 2
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3. ed. Brasília: Editora da UnB, 2008.
- CRUZ COSTA. *Pequena história da República*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1972.

- DUMONT, Juliette. *L'Institut International de Coopération Intellectuelle et le Brésil (1924-1946)*. Éditions de l'IHEAL: Paris, 2008.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.
- FERREIRA, Roberta Maria Lima. *A política brasileira de expansão cultural no Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação de mestrado. UERJ: Rio de Janeiro, 2006.
- FRANCO, Affonso Arinos de Melo. *Um estadista da República. Afrânio de Melo Franco e seu tempo*. Livraria José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1955.
- GARCIA, Eugênio Vargas. *O Brasil e a Liga das Nações: vencer ou não perder*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- GARCIA, Eugênio Vargas. *Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920*. Brasília: Editora da UNB/FUNAG, 2006.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- IRIYE, Akira. *Cultural Internationalism and world order*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1997.
- KEYNES, John Maynard. *As consequências econômicas da paz*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- LIPPMANN, Walter. *Opinião Pública*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- LORIGA, Sabina. *O pequeno x*. Belo Horizonte: Ed. Aut:entica, 2011.
- MACHADO NETO, A. L. *Estrutura social da República das Letras. Sociologia da vida intelectual brasileira (1870-1930)*. São Paulo: Editora da USP, 1973.
- MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo: T.A Queiroz, 1996. Vol. 6 (1915-1933).
- MEAD, Walter Russell. *Special providence. American foreign policy and how it changed the world*. New York: Routledge, 2002.
- MICELLI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

- MONTARROYOS, Eliseu. *Carta sobre a incompatibilidade entre as crenças positivistas e os deveres profissionais dos militares. Aos meus confrades, correligionários e amigos.* Paris: Ch. Boulangé, 1910.
- MONTARROYOS, Eliseu. *Le Brésil et la crise de la Société des Nations en 1926.* Genève: Imprimerie Albert Kundig, 1926.
- MURRAY, Gilbert. *From the League of Nations to UN.* London: Oxford University Press, 1948.
- NAVA, Pedro. “Aloísio de Castro, o gentil-homem da medicina brasileira”, in *A medicina de Os Lusíadas.* Cotia: Ateliê Editorial, 2004. pp. 74-101.
- NEVES, Fernão. *A Academia Brasileira de Letras. Notas e documentos para sua história (1896-1940).* Rio de Janeiro: Publicações da ABL, 1940.
- POLANYI, Karl. *Europa 1937. Guerre esterne e guerre civili.* Roma: Donzelli Editore, 1995.
- PROST, Antoine. *Douze leçons sur l'histoire.* Paris: Ed. du Seuil, 1996.
- RENOLIET, Jean-Jacques. *L'UNESCO oubliée: la Société des Nations et la coopération intellectuelle (1919-1946).* Publications de la Sorbonne: Paris, 1999.
- RIBEIRO, Edgard Telles. *Diplomacia cultural, seu papel na política externa brasileira.* Brasília: FUNAG, 2011.
- RICUPERO, Rubens. *Rio Branco. O Brasil no mundo.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- SCHWARCZ, Lilian Moritz (coord). *História do Brasil Nação: 1808-2010. Vol. 3. A Abertura para o mundo 1889-1930.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- SLUGA, Glenda. *Internationalism in the age of nationalism.* Philadelphia: University of Pensilvania Press, 2013.
- SUPPO, Hugo Rogelio e LESSA, Mônica Leite (org.) *A quarta dimensão das relações internacionais: a dimensão cultural.* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

Artigos:

ANDERSON, Perry. "Internationalism: a breviary" in *New Left Review*, Mar/Apr 2002, n. 14, pp. 2-25.

BOURDIEU, Pierre. "L'illusion biographique". *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 62-63, juin 1986. pp.69-72.

BURNS, Bradford. "As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República", in *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol. III, Tomo 2. Rio de Janeiro: Difel, 1978. págs. 375-400.

CANDIDO, Antonio. "A Revolução de 1930 e a cultura". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2, 4, p. 27-36, abril 1984.

CANDIDO, Antonio. "Literatura e cultura de 1900 a 1945", in *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010, p. 117-146.

FRANCO, Afrânio de Melo. "Cooperação intelectual americana" *A Manhã*. Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1942. In *Cadernos do CHDD*, ano 2, nº 3. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2003. p. 400-404.

GARCIA, Eugênio V. "A candidatura do Brasil a um assento permanente na Liga das Nações". In: *Rev. Bras. Pol. Int.* 1994:37 (1), p. 5-23.

GINZBURG, Carlo. "O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico" in *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1991. pp. 169-178.

HILTON, Stanley E. "Brazil and the post-Versailles world: elite images and foreign policy strategy, 1919-1929", *Journal of Latin American Studies*, Vol. 12, No. 2 (Nov. 1980), p. 341-364.

HILTON, Stanley. "Afrânio de Melo Franco e a diplomacia brasileira, 1917-1943. *Revista Brasileira de Política Internacional*. XXIX, n. 1, 1986, p. 15-46.

- KOTT, Sandrine. "Les organisations internationales, terrains d'étude de la globalisation. Jalons pour une approche socio-historique." *Critique internationale*, 2011/3, n°52, p. 9-16.
- LAQUA, Daniel. "Internationalisme ou affirmation de la nation? La coopération intellectuelle transnationale dans l'entre-deux-guerres". In: *Critique Internationale*, 2011/3 n°52, p. 51-67.
- LAQUA, Daniel. "Transnacional intellectual cooperation, the League of Nations, and the problem of order". *Journal of global history*. (2011) 6, p.223-247.
- LESSA, Mônica Leite. "A política cultural brasileira e a Sociedade das Nações". *Anais da XXII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)*. Rio de Janeiro, 2002.
- LEVI, Giovanni. "Les usages de la biographie" in *Annales ESC*, nov-déc. 1989, n° 6, p. 1325-1336.
- NAGLE, Jorge. "A educação na Primeira República". In: *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, 2º Vol.* Rio de Janeiro: Difel, 1978. pp. 261-291.
- PEDERSEN, Susan. "Back to the League of Nations". In: *The American Historical Review*. Vol. 112, n°4 (october 2007). p. 1091-1117.
- PINAULT, Michel. "Marie Curie, une intellectuelle engagée?" *CLIO. Histoire, femmes, et sociétés*. 24/2006.
- WILSON, Peter. "Gilbert Murray and International Relations: Hellenism, liberalism, and international intellectual cooperation as a path to peace". In: *Review of International Studies*. British International Studies Association, 2010. p. 1-29.
- WONSCH, Danielle. "Einstein et la Commission Internationale de Coopération Intellectuelle" In: *Révue d'histoire des sciences*. 2004, Tome 57 n°2. p. 509-520.

ANEXOS

ANEXO 1 - Correspondência entre Aloísio de Castro e Julien Luchaire, 1926.

“Rio, 18 de março de 1926.

Meu caro amigo,

Posterguei até a presente data a resposta que devo à sua carta de 21 de janeiro porque queria lhe dar algumas informações sobre nossa Comissão Nacional de Cooperação Intelectual. Nos últimos tempos, não tivemos reuniões, mas há alguns dias convoquei meus colegas para estabelecermos a lista das obras brasileiras, segundo as orientações do Sr. Wright. Ao mesmo tempo, elaboramos um regimento interno para os trabalhos da Comissão. Esse trabalho está sendo impresso e lhe enviarei um exemplar.

A reunião teve lugar no Ministério das Relações Exteriores. Acreditei que seria útil mostrar ao público desta maneira que o governo se interessa pelos nossos trabalhos. Na verdade, o Ministro Sr. Félix Pacheco, nos oferece todas as facilidades.

No que se refere à lista de obras, estamos um pouco embaraçados. A coisa não é fácil e nos perguntamos qual seria a melhor maneira de escolher os livros. Talvez a Comissão se dirija às sociedades sábias, não querendo assumir toda a responsabilidade da escolha. Mas estas coisas são lentas. É preciso tempo. Eu o manterei a par das decisões sobre o assunto.

Vejo o que me diz a propósito da viagem dos membros da Comissão à América do Sul. Sem dúvida um adiamento teria a vantagem de permitir aos meios intelectuais que se preparem melhor para colaborar com nossos assuntos. Penso na possibilidade de dar continuidade a este projeto, porque o atual governo se interessa muito por todas as questões que dizem respeito à Sociedade das Nações. Mas é certo que o próximo governo que assume em 18 de novembro terá o mesmo ponto de vista sobre nossos assuntos. Mas não temo que um adiamento possa comprometer nosso projeto. Fica para o ano que vem, assim o esperemos! Tenho o dever de recebê-lo no Brasil, caro amigo!

Escrevo-lhe em dias um pouco inquietos para nós. A atitude dos alemães sobre o tema das vagas no Conselho da Sociedade das Nações obrigará talvez o Brasil a se retirar da Sociedade, caso não se alcance um acordo. Enfim, a coisa estará resolvida quando você ler estas linhas. Espero que se encontre uma fórmula feliz e que não se percam tantos esforços na obra da paz.

Estou contando em assistir à nossa sessão de Genebra e na esperança de vê-lo em breve, lhe envio um aperto de mãos, meu caro amigo, muito afetuosamente.

Aloísio de Castro”

Resposta de Julien Luchaire a Aloísio de Castro, de 10 de abril de 1926:

Meu caro amigo,

Recebi com grande prazer ontem a sua carta de 18 de março ; eu também lamento muito que não seja possível ir o Brasil este ano, mas quando você vier em julho você perceberá que teria sido perigoso afastar-me para uma longo ausência durante os primeiros meses de existência desta casa. Recusei há pouco tempo uma oportunidade muito boa que se havia apresentado de visitar os Estados Unidos para uma viagem mais curta do que a da América do Sul, mas tenho o firme desejo de que este projeto se realize no verão de 1929.

Aliás o assunto é bastante importante para ser preparado longamente e permito-me aconselhá-lo, se isto for possível, que se apresente em julho perante a Comissão com uma proposta firme do Governo brasileiro. Você sabe que nossos orçamentos, tanto o da Comissão quanto o do Instituto Internacional, são extremamente limitados e que uma tal viagem não seria possível se o Governo brasileiro não nos oferecesse todas as facilidades. É importante assim que a proposta seja muito firme.

Você deve ter recebido comunicações da nossa parte. Nosso serviço de informações começa apenas a organizar-se. Você receberá outros documentos em breve. Tudo vai bem no que diz respeito a nossa casa, gostaria de dizer o mesmo da política internacional, mas vejo contudo que no que diz respeito à situação particular do Brasil ainda não se produziu nenhum incidente irreparável.

Alegro-me de todo o coração com a idéia de reencontrá-lo em julho e peço que aceite minhas afetuosas lembranças,

Julien Luchaire

Fonte: UNESCO. IICI. A-III.14. Carta de Aloísio de Castro a J. Luchaire, 10 de março de 1926 e carta de J. Luchaire a Aloísio de Castro, 10 de abril de 1926.

ANEXO 2 - Carta de Afrânio de Melo Franco a Julien Luchaire, 1925.

CARTA DE AFRÂNIO DE MELO FRANCO A JULIEN LUCHAIRE, DIRETOR DO INSTITUTO INTERNACIONAL DE COOPERAÇÃO INTELECTUAL, DE NOMEAÇÃO DE ELISEU MONTARROYOS COMO DELEGADO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO AO INSTITUTO. GENEVRA, OUTUBRO DE 1925.

Fonte: Arquivo do IICI - UNESCO

DÉLÉGATION PERMANENTE
DU BRÉSIL
À LA SOCIÉTÉ DES NATIONS

Genève, le 3 octobre 1926.

M. Montarroyos
mandat
représentant
A. I. 86

Monsieur le Directeur,

J'ai l'honneur de vous communiquer que le gouvernement de la République des Etats Unis du Brésil a décidé, conformément à l'article XXXII du Règlement de l'Institut International de Coopération Intellectuelle, de Paris, dont je lui avais donné connaissance, de désigner comme son représentant auprès de cet Institut Monsieur ELIZEU FONSECA DE MONTARROYOS, conseiller technique de la Délégation permanente du Brésil auprès de la Société des Nations.

Je vous informe, en outre, dûment autorisé par mon gouvernement, que je vous fais la présente communication à tous les effets utiles, notamment celui d'accréditer Monsieur E. MONTARROYOS auprès de vous dans les fonctions précitées.

Je vous prie d'agréer, Monsieur le Directeur, l'assurance de ma considération très distinguée.

Agracio de Mello Franco

Monsieur J. LUCHAIRE,

Directeur de l'Institut International de Coopération Intellectuelle,
Paris.

ANEXO 3 - A cooperação intelectual e a Liga das Nações, por Hildebrando Accioly

“A cooperação intelectual e a Liga das Nações

A cooperação intelectual entrou a figurar dentro da esfera de atividades da Sociedade das Nações desde os primeiros tempos de funcionamento desta. Já na primeira Assembléia, em dezembro de 1920, era adotado um voto, para que o Conselho participasse, na mais larga medida possível, dos esforços tendentes a realizar a organização internacional do trabalho intelectual. Meses depois, Léon Bourgeois indicava ao Conselho os meios de dar cumprimento aquele voto e fazia ressaltar as vantagens da cooperação intelectual entre as nações.

No relatório que, nesse sentido, apresentou, o grande pacifista francês propunha a criação de uma comissão de doze membros, no máximo, composta dos homens mais qualificados na ordem educativa e científica, e incumbia de estudar os meios de simplificar, esclarecer, ampliar as relações intelectuais internacionais já existentes.

A segunda Assembléia aprovou as grandes linhas desse programa, e pouco depois o Conselho procedia à nomeação da Comissão de cooperação intelectual, constituída por doze personalidades ilustres, nas ciências, na filosofia ou nas letras, uma das quais foi o nosso patricio Dr. Aloísio de Castro.

Essa Comissão reuniu-se pela primeira vez em agosto de 1922, sob a presidência do conhecido e eminente filósofo francês Sr. Bérgeon, e, de então por diante, se tem reunido regularmente, de tempos em tempos.

Entre os assuntos de que, desde logo, começou a tratar a Comissão, podem situar-se os seguintes:

- a) situação presente do trabalho intelectual, no mundo;
- b) proteção da propriedade intelectual;
- c) cooperação interuniversitária;
- d) questões de bibliografia;
- e) investigações arqueológicas.

Em 1924, o Governo francês ofereceu-se à Sociedade das Nações para criar, em Paris, um Instituto que servisse de órgão central à dita Comissão e a todos os trabalhos da Sociedade relativos à cooperação intelectual.

Aceita essa proposta, foi o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual solenemente inaugurado na capital francesa, a 16 de janeiro de 1926.

Ficou assim definitivamente estabelecido o organismo do trabalho intelectual da Sociedade das Nações, composto da Comissão, com suas subcomissões, e do Instituto de Paris.

Na Comissão, que passou a funcionar como conselho de administração do Instituto e conta atualmente de quatorze membros, continua a representar a intelectualidade brasileira, sem caráter algum oficial, o Dr. Aloísio de Castro. Os demais membros são os seguintes:

Professor M. A. Lorentz, presidente (Holanda);

Prof. Gilbert Murray, Vice-presidente (Grã-Bretanha);

Profa. K. Bonnevie (Noruega);

Prof. Sir J. C. Bose (Índia inglesa);

Julio Casares (Espanha);

Profa. Curie-Klodovska (Polônia)

J. Destrée (Bélgica);

Prof. A. Einstein (Alemanha);

Prof. L. Lugones (Argentina);

R. A. Millikan (Estados Unidos da América)

Paul Painlevé (França);

Prof. G. de Reynold (Suíça);

Prof. Alfredo Rocco (Itália).

A Comissão reúne-se subsidiariamente em pequenas subcomissões (das relações universitárias, da bibliografia, das letras e artes e dos direitos intelectuais), nas quais, além dos membros ordinários, figuram outros, na qualidade de membros especialistas.

(...)

..da retirada do Brasil da Sociedade das Nações não é motivo para que (ilegível) membro brasileiro da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, nem para que se exonere o nosso representante no Instituto de Paris. (Aloísio de Castro) foi designado pelo Conselho, a título individual e não como representante de um Estado membro da Liga. Aliás, na mesma Comissão figura um cientista norte-americano, isto é, de país igualmente distanciado do organismo de Genebra.

Quanto ao Instituto, trata-se de um estabelecimento criado e mantido pelo Governo francês, embora tenha sido posto a serviço da Sociedade das Nações. A prova, porém, de que as suas estreitas relações com esta não lhe tira o caráter de instituição por assim dizer autônoma está em que alguns Estados não associados à Liga mantêm delegados junto a ele. Assim, parece que nenhuma contradição existirá entre nossa atual situação em face da Sociedade das Nações e a conservação de um representante nosso no dito Instituto.

Aliás, a obra da cooperação intelectual, de que este é o centro, tem tal importância, como fator de aproximação entre os povos, que não pode deixar de ser altamente conveniente acompanhar-lhe de perto os desenvolvimentos.

Por outro lado, a nossa situação de país de cultura avançada impõe-nos, como uma obrigação a que cumpre obedecer, o dever de prestar todo o apoio a essa obra, tendente a facilitar o trabalho intelectual em suas manifestações internacionais e a estabelecer uma inteligência mútua entre as nações.

Seção de Limites e Atos Internacionais, Rio de Janeiro, 15 de março de 1927.

O Diretor interino, Hildebrando Accioly”

Fonte: AHI. 642.6)04). Hildebrando Accioly, “A cooperação intelectual e a Liga das Nações”. Rio de Janeiro, 15 de março de 1927

ANEXO 4 - Regimento interno da Comissão Nacional de Cooperação Intelectual do Brasil, 1926.

Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty

COMISSÃO NACIONAL

DE

COOPERAÇÃO INTELLECTUAL

REGIMENTO INTERNO



RIO DE JANEIRO
IMPrensa NACIONAL
1928

jecto que submete a apreciação de seus collegas.
... dos membros

COMISSÃO NACIONAL DE COOPERAÇÃO INTELLECTUAL

MEMBROS DA COMISSÃO

CONDE DE AFFONSO CELSO, professor da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, ex-reitor da mesma Universidade, presidente do Instituto Historico e Geographico, membro da Academia Brasileira de Letras.

AFRANIO PEIXOTO, professor da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, membro da Academia Brasileira de Letras.

ALOYSIO DE CASTRO, professor da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, membro da Academia Brasileira de Letras, director geral do Departamento Nacional do Ensino, membro da Comissão de Cooperação Intellectual da Liga das Nações.

EDGARD ROQUETTE PINTO, director do Museu Nacional, membro da Academia Brasileira de Letras.

HENRIQUE MORISE, professor da Escola Pólytechnica da Universidade do Rio de Janeiro, director do Observatorio Nacional, presidente da Academia Brasileira de Sciencias.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE, membro da Academia Brasileira de Letras.

MIGUEL COUTO, professor da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, presidente da Academia Nacional de Medicina, membro da Academia Brasileira de Letras.

PAULO DE FRONTIN, professor e director da Escola Polytechnica da Universidade do Rio de Janeiro, presidente do Club de Engenharia.

RODRIGO OCTAVIO DE LANGAARD MENEZES, professor da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, membro da Acadimia Brasileira de Letras.

REGIMENTO INTERNO

DA

COMISSÃO NACIONAL DE COOPERAÇÃO INTELLECTUAL

(Aprovado em sessão de 18 de Fevereiro de 1926)

Art. 1º. A Comissão Nacional de Cooperação Intellectual, instituída de accôrdo com a resolução tomada em 1923 pela Comissão de Cooperação Intellectual da Liga das Nações, tem por fim promover a collaboração brasileira nos problemas intellectuaes que interessem o Brasil e especialmente nos que forem susceptiveis de soluções por via internacional.

Art. 2º. A Comissão Nacional estará em relações directas, por intermedio do seu presidente, com a Comissão Internacional de Cooperação Intellectual.

Paragrapho unico. Havendo um membro brasileiro na Comissão Internacional, caberá a este ser o intermediario entre as duas commissões.

Art. 3º. A Comissão Nacional terá séde no Rio de Janeiro.

Art. 4º. Os membros da Comissão Nacional serão brasileiros e pelo menos dois terços devem residir no Rio de Janeiro.

Paragrapho unico. O numero de membros da Comissão Nacional poderá ser augmentado, por deliberação de dois terços dos seus actuaes membros.

Art. 5º. Em caso de renuncia de algum membro da Comissão Nacional, a substituição se fará mediante

— 6 —

indicação do presidente, approvada por dois terços, pelo menos, da Commissão.

Art. 6º. O presidente da Commissão Nacional será eleito por um biennio.

Art. 7º. O presidente designará um dos membros da Commissão para as funcções de secretario da mesma, tendo exercicio por prazo igual ao do presidente.

Art. 8º. Em seus impedimentos, será o presidente substituido pelo secretario da Commissão.

Art. 9º. A Commissão reunir-se-á todas as vezes que for convocada pelo presidente ou quando o requerer a maioria dos membros em communicação escripta ao presidente, com declaração do assumpto a tratar-se, devendo haver, pelo menos, uma sessão em cada trimestre.

Paragrapho unico. Si houver membros da Commissão residindo fóra do Rio de Janeiro, serão os mesmos consultados por escripto pelo presidente sobre os assumptos em que deva deliberar a Commissão, que tomará conhecimento das respostas enviadas. Nos assumptos de natureza urgente a consulta poderá ser feita por telegramma.

Art. 10. A Commissão Nacional funcionará com a presença da maioria dos membros presentes no Rio de Janeiro.

Paragrapho unico. O presidente terá, além do seu voto, o de desempate.

Art. 11. Será lavrada em livro especial, rubricado pelo presidente, a acta das sessões da Commissão Nacional.

ANEXO 5 . Carta de Eliseu Montarroyos a Afrânio de Melo Franco, 1932

“Carrière-sur-Seine, 5 de novembro de 1932.

Meu caro chefe e eminente amigo,

Dr. Afrânio de Melo Franco

Perdoe-me V. Exa ter diferido até hoje esta carta que eu lhe devia ter escrito logo ao chegar de Londres.

Na última que lhe mandei, pedindo-lhe me desse licença para representar a Associação Brasileira de Imprensa no recente congresso da Federação Internacional de Jornalistas em Londres, expus sumariamente a V. Exa. as razões que me aconselhavam lá fosse, mas eu não estava então ainda decidido a fazer a viagem, por ter quase certeza, como alias se deu, que a ABI não poderia indenizar das despesas necessárias. Não obstante, resolvi fazer o sacrificio de ir à minha custa, porque verifiquei, nas vésperas da reunião do Congresso, a utilidade, a absoluta necessidade mesmo, de não deixar a ABI brilhar pela ausência naquela reunião, o que não seria sem prejuízo para os créditos intelectuais do Brasil. Tratava-se de aproveitar uma ocasião, que só se reproduzirá daqui a dois anos pois que os Congressos plenários da FIJ são bianuais, para afirmar a participação do Brasil numa obra internacional de grande vulto, à qual o nosso país foi a primeira nação americana que aderiu. Convinha por isto em relevo no referido Congresso, pois que, no próximo outras nações da América hão seguramente de figurar. Não preciso insistir junto a V. Exa. sobre a importância de tal demonstração. Em artigo que mando para o Jornal do Comercio sobre este assunto, explano a questão minuciosamente. Devo, entretanto, assinalar a V. Exa. um dos motivos capitais que me determinaram a tomar parte no congresso jornalístico de Londres. Eu poderia aproveitar la a presença de uma plêiade de jornalistas de 22 países – como o fiz – para adquirir numerosos advogados da causa brasileira no exterior. Dei-lhes, com proveito, esclarecimentos sobre a nossa situação nacional, a respeito da qual nunca se disse, nem se escreveu, tanta tolice na Europa, como nestes últimos dois meses. A julgar pelos artigos *publicados na imprensa* europeia sobre a nossa terra, o Brasil era uma nação em deliquescência, perdida condenada a fragmentar-se em miseráveis republiquetas. Ora, V. Exa. sabe o mal que fazem apreciações dessa ordem aos interesses vitais do Brasil. Na França, por exemplo, não há aldeia onde não exista um portador de títulos brasileiros e onde não tenhamos necessidade de sustentar a reputação do Brasil. Eis porque a propaganda inteligente e oportuna do Brasil no exterior é indispensável, e isto me traz ao problema da cooperação intelectual.

Não tenho querido até hoje incomodar V. Exa. a esse respeito, sabendo eu que as suas atribuições patrióticas são já inumeráveis. Mas devo solicitar a sua atenção para as vantagens que haveria na organização de um serviço estável nessa matéria. O Instituto de cooperação Intelectual é um excelente veículo de propaganda, do qual com jeito, nos *poderíamos servir*

em benefício do Brasil, não só diretamente, mas também como base de uma ação na imprensa europeia. Para isso, seria necessário que V. Exa. me desse alguns elementos de que careço. É certo que não se pode fazer propaganda sem uma verba, por menor que seja, para os jornais; o essencial, porém, é saber aplicar essa verba, empregando-a de modo oportuno e em intervenções capazes de influírem sobre a opinião pública no estrangeiro. E nisso posso ser útil a V. Exa. e ao Brasil. Rogo-lhe, pois, considere esta questão. O nosso governo poderia dar ao meu cargo, além da estabilidade que não tem, a extensão que comporta, fazendo de mim o agente da propaganda brasileira na Europa. A propaganda é, antes de tudo, um problema de ordem intelectual; e o delegado junto ao Instituto Internacional de Cooperação Intelectual deveria ser aproveitado nas funções de adido intelectual às nossas duas ou três principais Embaixadas na Europa. V. Exa. encontraria facilmente a forma de regularizar definitivamente a função de que, lhe peço, me incumba e que, longe de ser uma sinecura, seria útil para o nosso país. Mesmo a propaganda comercial, como ação jornalística, só pode ser exercida pelo adido intelectual. Devo acrescentar, no tocante às minhas obrigações exclusivamente como delegado junto ao Instituto, que trabalho não me falta. Se eu tivesse um secretário, poderia desenvolver a minha ação aqui. Por outro lado, seguramente V. Exa. não ignora que há aqui dois candidatos ao lugar de secretário do delegado junto ao Instituto que gozam, ao que parece, da boa vontade do Presidente Vargas. Refiro-me ao Sotero Cosme, mandado para a Europa pelo Presidente Vargas, e ao Wellisch, secretário particular (posição precária) do Francisco Guimarães. É provável que a eventualidade da nomeação de um dos dois ou mesmo dos dois como secretários do delegado junto ao Instituto facilitasse a organização aqui do Serviço de cooperação intelectual, nas condições que aqui sugeri a V. Exa., isto é, alargando este Serviço e incorporando a ele as atribuições de coordenador e executor de toda a propaganda brasileira na Europa, o que seria de evidente vantagem para a necessária unidade dessa propaganda. Talvez V. Exa. já tenha sido procurado pelo Nobrega da Cunha, que me manifestou aqui a intenção de conversar com V. Exa. sobre o que acabo de informar a V. Exa. Enfim, V. Exa. julgará acerca de tudo isso com o conhecimento de causa que tem das nossas necessidades. Tenha a esperança de que V. Exa. encontrará o meio de me dar aqui uma posição em que, - parece-me poder dizer-lo sem presunção, - eu não seria peso morto para o nosso país. (...)

Fonte: AHI. 642.6(04). Carta de E. Montarroyos a Afrânio de Melo Franco, dezembro de 1932

ANEXO 6 - A Cooperação Intelectual Interamericana, por Afrânio de Melo Franco.

"Pelo que informam, o novo diário A MANHÃ, sob a inteligente direção do acadêmico Cassiano Ricardo, estabeleceu um programa de publicidade de assuntos americanos, destinando semanalmente a esse fim certa página de um de seus números ordinários. O objetivo a que se visa com essa medida é contribuir para o esforço que ora fazem todos os povos americanos no sentido de melhor se conhecerem e de se aproximarem cada vez mais uns dos outros.

Felicitemo-nos por essa excelente idéia, que terá ótimos resultados e beneficiará igualmente todos os Estados do Continente, porque por ela se porá em jogo um dos processos da cooperação intelectual entre as vinte e uma Repúblicas irmãs.

Sempre tive uma confiança vigorosa e instintiva na eficácia do processo de intercâmbio cultural para a melhoria das condições da vida internacional, ou das bases de coexistência dos povos.

A Sociedade das Nações, cuja obra política ruínosa e falsa sacrificou a outra de alcance idealista, preocupou-se desde os seus primeiros anos de existência com o problema universal de uma organização melhor do trabalho industrial quanto intelectual. Com efeito, já na sua primeira Assembléia ela convidou o Conselho, a 18 de dezembro de 1920, a participar na mais larga medida possível de todos os esforços empreendidos em tal sentido, a fim de criar-se e desenvolver-se uma vasta influência educadora que formasse um largo espírito de entendimento e de cooperação mundial apoiado pelos intelectuais de todos os países. O que se queria era constituir, para tal efeito, um organismo técnico ligado à Sociedade das Nações, ao lado de outros, como o de higiene, o das comunicações e trânsito, o de questões econômicas e financeiras, etc. Efetivamente, pouco tempo depois foram criadas quatro organizações técnicas, incluída a de Cooperação Intelectual, que prestaram e ainda prestam ao mundo os mais relevantes serviços. Entre outros presidentes da Comissão internacional de cooperação, lembrarei os professores Bergson, Lorentz e Gilbert Murray.

Em 1924, o governo francês ofereceu à Sociedade das Nações um palácio em Paris e a dotação anual de dois milhões de francos para que aí se instalasse um Instituto Internacional de Cooperação, destinado a ser o órgão executivo da Comissão permanente organizada em Genebra na Sociedade das Nações.

Nessa época, cabia ao Brasil, do qual era eu então o delegado permanente, a presidência do Conselho da Sociedade das Nações, a quem competia resolver a questão daquele oferecimento e ultimar os procedimentos ulteriores para sua aceitação, inclusive o da elaboração do primeiro Regulamento interno do futuro Instituto.

Relembrando esses fatos, devo confessar que, a princípio, fui tomado de uma certa inquietação de espírito pelo fato de pretender-se situar fora de Genebra um organismo de tanta

relevância, cuja força e eficácia dependiam de sua libertação dos maus elementos gerados pelos dissídios seculares existentes entre muitos povos da Europa e exaltados pelo nacionalismo agressivo nascido em alguns deles após a grande guerra.

Meu receio era que essas novas organizações não pudessem desenvolver-se e afirmar-se, mantendo o caráter de universalidade imposto no ato de sua criação, desde que lhes faltasse o ambiente próprio daquela tranquila terra de que Jean Jacques Rousseau se fez cidadão, ou desde que se vissem privadas do elemento purificador que nessa época se denominava “o espírito de Genebra”.

Além disto, era também de temer-se que a instalação do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual de Paris ficasse marcada como um precedente para que no futuro outros Estados, membros da Sociedade das Nações, pudessem pedir que se deslocasse para seu território e jurisdição quaisquer novos organismos e serviços criados com o Secretariado-Geral e amoldados ao seu destino especial pelo oxigênio nascente do famoso “espírito de Genebra”.

Em verdade, pouco tempo depois disto, os delegados da Itália propunham a criação do Instituto de Unificação do Direito Privado, com sede em Roma.

Mas, afinal o Instituto de Paris foi dotado de um estatuto orgânico que submete todo o seu trabalho à direção da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, com sede em Genebra. Seus funcionários são, com os da Sociedade das Nações e os da Repartição Internacional do Trabalho, recrutados entre os nacionais de vinte ou mais Estados diferentes; o estabelecimento de seu programa de trabalho, a utilização dos seus recursos financeiros – assegurados pelas subvenções anuais de vários países membros ou não da Sociedade das Nações – tudo, enfim, no referido Instituto será sujeito ao domínio dos órgãos centrais de Genebra, tendo ficado assim garantida a sua preservação de elementos eventuais sob a influência possível do ambiente nacionalista de sua sede.

Instalado o Instituto, indiquei ao governo o nome do saudoso Elyseu Montarroyos para representante do Brasil junto ao seu Conselho de Administração, ficando incluído nessa qualidade entre os membros da Delegação Permanente do nosso país junto à Sociedade das Nações.

A dotação orçamentária para o pagamento de nossa contribuição ao Instituto foi obtida dificilmente durante alguns anos, mediante esforço de alguns deputados e senadores junto aos quais intercedíamos com apelo baseado na transcendência do valor da cooperação intelectual entre os povos para garantia da paz; mas, depois da vitória da Revolução, a verba para pagamento desse serviço passou a figurar no orçamento como parte da proposta do Poder Executivo.

Iniciada a obra da cooperação sob a idéia de fazê-la progredir no sentido da universalidade, foi necessário vencer aos poucos o ceticismo de muitos que a julgavam um mero processo romântico de aproximação espiritual dos povos, tão separados entre si por diferenças de raças

e de religiões, por divergência de interesses econômicos, por diversidade de línguas, por oposição de cultura, por animosidade de tradições e por tantos outros motivos que dão a cada povo o cunho inerente do ambiente em que se formou.

Para isto era indispensável à criação de Comissões Nacionais de Cooperação Intelectual, para que em cada país os que se consagram ao ensino e ao progresso do pensamento pudessem desbravar os caminhos inexplorados, combater o ceticismo e despertar a atividade intelectual para o exame de problemas que tocam ao que há de mais íntimo e profundo na vida dos povos.

Até o fim do ano de 1938, na antevéspera da catástrofe pela guerra atual, só doze Repúblicas Americanas tinham organizado suas comissões nacionais de cooperação intelectual: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Cuba, Estados Unidos, República Dominicana, Haiti, México, Peru, Salvador e Uruguai.(...)

A campanha iniciada metodicamente pela A MANHÃ, dirigida pelo ilustre acadêmico senhor Cassiano Ricardo, frutificará certamente, concorrendo para a vitória contra o ceticismo de alguns incrédulos, que ainda julguem possível a organização da paz e de uma nova ordem no universo sem a cooperação intelectual entre os povos.

Apesar da derrocada do mundo moderno, que, mal estancava o sangue das feridas de uma guerra, abriu de novo as artérias no estertor de outra catástrofe – acredito que, ao contrário do que pensam alguns, há sinais no céu de que os povos estão procurando coisa mais alta do que os ideais da “mass production”.

Um desses sinais é o esforço para a compreensão mútua, é o trabalho de cooperação intelectual, iniciado pela Sociedade das Nações e cujos fundamentos tocam tão de perto o que há de mais nobre no homem, que a obra realizada nesse setor perdura e se desenvolverá, ficando no ativo daquela instituição para minorar o fracasso integral do seu passivo político."

FRANCO, Afrânio de Melo. "Cooperação Intelectual Americana". A MANHÃ. Rio de Janeiro, 22 jan. 1942. *In* Cadernos do CHDD, ano II, nº 3/Fundação Alexandre de Gusmão. Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: DF, 2003. Pág.. 400 a 404.

ANEXO 7 - Carta de Miguel Ozório de Almeida a Henri Bonnet, 1936.

CARTA DE MIGUEL OZÓRIO DE ALMEIDA A HENRI BONNET, DIRETOR DO INSTITUTO INTERNACIONAL DE COOPERAÇÃO INTELECTUAL, MAIO DE 1936.

Fonte: Arquivo do IICI - UNESCO

3

sur la liaison très étroitement unie, comme s'il s'agissait d'un seul organisme.
L'union est unie et fait participer. M. Félix est très actif et
s'intéresse très vivement aux questions de Coopération. Pour nous aussi toutes les
ressources du Ministère: celle de l'union, géographique, etc. de l'union, M. Vando
Pons se souvient très favorablement cette résolution et nous a permis tout son
appui.

Nous allons donc en fait nous avons déjà commencé une œuvre positive de
travail que j'espère utile et efficace.

La question sur laquelle vous voulez bien appeler mon attention " les problèmes de
réglement pénal qui concernent les problèmes de population, la formation et
de certaines questions " est particulièrement intéressante pour le Brésil au moment où

Nous avons déjà adressé une lettre à plusieurs universités brésiliennes qui ont des
études spéciales sur ces questions et les invitent à contribuer au Comité épiscopal.

En outre, il y a une des contributions faites sur ces problèmes de vos collègues.
D'autre part j'ai aussi envisagé même une collaboration avec M. Hansen que je
connais bien et qui est déjà devenu un ami.

Tout le grand monde de pays et de documents que j'ai en votre possession et
qui se rapportent à la Coopération intellectuelle se trouve maintenant déposés et
travaillés et je compte les faire un peu de temps remettre le Comité en ordre
et en plus avec les autres.

En outre, moi, avec des amis, de vos idées sur que les intérêts de ce que vous
mettre des engagements au moment de l'état des autres questions. Je la fais tout par
insinuation.

Je fais le projet d'aller à Paris vers Dimanche ou Jeudi prochain.
Vendredi, les Mercredi et Samedi, nous à nos entretiens ont été donnés

Trizquel d'après la semaine

66, Estrada do Apud. Alto da Boa Vista. Rio de Janeiro.

Cher Monsieur et ami,

Vraiment vous devez avoir toutes les raisons du monde pour trouver que mon silence a été trop prolongé. Il y a si longtemps que j'aurais dû vous écrire! Mes souvenirs de nos conversations à Paris (il y a déjà quatre ans, hélas!) me permettent, cependant, de compter sur votre grande bienveillance et je suis sûr que vous accepterez toutes les excuses que je vous dois présenter.

En réalité, il y a déjà plus d'une année que j'ai été élu président du Comité brésilien de coopération intellectuelle. Pendant tout ce temps on n'a rien fait, il faut l'avouer! J'ai trouvé de grandes difficultés pour l'organisation pratique du Comité. Tout d'abord, il me fallait un ... et je savais d'avance qu'il ne serait pas prudent de tenter une organisation de ce genre en comptant seulement sur la bonne volonté de quelques personnes. Le seul moyen d'obtenir des ... à l'un des Ministres chargés de toute cette besogne. J'avais une question assez importante avec le Ministre de l'Education et je ne voulais pas lui demander des ... même s'il ne s'agissait pas de ... personnels. Le Ministre des Affaires Etrangères ne me semblait pas très enclin à s'intéresser à des questions de ce genre. D'autre part, personnellement, j'ai traversé une époque très dure et très difficile, surchargé de travail et de toute sorte d'ennuis. Il y a deux mois, cependant, j'ai vu dans les journaux que le Ministère des Affaires Etrangères avait organisé une session destinée aux questions de coopération intellectuelle, sous la direction de Mr. Ildefonso Falcão. J'ai eu alors avec Mr. Falcão une longue conversation dans laquelle nous nous sommes mis immédiatement d'accord. Le Comité brésilien et la session du Ministère travailleront ensemble comme s'il s'agissait d'une même organisation. La solution nous semble tout à fait satisfaisante. Mr. Falcão est très actif et s'intéresse très activement aux questions de coopération. Nous avons aussi toutes les ressources du Ministère: salle de réunion, dactylographie, etc. Le Ministre, Mr. Macedo Soares, a accueilli très favorablement cette solution et nous a promis tout son appui.

Nous allons donc ou plutôt nous avons déjà commencé une nouvelle période de travail que j'espère utile et efficace.

La question à laquelle vous voulez bien appeler mon attention "méthodes de règlement pacifique en ce qui concerne les problèmes de population, de colonisation et de matières premières" est particulièrement intéressante pour le Brésil en ce moment-ci. Nous avons déjà adressé une lettre à plusieurs personnalités brésiliennes qui ont des études spécialisées en ces questions en les invitant à constituer un comité spécial. D'autre part, j'aurai aujourd'hui même une conversation avec Mr. Hausser que je connais bien et qui est déjà devenu mon ami.

Toute la grande masse de papiers et de documents que j'ai en mon pouvoir et que se rapportent à la coopération intellectuelle a été minutieusement dépouillée et travaillée et je compte bien en très peu de temps remettre le Comité en ordre et ne plus avoir du retard.

Pardonnez-moi mon cher ami de vous écrire un peu trop vite et de ne pas vous mettre dès aujourd'hui au courant de l'état des autres questions. Je le ferai très prochainement.

Je fais le projet d'aller à Paris en décembre ou janvier prochain.

Veillez, cher monsieur et ami, croire à mes sentiments très dévoués.

Miguel Ozório de Almeida

ANEXO 8 - Estatutos da Comissão Nacional de Cooperação Intelectual do Brasil, 1936.

— 26 —

BRAZIL.

NATIONAL COMMITTEE ON INTELLECTUAL CO-OPERATION.

Address of the Secretariat : Intellectual Co-operation Department, Ministry for Foreign Affairs, Itamaraty Palace, Rio de Janeiro.

Foundation of the Committee : The Brazilian Committee was founded by M. Aloysio de Castro shortly after the creation of the International Committee on Intellectual Co-operation. It was reorganised in 1937.

Statutes of the Committee (adopted on February 3rd, 1937) :

" *Article 1.*—The objects of the Brazilian Committee on Intellectual Co-operation are :

" (a) To maintain permanent relations with the International Committee on Intellectual Co-operation of the League of Nations, the International Institute of Intellectual Co-operation at Paris and the Brazilian authorities and centres of culture so as to ensure the most effective application in Brazil of the resolutions and recommendations of the two institutions mentioned;

" (b) To establish direct relations with the National Committees on Intellectual Co-operation of other countries;

" (c) To deal with all questions of an intellectual nature and of general national or international interest.

" *Article 2.*—The Brazilian Committee on Intellectual Co-operation shall correspond direct, when occasion arises, with the Secretary-General of the League of Nations, the International Committee on Intellectual Co-operation, the International Institute of Intellectual Co-operation, the International Educational Cinematographic Institute, the International Institute for the Unification of Private Law, the National Committees on Intellectual Co-operation, the Brazilian authorities and all groups and associations, whether national or international, which have intellectual aims.

" The Committee shall also be responsible for examining and co-ordinating the work undertaken by the Sub-Committees on Intellectual Co-operation and the centres of culture of Brazil, and for communicating the results of this work to bodies situated abroad.

“ *Article 3.*—The Brazilian Committee on Intellectual Co-operation shall consist of forty members, eight of whom shall be *ex-officio* members.

“ This number may only be increased by decision of a majority of the Committee.

“ *Article 4.*—In case of resignation or death, the vacancy shall be filled on the Chairman's nomination approved by a majority vote.

“ *Article 5.*—The following shall be *ex-officio* members :

“ The President of the Brazilian Academy of Letters;

“ The President of the Brazilian P.E.N. Club,

“ The President of the Brazilian Historical and Geographical Institute;

“ The President of the Brazilian Academy of Science;

“ The President of the Brazilian Press Association;

“ The Rector of the University of Brazil;

“ The delegate of Brazil to the International Institute of Intellectual Co-operation;

“ The Chief of the Intellectual Co-operation Department of the Ministry for Foreign Affairs

“ *Article 6.*—The officers of the Brazilian Committee on Intellectual Co-operation shall be a Chairman, a Vice-Chairman, a General Secretary, an Assistant Secretary and a Treasurer.

“ *Article 7.*—There shall also be an Executive Committee consisting of the Chairman, the Vice-Chairman, the General Secretary and four members of the Committee elected by a majority vote.

“ *Article 8.*—The Chairman or, in his absence, the Vice-Chairman shall preside over the proceedings of the Committee and of the Executive Committee.

“ *Article 9.*—The General Secretary shall be responsible for carrying out the decisions of the Committee and the Executive Committee, with the assistance, if necessary, of a Secretary selected by him.

“ *Article 10.*—The Brazilian Committee on Intellectual Co-operation shall be subdivided into as many sub-committees as may be necessary for the performance of its task.

“ *Article 11.*—The Committee shall set up a permanent sub-committee in the capital of each of the States

“ *Article 12.*—The Chairman shall organise, when necessary, sub-committees for the study of special questions.

“ *Article 13.*—If required, the Committee may request the assistance of the cultural associations existing in Brazil, which shall appoint a delegate for the purpose.

“ *Article 14.*—The officers and the Executive Committee shall be elected for a period of three years.

— 28 —

" *Article 15.*—Except in the cases provided for in the second paragraph of Article 3 of the present Statutes, the decisions of the Committee and of the Executive Committee shall be adopted by simple majority.

" The President shall have a casting vote.

" *Article 16.*—Six members of the Committee shall constitute a quorum.

" *Article 17.*—The Committee's seat shall be in the capital of the Republic."

Composition of the Committee : The Brazilian Committee on Intellectual Co-operation consists of forty members, eight of whom represent organisations.

The Statutes make no discrimination between these forty members as regards the exercise of their functions.

The members who represent organisations are :

M. Ataulpho de Paiva, President of the Brazilian Academy of Letters;

M. Claudio de Souza, Chairman of the P.E.N. Club of Brazil;

M. Affonso Celso, President of the Brazilian Historical and Geographical Institute;

M. Alvaro Alberto, President of the Brazilian Academy of Science;

M. Herbert Moses, Chairman of the Brazilian Press Association;

M. Raul Leitão da Cunha, Rector of the University of Brazil;

M. Osorio Dutra, Head of the Intellectual Co-operation Department at the Ministry for Foreign Affairs;

M. Elyseu de Montarroyos, Brazilian delegate to the International Institute of Intellectual Co-operation.

Members of the Committee :

M. Ademar Tavares,

M. Affonso Bandeira de Mello,

M. Affonso Penna junior,

M. Afranio de Mello Franco,

M. Aloysio de Castro,

M. Alvaro Goulart de Oliveira,

M. Andrade Muricy,

M. Austregesilo de Athayde,

M. Clementino Fraga,

M. Edmundo da Luz Pinto,

— 29 —

M. Elmano Cardim,
 M. Gustavo Barroso,
 M. Henrique B. de Aragão,
 M. Ildefonso Falcão,
 M. Mucio Leão,
 M. Octavio Tarquinio de Souza,
 M. Oscar Weinschenk,
 M. Ramiz Galvão,
 M. Raul Fernandes,
 M. Renato Almeida,
 M. Rodolpho Garcia,
 M. Rodrigo Octavio,
 M. Roquette Pinto,
 M. Teixeira de Freitas.

Bureau :

Chairman of the Committee : M. Miguel Osorio de Almeida;
Vice-Chairman : M. Afranio Peixoto;
General-Secretary : M. Osorio Dutra;
Assistant Secretary : M. Pedro Calmon;
Treasurer : M. Alberto Betim Paes Leme.

The Executive Committee consists of the Chairman, the Vice-Chairman and the General-Secretary of the Committee and four of its members, elected by a majority vote :

M. Miguel Osorio de Almeida,
 M. Afranio Peixoto,
 M. Osorio Dutra,
 M. Helio Lobo,
 M. Elmano Cardim,
 M. James Darcy,
 M. Alcides Bezerra.

Whenever any new question arises, the Committee appoints sub-committees with rapporteurs.

The Intellectual Co-operation Department at the Ministry for Foreign Affairs acts as the Permanent Secretariat of the Committee. The Head of the Department is its Secretary-General. The Committee is independent and autonomous. It does not receive any grant from the Government.

ANEXO 9 - Ato internacional da Cooperação Intelectual, 1938

N° 4694.

**ALBANIE, RÉPUBLIQUE ARGENTINE,
BRÉSIL, CHILI, CHINE, etc.**

**Acte international concernant la coopération
intellectuelle. Signé à Paris, le 3 décembre
1938.**

Textes officiels français et anglais communiqués par le délégué permanent de la Roumanie près la Société des Nations, par le sous-secrétaire d'Etat aux Affaires étrangères du Royaume d'Égypte, et par le ministre des Affaires étrangères des Pays-Bas. L'enregistrement a eu lieu le 5 mars 1940.

**ALBANIA, ARGENTINE REPUBLIC,
BRAZIL, CHILE, CHINA, etc.**

**International Act concerning Intellectual
Co-operation. Signed at Paris, December
3rd, 1938.**

French and English official texts communicated by the Permanent Delegate of Roumania to the League of Nations, by the Under-Secretary of State for Foreign Affairs of the Kingdom of Egypt, and by the Netherlands Minister for Foreign Affairs. The registration took place March 5th, 1940.

N° 4694. — ACTE ¹ INTERNATIONAL CONCERNANT LA COOPÉRATION INTELLECTUELLE. SIGNÉ A PARIS, LE 3 DÉCEMBRE 1938.

LES GOUVERNEMENTS D'ALBANIE, DE LA RÉPUBLIQUE ARGENTINE, DE BELGIQUE, DU BRÉSIL, DU CHILI, DE CHINE, DE COLOMBIE, DE COSTA-RICA, DE CUBA, DU DANEMARK, DE LA RÉPUBLIQUE DOMINICAINE, D'ÉGYPTE, D'ÉQUATEUR, D'ESPAGNE, D'ESTONIE, DE FINLANDE, DE LA RÉPUBLIQUE FRANÇAISE, DE GRÈCE, DE GUATÉMALA, D'HAÏTI, DE L'IRAK, DE L'IRAN, D'IRLANDE, DE LETTONIE, DE LITHUANIE, DE LUXEMBOURG, DU MEXIQUE, DE MONACO, DE NORVÈGE, DU PANAMA, DU PARAGUAY, DES PAYS-BAS, DU PÉROU, DE POLOGNE, DU PORTUGAL, DE ROUMANIE, DU SIAM, DE SUÈDE, DE SUISSE, DE TCHÉCO-SLOVAQUIE, DE TURQUIE, DE L'UNION DE L'AFRIQUE DU SUD, D'URUGUAY, DU VENEZUELA et DE YOUGOSLAVIE,

Conscients de la mission qui leur incombe de sauvegarder le patrimoine spirituel de l'humanité et de favoriser le développement des sciences, des arts et des lettres ;

Considérant que ce développement dépend dans une large mesure de la coopération intellectuelle ;

Ayant constaté la valeur des efforts accomplis à cet effet par l'Organisation internationale de Coopération intellectuelle et les divers organes qui la constituent ;

Persuadés qu'il importe, dans l'intérêt de la paix, de favoriser les relations spirituelles des peuples grâce à l'action d'un organisme intellectuel présentant un triple caractère d'universalité, de permanence et d'indépendance ;

Reconnaissant que l'Organisation internationale de Coopération intellectuelle constitue, pour les Hautes Parties contractantes, une libre association, dénuée de tout caractère politique et ayant pour seul but de faire progresser la Coopération intellectuelle ;

Considérant que les Commissions nationales de Coopération intellectuelle forment l'une des bases essentielles de l'Organisation internationale de Coopération intellectuelle et qu'il importe d'en accroître le nombre et les moyens d'action ;

Considérant les services rendus par l'Institut international de Coopération intellectuelle ;

Désireux d'assurer de nouveaux développements à l'initiative prise par le Gouvernement de la République française, qui s'est réalisée dans l'Accord² du 8 décembre 1924, conclu avec la Société des Nations ;

Résolus à accroître les moyens financiers dont dispose déjà l'Institut par les contributions du Gouvernement de la République française et d'autres gouvernements ;

Ont désigné leurs plénipotentiaires à cet effet :

ALBANIE.

Délégué :

M. Mehmed ABID, chargé d'Affaires d'Albanie à Paris.

¹ Ratifications déposées à Paris :

NORVÈGE	9 juin 1939.
SUISSE	22 juillet 1939.
ROUMANIE	3 août 1939.
PORTUGAL	10 août 1939.
FRANCE	17 août 1939.
LETTONIE	17 octobre 1939.
POLOGNE	4 novembre 1939.
PAYS-BAS	31 janvier 1940.
EGYPTE	5 décembre 1939 (Date du Procès-Verbal : 28 février 1940).

² Voir *Journal officiel* de la Société des Nations, N° 2, février 1925, pages 157 et 285 à 289.

RÉPUBLIQUE ARGENTINE.

Délégué :

M. Carlos A. PARDO, secrétaire général de la Délégation permanente de la République Argentine près la Société des Nations.

BELGIQUE.

Délégués :

M. HAESAERT, recteur de l'Université de Gand ;
M. LAVERS, directeur au Ministère des Affaires étrangères et du Commerce extérieur.

BRÉSIL.

Délégués :

M. Eliseu DE MONTARROYOS, délégué du Brésil auprès de l'Institut international de Coopération intellectuelle, conseiller spécial auprès de l'Ambassade des Etats-Unis du Brésil à Paris ;

M. Joao PINTO DA SILVA, conseiller commercial de l'Ambassade des États-Unis du Brésil à Paris.

CHILI.

Délégués :

M. Moisés VARGAS, chargé d'Affaires du Chili à Paris ;
M. Miguel Luis ROCUANT, ancien ministre plénipotentiaire.

CHINE.

Délégués :

M. LI YU YING, président de l'Académie nationale de Peiping ;
M. SIAOYU, expert de la Délégation chinoise.

COLOMBIE.

Délégués :

M. Gregorio OBREGON, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de Colombie à Paris ;

M. Jaime JARAMILLO ARANGO, ministre plénipotentiaire.

COSTA-RICA.

Délégué :

M. Luis DOBLES SEGREDÁ, chargé d'Affaires de Costa-Rica à Paris.

CUBA.

Délégués :

M. le D^r Mariano BRULL Y CABALLERO, chargé d'Affaires p. i. de Cuba en Belgique ;
M^{lle} Flora DIAZ PARRADO, premier secrétaire de la Légation de Cuba à Paris.

DANEMARK.

Délégué :

M. WAMBERG, conseiller de la Légation du Danemark à Paris.

RÉPUBLIQUE DOMINICAINE.

Délégué :

M. Maurice de HANOT D'HARTOV, ministre plénipotentiaire, délégué de la République Dominicaine auprès de la Société des Nations.

ÉGYPTÉ.

Délégué :

Mahmoud FAKHRY Pacha, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire d'Égypte à Paris, délégué de l'Égypte auprès de l'Institut international de Coopération intellectuelle.

ÉQUATEUR.

Délégué :

M. Arturo BARRERO, premier secrétaire, chargé d'Affaires p.i. de l'Équateur à Paris.

ESPAGNE.

Délégués :

M. J. BERGAMIN, agrégé culturel à l'Ambassade d'Espagne à Paris ;
M. Luis ALVAREZ SANTULLANO, premier secrétaire à l'Ambassade d'Espagne à Paris.

ESTONIE.

Délégué :

M. Otto STRANDMANN, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire d'Estonie à Paris.

FINLANDE.

Délégué :

M. H. HOLMA, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de Finlande à Paris.

FRANCE.

Délégués :

M. Edouard HERRIOT, président de la Chambre des Députés, président du Conseil d'Administration de l'Institut international de Coopération intellectuelle ;
M. Emile BOREL, ancien ministre ;
M. BASDEVANT, juriconsulte du Ministère des Affaires étrangères ;
M. DE PANAFIEU, secrétaire d'Ambassade.

GRÈCE.

Délégué :

M. Nicolas POLITIS, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de Grèce à Paris.

GUATÉMALA.

Délégué :

M. José Gregorio DIAZ, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de Guatémala à Paris.

HAÏTI.

Délégué :

M. Abel Nicolas LÉGER, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire d'Haïti à Paris.

IRAK.

Délégué :

M. ATTA AMIN, chargé d'Affaires de l'Irak à Paris.

IRAN.

Délégués :

M. Anouchivarau SEPAHBODI, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de l'Iran à Paris ;
M. VAKIL, secrétaire de la Légation d'Iran à Paris.

IRLANDE.

Délégué :

M. C. C. CREMIN, chargé d'Affaires d'Irlande à Paris.

LETTONIE.

Délégué :

M. Olgerd GROSVOLD, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de Lettonie à Paris.

LITHUANIE.

Délégué :

M. Ladas NATKEVICIUS, chargé d'Affaires de Lithuanie à Paris.

LUXEMBOURG.

Délégué :

M. Nicolas BRAUNSHAUSEN, ancien ministre de l'Intérieur, du Commerce et de l'Industrie, président de la Commission nationale luxembourgeoise de Coopération intellectuelle.

MEXIQUE.

Délégué :

M. Bernardo REYES, premier secrétaire de la Légation du Mexique à Paris.

MONACO.

Délégué :

M. le comte Henri DE MALEVILLE, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de Monaco à Paris.

NORVÈGE.

Délégué :

M. H. C. BERG, conseiller de la Légation de Norvège à Paris.

PANAMA.

Délégué :

M. Arnulfo ARIAS, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de Panama à Paris.

PARAGUAY.

Délégué :

M. le Dr Ramon CABALLERO DE BEDOYA, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire du Paraguay à Paris.

PAYS-BAS.

Délégués :

M. le Jonkheer J. LOUDON, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire des Pays-Bas à Paris, délégué des Pays-Bas auprès de l'Institut international de Coopération intellectuelle ;

M. le Professeur J. P. A. FRANÇOIS, directeur au Ministère des Affaires étrangères.

PÉROU.

Délégué :

M. Francisco GARCIA CALDERON, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire du Pérou à Paris, délégué du Pérou auprès de l'Institut international de Coopération intellectuelle, membre de la Commission internationale de Coopération intellectuelle.

POLOGNE.

Délégués :

- M. Félix FRANKOWSKI, conseiller de l'Ambassade de Pologne à Paris ;
- M. François PULASKI, ministre plénipotentiaire, délégué de la Pologne auprès de l'Institut international de Coopération intellectuelle, directeur de la Bibliothèque polonaise à Paris ;
- M. Joseph MARLEWSKI, chef de Section au Département politique du Ministère polonais des Affaires étrangères ;
- M. Zygmunt L. ZALESKI, professeur à l'Université Josef Pilsudski de Varsovie, délégué en France du Ministre de l'Instruction publique de Pologne.

PORTUGAL.

Déléguée :

- M^{me} Virginia DE CASTRO E ALMEIDA, femme de lettres, déléguée du Portugal auprès de l'Institut international de Coopération intellectuelle.

ROUMANIE.

Délégué :

- M. Georges OPRESCU, professeur à l'Université de Bucarest, correspondant de l'Académie roumaine.

SIAM.

Délégué :

- M. Phra BAHIDDA NUKARA, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire du Siam à Paris.

SUÈDE.

Délégués :

- M. H. DE RIBBING, conseiller de la Légation de Suède à Paris.
- M. G. K. KJELLBERG, secrétaire de la Légation de Suède à Paris.

SUISSE.

Délégués :

- M. Camille GORGÉ, conseiller de Légation, chef de la Section de la Société des Nations du Département politique fédéral ;
- M. Auguste SIMONIUS, professeur à l'Université de Bâle, membre de la Commission suisse de Coopération intellectuelle.

TCHÉCO-SLOVAQUIE.

Délégué :

- M. František ČERNÝ, conseiller de la Légation de Tchéco-Slovaquie à Paris.

TURQUIE.

Délégué :

- M. Djelal HAZIM ARAR, ministre plénipotentiaire, conseiller de l'Ambassade de Turquie à Paris.

UNION DE L'AFRIQUE DU SUD.

Délégué :

- M. W. G. W. PARMINTER, chargé d'Affaires de l'Union de l'Afrique du Sud à Paris.

URUGUAY.

Délégué :

M. Hugo BARBAGELATA, délégué de l'Uruguay auprès de l'Institut international de Coopération intellectuelle.

VENEZUELA.

Délégué :

M. C. PARRA-PEREZ, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire du Venezuela à Berne.

YUGOSLAVIE.

Délégué :

M. DE VOÏNOVITCH, sénateur, ancien ministre, délégué de la Yougoslavie auprès de l'Institut international de Coopération intellectuelle.

Lesquels, après s'être communiqué leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes :

Article premier.

Les Hautes Parties contractantes constatent que l'œuvre de la Coopération intellectuelle est indépendante de la politique et fondée tout entière sur le principe de l'universalité.

Article 2.

Une Commission nationale de coopération intellectuelle, instituée dans chacun des États parties au présent Acte, servira de centre pour développer cette œuvre tant sur le plan national que sur le plan international, étant entendu qu'il sera tenu compte des conditions propres à chaque pays.

Toutes dispositions utiles seront prises pour favoriser la participation de ces Commissions nationales aux Conférences générales qu'elles tiendront périodiquement.

Article 3.

L'Institut international de Coopération intellectuelle aidera de sa collaboration effective les Commissions nationales de coopération intellectuelle.

Article 4.

Chacune des Hautes Parties contractantes reconnaît la personnalité juridique de l'Institut

Article 5.

Chacune des Hautes Parties contractantes accorde à l'Institut international de Coopération intellectuelle une contribution financière annuelle, laquelle s'établit en unités de 750 francs-or¹. La subvention minimum est d'une unité.

Au moment de la signature, ou de la ratification, ou de l'adhésion, chaque Partie contractante indique le nombre d'unités constitutives de sa contribution ; le total des contributions ainsi versées à l'Institut vient s'ajouter à la subvention allouée par le Gouvernement de la République française aux termes de l'accord du 8 décembre 1924.

¹ Le franc-or adopté par la Conférence équivaut à 0,2903225 gramme d'or fin ou à 0,3225806 gramme d'or au titre de 900 millièmes.

Article 6.

Les Hautes Parties contractantes reconnaissent que le moyen de les associer toutes à la gestion administrative et financière de l'Institut leur est assuré par la mission des Délégués d'État auprès de l'Institut.

Les Délégués d'État des Hautes Parties contractantes entre qui le présent Acte sera entré en vigueur tiendront une réunion annuelle pour examiner en commun toutes questions relatives à la gestion administrative et financière de l'Institut, ainsi que l'emploi des fonds mis à sa disposition.

Article 7.

Le présent Acte, dont les textes français et anglais feront également foi, pourra être signé, au nom des gouvernements représentés à la Conférence pour la conclusion d'un Acte international concernant la Coopération intellectuelle, jusqu'au 30 avril 1939. Il sera ratifié. Les instruments de ratification seront déposés auprès du Gouvernement de la République française, qui en notifiera la réception à tous les Gouvernements qui ont été invités à ladite Conférence.

Article 8.

A partir du 1^{er} mai 1939, le présent Acte sera ouvert à l'adhésion des États auxquels le texte en aura été communiqué par le Gouvernement de la République française. Les instruments d'adhésion seront déposés auprès du Gouvernement de la République française, qui en notifiera la réception à tous les gouvernements invités à la Conférence pour la conclusion d'un Acte international concernant la Coopération intellectuelle.

Article 9.

Le présent Acte entrera en vigueur dès réception, par le Gouvernement de la République française, de la huitième ratification ou adhésion.

Chaque adhésion qui interviendra après l'entrée en vigueur du présent Acte, conformément à l'alinéa précédent, sortira ses effets à dater de sa réception par le Gouvernement de la République française.

Article 10.

Le présent Acte pourra être dénoncé en tout temps par chacune des Hautes Parties contractantes, moyennant un préavis de deux ans.

La dénonciation se fera par notification écrite adressée au Gouvernement de la République française, qui en informera toutes les autres Hautes Parties contractantes.

Si, à la suite de dénonciations, le nombre des Hautes Parties contractantes devenait inférieur à huit, le présent Acte cesserait d'être en vigueur.

Article 11.

Le présent Acte, rédigé en un seul exemplaire revêtu de la signature du Président et de celle du Secrétaire général de la Conférence pour la conclusion d'un Acte international concernant la Coopération intellectuelle, sera déposé dans les archives du Gouvernement de la République française.

Copie certifiée conforme en sera remise à tous les États ayant participé à la Conférence.

Le même texte sera communiqué par le Gouvernement de la République française aux gouvernements de tous autres États.

En foi de quoi les plénipotentiaires sus-
mentionnés ont signé le présent Acte.

In witness whereof the above-mentioned
Plenipotentiaries have signed the present Act.

Fait à Paris, le trois décembre mil neuf cent
trente-huit.

Done at Paris, the third day of December,
one thousand nine hundred and thirty-eight.

Le Président de la Conférence :

The President of the Conference :

E. HERRIOT.

Le Secrétaire général :

The Secretary-General :

H. BONNET.

Albanie :

Mehmed ABID

Albania :

République Argentine :

ad referendum :
C. A. PARDO.

Argentine Republic :

Belgique :

Pol LE TELLIER

Belgium :

Brésil :

E. MONTARROYOS
Joao PINTO DA SILVA

Brazil :

Chili :

Moisés VARGAS
Miguel Luis ROCUANT

Chile :

Chine :

LI YU YING

China :

Colombie :

Gregorio OBREGON
J. JARAMILLO

Colombia :

Cuba :

Mariano BRULL
Flora DIAZ PARRADO

Cuba :

Danemark :

H. WAMBERG

Denmark :

République Dominicaine :

HARTOY.

Dominican Republic :

Egypte :

FAKHRY

Egypt :

ANEXO 10 - Fotografia da Comissão de Cooperação Intelectual em Genebra

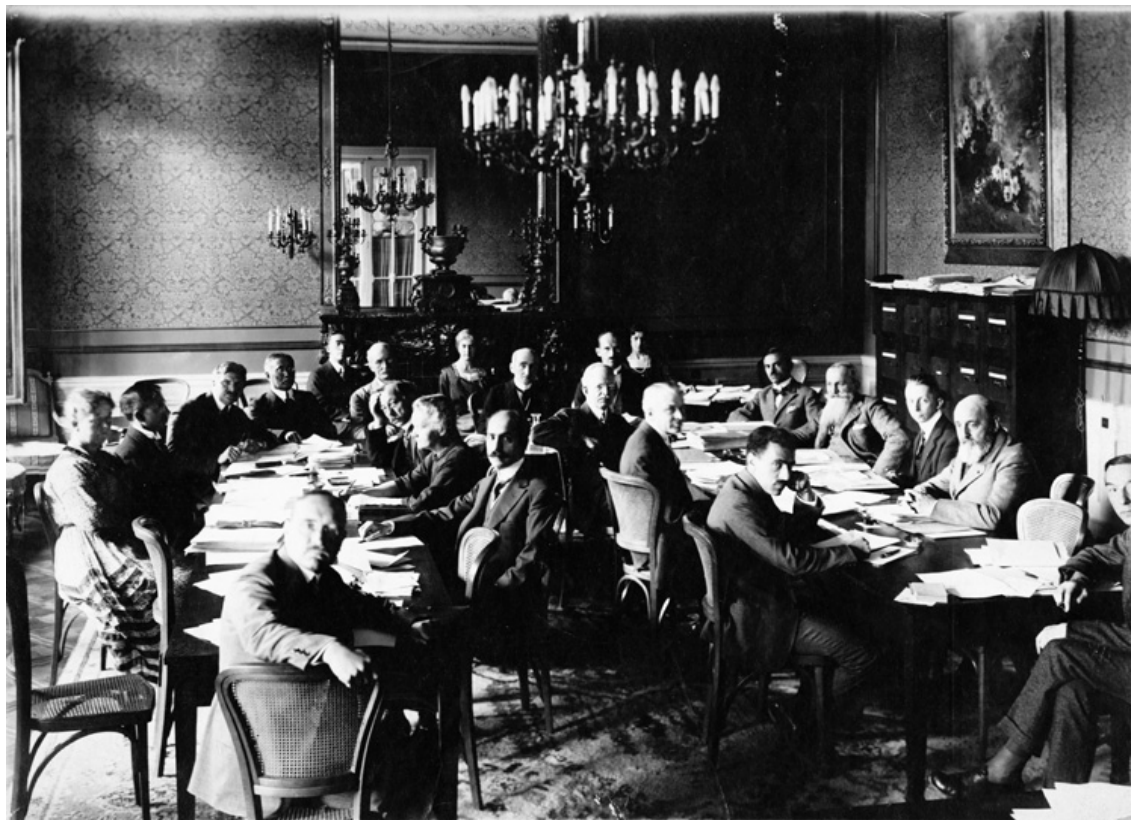


Figura 1

Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, Genebra, 1922.

Aloísio de Castro é o de bigodes negros no centro da foto, em primeiro plano. Ao fundo, no centro, vê-se o filósofo Henri Bergson.

Fonte: UNOG Libray, League of Nations Archives.

ANEXO 11 - Fotografia de Afrânio de Melo Franco em companhia de Eliseu Montarroyos



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Figura 2

Afrânio de Melo Franco e Eliseu Montarroyos

Fonte: BIBLIOTHEQUE NATIONALE DE FRANCE. Genève : Congrès de la Société des Nations : de gauche à droite, M. Mello Franco, Ambassadeur du Brésil et Montarroyos, conseiller technique du Brésil : [photographie de presse] / Agence Meurisse, 1925. Disponível em <<http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb415842328>>. Acesso em 10/02/2013

ANEXO 12 - Fotografia de Eliseu Montarroyos**Figura 3****Eliseu Montarroyos**

Fonte: UNOG Libray, League of Nations Archives

ANEXO 13 - Fotografia de Afrânio de Melo Franco

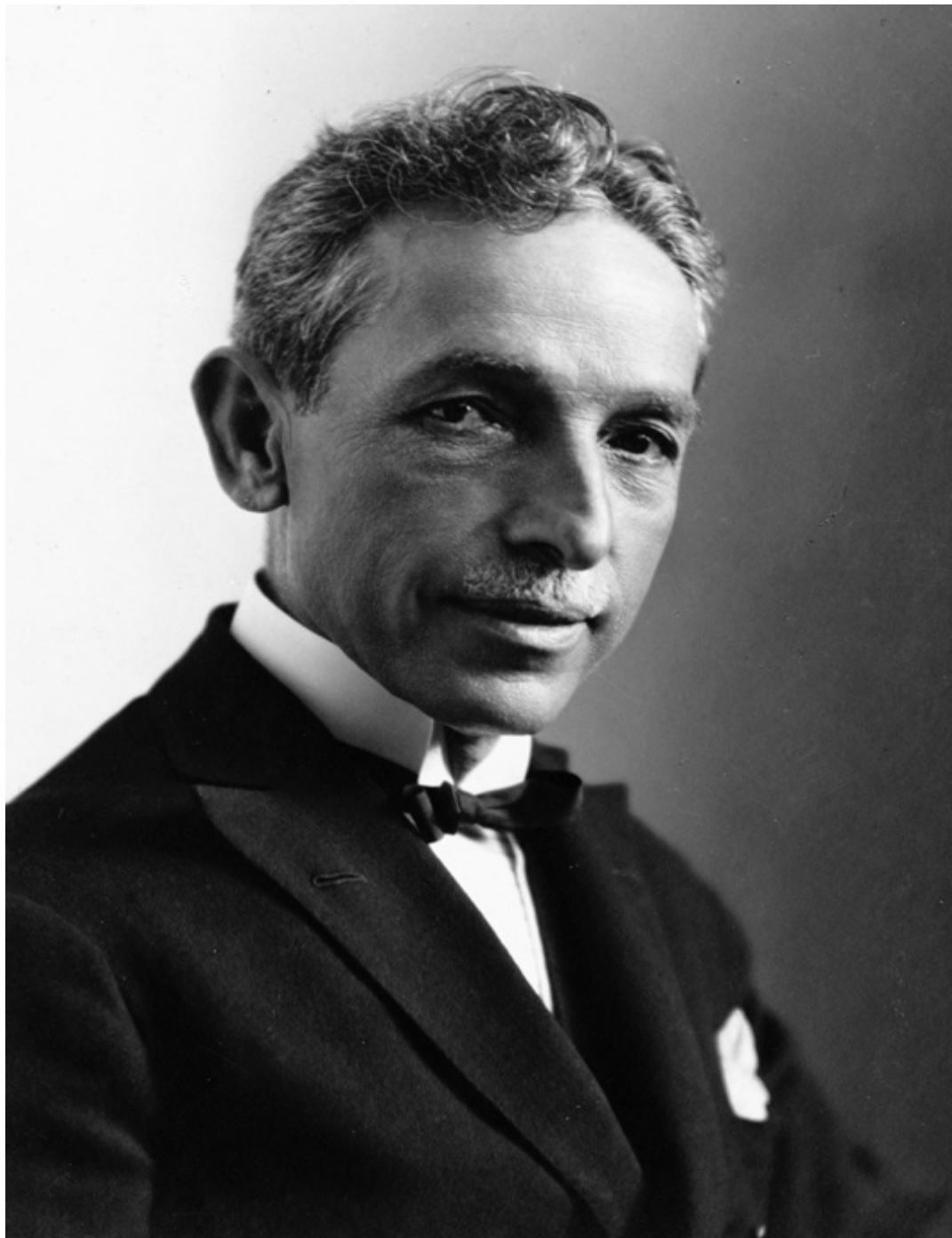


Figura 4

Afrânio de Melo Franco

Fonte: UNOG Libray, League of Nations Archives

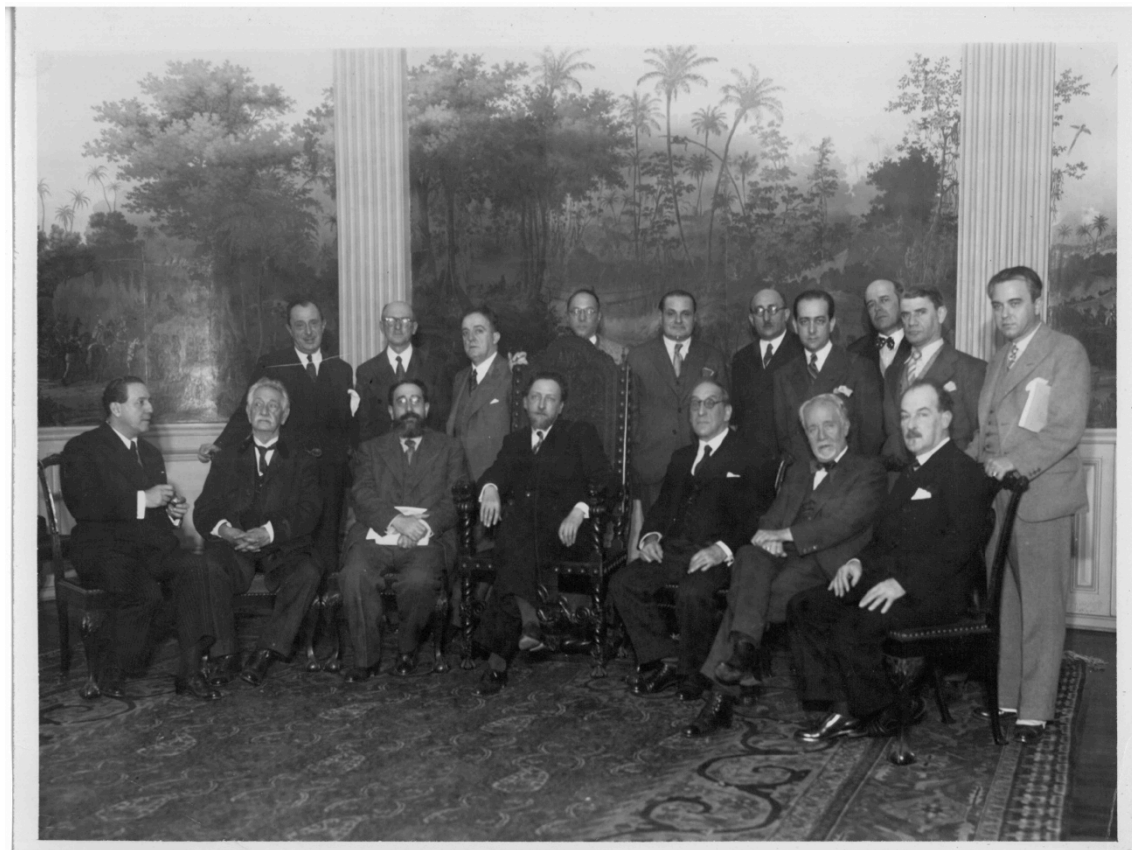
ANEXO 14 - Fotografia da Comissão Nacional de Cooperação Intelectual do Brasil

Figura 5

Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual

Reunião de 11 de agosto de 1936. Miguel Ozório de Almeida, Presidente, ao centro, na cadeira de espaldar alto.

Fonte: UNESCO. IICI. A-III.14.

ANEXO 16 - Fotografia da Comissão Nacional de Cooperação Intelectual do Brasil

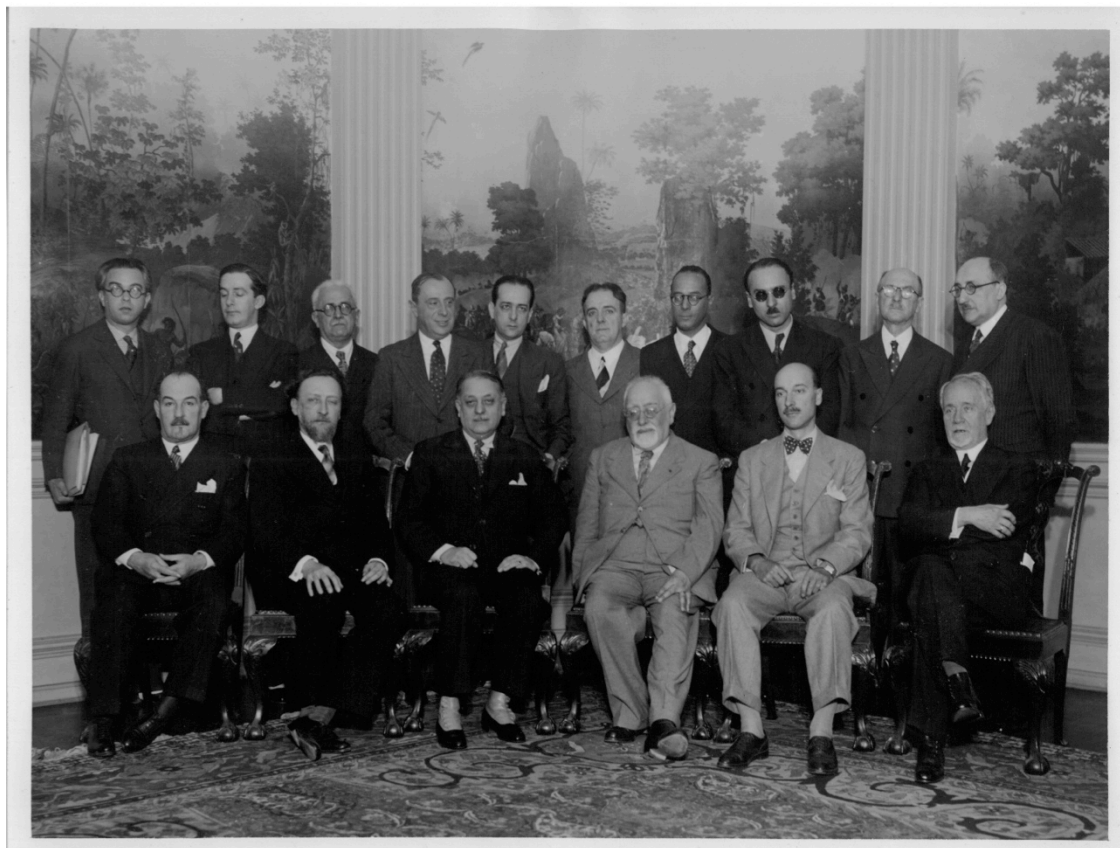


Figura 7

Reunião da Comissão Nacional Brasileira de Cooperação Intelectual, com os professores Hauser e Braga. 19 de agosto de 1936.

Fonte: UNESCO. IICI. A-III.14.